
A REGENERAÇÃO URBANA COMO PLATAFORMA PARA A REVITALIZAÇÃO FUNCIONAL DOS CENTROS URBANOS: O Caso das Atividades Criativas

JOÃO REIS MOREIRA

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de
MESTRE EM ENGENHARIA CIVIL — ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEAMENTO

Orientador: Professora Doutora Isabel Maria Fernandes Ribeiro Breda
Lacerda Vázquez

JULHO DE 2015

MESTRADO INTEGRADO EM ENGENHARIA CIVIL 2014/2015

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1901

Fax +351-22-508 1446

✉ miec@fe.up.pt

Editado por

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

✉ feup@fe.up.pt

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado Integrado em Engenharia Civil - 2014/2015 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2015.*

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

À minha Família

*“O lugar que ocupamos é menos importante
do que aquele para o qual nos dirigimos.”*

Lev Tolstoi

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação foi um longo processo de aprendizagem e de crescimento pessoal e contou com o apoio fundamental de várias pessoas e instituições às quais quero deixar o meu reconhecimento.

À Professora Doutora Isabel Breda Vázquez, orientadora desta dissertação, por toda a atenção, dedicação e compreensão em todos os momentos da realização desta dissertação, pelos desafios, estímulos e motivação que se revelaram fundamentais no desenvolvimento e conclusão do trabalho.

Ao Arquiteto José Patricio Martins e Dr. José Sequeira *da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense S.A.*, pela disponibilidade e partilha do conhecimento.

Ao Professor Doutor Álvaro Costa pela partilha de conhecimento e esclarecimento de dúvidas.

À minha família, em especial aos meus pais, pelo apoio incondicional, amizade e paciência.

À Helena pela ajuda na revisão final do documento.

Ao Kevin, Diogo e Simão pela Amizade.

RESUMO

Cada vez mais, os agentes de planeamento procuram encontrar as melhores soluções para a regeneração e revitalização dos centros urbanos. Nas últimas décadas tem sido acentuada a procura e aplicação do modelo de cidades criativas, através da geração de uma economia criativa.

Este trabalho tem como objetivo a análise e a discussão das novas dinâmicas de localização das atividades criativas nas áreas centrais das cidades, tendo em atenção o papel de iniciativas de regeneração urbana. O trabalho analisa o debate existente sobre as atividades criativas nos centros urbanos e as estratégias de regeneração urbana, e tem como caso de estudo o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores no centro histórico da cidade do Porto, resultante do instrumento político Parcerias para a Regeneração Urbana – Política de Cidades.

Assim começa-se por fazer uma análise documental do programa, seguido de inquéritos e entrevistas a diversos agentes locais, procurando fazer uma análise e discussão das novas dinâmicas de localização das atividades criativas. Os resultados deste estudo mostram como a aplicação do Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores gerou um conjunto de novas dinâmicas que conferiram um novo ambiente local e fluxo pedonal forte, estimulando a criação de novas atividades, incluindo atividades criativas.

Em geral o estudo desenvolvido permite concluir sobre a importância de estratégias de regeneração urbana para a revitalização funcional dos centros urbanos, através da promoção de atividades inovadoras. Permite concluir, também, sobre a importância da intervenção no espaço público para a regeneração dos centros urbanos, e sobre a importância das instituições públicas da dinamização desses processos.

PALAVRAS-CHAVE: Atividades criativas, Classe criativa, Centros urbanos, Revitalização urbana, Regeneração urbana;

ABSTRACT

The planning agents are increasingly trying to find the best solutions for the regeneration and revitalization of urban centers. In recent decades it has been a marked demand on the application of creative cities model by generating a creative economy.

This paper aims at the analysis and discussion of the new dynamics of location of creative activities in the central areas of cities, taking into account the role of urban regeneration initiatives. The paper analyzes the existing debate on creative activities in urban centers and urban regeneration strategies and it's case study the Programme of Urban Rehabilitation of Mouzinho / Flores Axis in the historic center of Porto resulting from the Political instrument: Partnerships for Urban Regeneration - Cities Policy.

The present document begins by a documentary analysis of the program, followed by surveys and interviews to several local agents looking to make an analysis and discussion of the new dynamics of location of creative activities. The results of this study show how the implementation of the Programme of Urban Rehabilitation of Mouzinho / Flores Axis generated a new set of dynamics that gave a new local environment and strong pedestrian flow, stimulating the creation of new activities, including creative activities.

Overall, the present study leads to conclude about the importance of urban regeneration strategies for functional revitalization of urban centers by promoting innovative activities. It also concludes about the importance of intervention in the public space for the regeneration of urban centers and the importance of public institutions on the development of these processes.

KEYWORDS: Creative Activities, Creative Class, Urban Centers, Revitalization, Urban regeneration

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v
1. INTRODUÇÃO	1
2. A REGENERAÇÃO URBANA E AS ATIVIDADES CRIATIVAS NOS CENTROS URBANOS	3
2.1. ENQUADRAMENTO	3
2.2. RELAÇÃO ENTRE CIDADE E ECONOMIA CRIATIVA	3
2.3. LÓGICAS DE LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NOS CENTROS DAS CIDADES	6
2.4. REGENERAÇÃO URBANA E ATIVIDADES CRIATIVAS	9
2.5. SÍNTESE	12
3. O ESTUDO DE CASO: O PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO DO EIXO MOUZINHO/FLORES	13
3.1. ENQUADRAMENTO	13
3.2. PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA	14
3.2.1 ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO NO REGULAMENTO ESPECÍFICO “POLÍTICA DE CIDADE – PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA”	14
3.2.2 A PARCERIA PARA A REGENERAÇÃO URBANA DO EIXO MOUZINHO/FLORES	18
3.3. O PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO MOUZINHO/FLORES	20
3.3.1. OPERAÇÕES DO PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO MOUZINHO/FLORES	23
3.3.2. SISTEMATIZAÇÃO E SÍNTESE, CRONOLOGIA, OS AGENTES E INSTITUIÇÕES E ESTRATÉGIAS	48
3.4 A RUA DAS FLORES	48
3.5 RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO URBANA NA RUA DAS FLORES E A GERAÇÃO DE NOVAS DINÂMICAS QUE PODEM ORIGINAR ATIVIDADES CRIATIVAS	52
3.6. ANÁLISE CRÍTICA AO CASO DE ESTUDO	60
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	65
BIBLIOGRAFIA	69

ANEXO 1. ENTREVISTAS TÉCNICAS	73
ANEXO 2. MODELO DE ENTREVISTAS OPERACIONAIS	77
ANEXO 3. TRATAMENTOS DE DADOS RECOLHIDOS	85
ANEXO 4. REPORTAGEM FOTOGRÁFICA AO EIXO MOUZINHO/FLORES	93
ANEXO 5. IMAGENS	99

Índice de Figuras

Figura 1. Eixo Mouzinho/Flores inserida no mapa da cidade do Porto (Vide www.portovivosru.pt)	14
Figura 2. Imagem da Rua das Flores antes e depois da intervenção no espaço público (Vide www.portovivosru.pt)	24
Figura 3. Museu Santa Casa da Misericórdia do Porto	26
Figura 4. Toldo em mau e em bom estado de conservação (Vide www.portovivosru.pt)	27
Figura 5. Graffiti desenhado em portão de garagem e respetivo portão Limpo (Vide www.portovivosru.pt)	28
Figura 6. PSP na Praça do Infante antes e depois da intervenção (Vide www.portovivosru.pt)	28
Figura 7. Imóveis para venda em 2010 e para arrendamento em 2012 na Rua Mouzinho da Silveira (Vide www.portovivosru.pt)	29
Figura 8. Planta resultante do concurso (Vide www.portovivosru.pt)	30
Figura 9. Gabinete Individual (Vide www.portovivosru.pt)	31
Figura 10. Espaço comum (Vide www.portovivosru.pt)	31
Figura 11. Espaço comum (Vide www.portovivosru.pt)	32
Figura 12. Sala de exposições (Vide www.portovivosru.pt)	32
Figura 13. Mostra de trabalhos de jovens criadores (Vide www.portovivosru.pt)	35
Figura 14. Entrada do palacio das artes	36
Figura 15. Circuito do Vinho do Porto (Vide www.portovivosru.pt)	37
Figura 16. Fotografia da Exposição Ruas de Pé (Vide www.portovivosru.pt)	39
Figura 17. Flyer da Exposição Ruas de Pé (Vide www.portovivosru.pt)	40
Figura 18. cartazes da Exposição Comércio Vivo (Vide www.portovivosru.pt)	41
Figura 19. Flyer promocional da Categoria Tradicionais (Vide www.portovivosru.pt)	41
Figura 20. Flyer Promocional da Categoria Tradicionais (Vide www.portovivo.pt)	42
Figura 21. Comércio Vivo Mouzinho Flores (Vide www.portovivosru.pt)	43
Figura 22. Imagens da Apresentação do site Comércio Vivo (Vide www.portovivosru.pt)	44
Figura 23. Faixas e cartaz do evento Bairro Criativo, 2010 (Vide www.portovivosru.pt)	45
Figura 24. Conteúdos da Revista "VIVA!" alusivos à Porto Vivo, SRU (Outubro 2011) ((Vide www.portovivosru.pt)	46
Figura 25. Conteúdos da Revista "VIVA!" alusivas à Porto Vivo, SRU (Março 2012) (Vide www.portovivosru.pt)	46
Figura 26. Conteúdos da revista "VIVA!" alusivos à Porto Vivo, SRU (Outubro 2012) (Vide www.portovivosru.pt)	47
Figura 27. Rua das Flores vista da Estação Ferroviária de S. Bento	50

Figura 28. Rua das Flores com Circulação Pedonal.....	50
Figura 29. Artes Performativas na Rua das Flores	51
Figura 30. Intervenções artísticas na Rua das Flores.....	51
Figura 31. Descrição das faixas etárias dos inquiridos.....	53
Figura 32. Descrição do género dos inquiridos.....	53
Figura 33. Descrição das habilitações literárias dos inquiridos	54
Figura 34. Descrição da área de atividade.	54
Figura 35. Descrição do tipo de atividade desenvolvida pelos inquiridos.	55
Figura 36. Avaliação da atividade relativamente à diferenciação.....	55
Figura 37. Avaliação da atividade relativamente à criatividade da mesma	55
Figura 38. Início da atividade e Intervenção no Espaço Público	56
Figura 39. Ideias para a Atividade	56
Figura 40. Características do frequentador da Atividade.....	57
Figura 41. Motivo para a Localização	57
Figura 42. Avaliação do impacto da intervenção no espaço público na atividade	58
Figura 43. Avaliação geral da intervenção no espaço público.....	59

Índice de Tabelas

Tabela 1. Parcerias para a regeneração urbana, Quadro de Investimento	19
Tabela 2. Relação entre investimento público e investimento privado	22

Símbolos, Acrónimos e Abreviaturas

GAE – Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo
GAU – Gestão de Área Urbana
RTV - (Regiões Televisão)
PDM – Plano Diretor Municipal
SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana
CH – Centro Histórico
PRU – Parceria para a Regeneração Urbana
STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto
SPOT – Sociedade Portuguesa de Outras Tendências
SCMP – Santa Casa da Misericórdia do Porto
SIEF – Societé Internationale pour d’Ethnologie et Folklore
DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte
ABZHP – Associação de Bares da Zona Histórica do Porto
ACCRU – Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística
ZIP – Zona de Intervenção Prioritária
ARU – Área de Reabilitação Urbana
UI – Unidade de Intervenção
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
ON2 – O Novo Norte 2
CCRD-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
DGT – Direção-Geral do Território
ACP – Associação Comercial do Porto
ADETURN – Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte
ADDICT – Agência de Desenvolvimento de Indústrias Criativas
APHORT – Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo
Árvore – Cooperativa de atividades artísticas
AMP – Área Metropolitana do Porto
BSB – Batalhão Sapadores Bombeiros
CHP – Centro Histórico do Porto
CHPPM – Centro Histórico do Porto Património Mundial
CMP – Câmara Municipal do Porto
CPO – Círculo Português de Obra

CRL – Cooperativa de atividades artísticas
DMVP – Direção municipal da Via Pública
DMASU – Direção Municipal do Ambiente e Serviços Urbanos
DMEJ – Departamento de educação e Juventude
DMC – Direção Municipal de Cultura
DMT – Departamento Municipal de Turismo
DMU – Direção Municipal do Urbanismo
DRCN – Direção Regional da Cultura do Norte
DREN – Direção Geral de Educação do Norte
ESA - Conservatória da música do porto
ESAD – Escola Superior de Artes e Design
ESAP – Escola Superior Artística do Porto
EHTP – Escola de Hotelaria e Turismo do Porto
ESMAE - Escola superior de música e artes do espetáculo
FDZHP – Fundação para o desenvolvimento da zona histórica do Porto
FJ – Fundação da Juventude
GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento
IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico
IMC – Instituto dos Museus e Conservação
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPA – Instituto Português de Arqueologia
LRU – Loja de Reabilitação Urbana
MTC – Museu dos Transportes e Comunicação
PG – Plano de gestão
PM – Polícia Municipal
SCM – Santa Casa da Misericórdia
UGAU – Unidade de Gestão das Áreas Urbanas
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ACRE – Accommodation Creative Knowledge
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

1

Introdução

A presente dissertação intitulada *A regeneração urbana como plataforma para a revitalização funcional dos centros urbanos: o caso das atividades criativas* tem como objetivo analisar e discutir as novas dinâmicas de localização das atividades criativas nas áreas centrais e o papel que as estratégias de regeneração urbana conduzidas por instituições públicas específicas têm nesse processo.

A dissertação utiliza como estudo de caso o *Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores*, implementado recentemente na cidade do Porto. Analisa-se o seu potencial estratégico para a criação e instalação de atividades criativas. Pretende-se, também, estudar a importância de formas de intervenção no espaço público para a revitalização funcional do centro urbano, e perceber a relevância dos diferentes intervenientes, nomeadamente o papel das instituições públicas nesse Programa.

A dissertação é composta por 4 capítulos, incluindo este capítulo de introdução que tem como intenção apresentar o tema e os objetivos do trabalho, expondo os conteúdos de cada um dos capítulos.

O capítulo 2 pretende enquadrar o tema através da revisão da literatura e análise do estado da arte com o objetivo de expor os debates sobre a regeneração urbana e as atividades criativas nos centros urbanos.

O capítulo 3 consiste na análise do Estudo de caso, e começa por explicar e apresentar o *Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores* inserido no regulamento específico *Política de Cidade – Parcerias para a Regeneração Urbana*. Tendo a Rua das Flores como caso de estudo específico, de seguida é feita uma análise que procura relacionar o Programa de Ação e as novas dinâmicas de instalação de atividades criativas. Para fechar o capítulo é feita uma análise crítica ao caso de estudo.

O capítulo 4 corresponde às Conclusões da dissertação e Recomendações futuras que auxiliem futuros trabalhos sobre o tema.

2

A Regeneração Urbana e as atividades criativas nos centros urbanos

2.1. ENQUADRAMENTO

O presente capítulo pretende apresentar o tema em estudo. Começa por fazer uma revisão da literatura e identificar autores importantes e o debate atual sobre o tema. Após a identificação dos autores e debate, o enfoque passa para a definição de conceitos importantes para o desenvolvimento do estudo. Procedida a definição de conceitos, o presente capítulo pretende relacionar os conceitos criatividade, cidade criativa, economia e regeneração urbana. De seguida é estudado o debate sobre as lógicas de localização e as atividades criativas nas zonas centrais da cidade. Por fim, o capítulo pretende mostrar uma relação entre regeneração urbana e as atividades criativas.

2.2. RELAÇÃO ENTRE CIDADE E ECONOMIA CRIATIVA

“A regeneração urbana como plataforma para revitalização funcional dos centros urbanos: o Caso das Atividades Criativas”, sendo o título do estudo a desenvolver, é um tema abrangente que inclui um vasto leque de conceitos chave importantes para o estudo, nomeadamente “Regeneração Urbana”, “Revitalização”, “Centros Urbanos”, “Atividades Criativas”.

Estes conceitos chave são amplamente estudados pela comunidade científica, e a cada um dos conceitos está subjacente um debate de ideias, visões e estratégias que visam sempre a análise e melhoria contínua de estratégias de intervenção para as cidades e regiões.

Numa primeira fase, e para que se possa perceber o debate, é necessário proceder à definição de conceitos para que se possa desenvolver um estudo que seja claro e coerente.

Vários autores destacam-se através de diversos artigos e casos de estudo sobre o tema das cidades criativas e atividades criativas. As suas opiniões e visões dividem-se em relação a certos princípios e é por isso importante que se percebam as ideias e os argumentos de cada um deles, para que se possam desenvolver questões, partindo de uma base fundamentada. É o caso de Florida(2002), Musterd(2006), Pratt(2009), Hutton(2004), Asheim(2009), Ponzini(2010), Evans (2009), Winther (2010), Rosseau (2009), Atkinson (2009), Mateus (2010) e Vázquez(2010).

É importante como anteriormente referido começar por definir claramente alguns conceitos, criatividade, classe criativa, atividade criativa, cidade criativa e economia criativa. É importante perceber a relação direta que todos estes conceitos têm no debate atual.

Vivemos numa sociedade cada vez mais global, em que a competição é cada vez mais acentuada, e em que as mudanças em todos os níveis se processam cada vez mais rapidamente. Para isso é necessário que os agentes que pensam nas dinâmicas das cidades - agentes de planeamento - sejam cada vez mais capazes de fazer previsões que possam dar respostas a futuras necessidades das populações e para que as cidades e regiões possam permanecer competitivas no panorama nacional e mundial.

Essencialmente urge que estes agentes percebam claramente o paradigma económico, e qual o caminho a seguir, para facilmente poderem fazer a melhor leitura das necessidades de intervenções a fazer com o objetivo de melhorar o funcionamento da cidade.

Se há uns anos atrás as cidades eram ocupadas essencialmente por indústrias pesadas e, em consequência disso, ocupadas por trabalhadores dessa classe, as dinâmicas de funcionamento das cidades eram pensadas em função desse paradigma. Contudo, com a evolução tecnológica, social e económica, cada vez mais o cenário se altera e com isso as necessidades de habitação, serviços e emprego.

Richard Florida defende que estamos a entrar na “idade criativa”, na qual as pessoas com ideias originais de todos os tipos, isto é, a classe criativa, têm um papel central. Para Florida a classe criativa é constituída por cientistas, engenheiros, professores universitários, poetas, escritores, artistas, designers, artistas de entretenimento, editores, figuras culturais, analistas e críticos de arte, entre outros. Partindo desta definição de classe criativa, é possível desenvolver uma definição de atividades criativas, sendo estas as respetivas atividades desenvolvidas pelos elementos referidos na classe criativa.

Com o conceito de classe criativa bem definido, urge a necessidade de encontrar a definição de atividade criativa, e relativamente a este tópico a definição menos consensual.

As atividades criativas podem ser definidas de diferentes maneiras, Hartley (2005) identifica diferentes tipos de atividades criativas, baseadas em aspetos como a tecnologia utilizada, as políticas públicas, as formas de financiamento, entre outros fatores. A definição mais abrangente parece ser a que se centra na natureza do trabalho incorporado, de forma particular no que respeita à incorporação de criatividade (Musterd, 2007). A definição utilizada no projeto ACRE sugere que as atividades criativas não abrangem apenas funções diretamente relacionadas com a produção cultural e criativa, mas também atividades relacionadas que requerem elevados níveis de conhecimentos especializados. As atividades podem ser agrupadas de diferentes formas, Musterd considera que as atividades criativas podem ser divididas em dois grandes grupos, indústrias criativas e indústrias do conhecimento. Das indústrias criativas fazem parte a publicidade, arquitetura, artesanato, design, design de moda, vídeo, cinema música e fotografia, edição, jogos de computador e conceção de software, rádio e televisão, artes e espetáculo, museus e bibliotecas e comércio de produtos culturais. Por outro lado as Indústrias do conhecimento são constituídas por tecnologias da comunicação (que inclui as TIC de manufatura e os serviços TIC, incluindo telecomunicações), finanças, termos jurídicos e outros serviços prestados às empresas, investigação e desenvolvimento, e Ensino Superior, Engenharia e Consultoria (Vázquez et al., 2010).

Assumindo um papel cada vez mais importante na economia da cidade e mesmo do país, a classe criativa e as atividades por si desenvolvidas tornam-se cada vez mais um objectivo a alcançar por partes dos responsáveis das cidades. Contudo, é necessário que as cidades sejam dotadas de um

conjunto de características físicas, culturais e sociais para que sejam capazes de receber a classe, e para que este modelo possa funcionar.

A investigação desenvolvida por Richard Florida foca a sua atenção no contributo de três fatores T's – Tecnologia, Talento e Tolerância. De acordo com este autor estes podem ser critérios decisivos para atrair profissionais criativos, pois eles procuram lugares diferenciados, tolerantes e abertos a novas ideias, onde têm condições de produzirem ritmos mais elevados de inovação e desenvolvimento tecnológico, e possam proporcionar condições de bem-estar (Mateus, 2010).

Tendo em conta que as características referidas anteriormente podem servir como critério para a atração da classe criativa, é possível fazer uma outra abordagem, uma abordagem polarizada e baseada no conceito “cidades criativas” dando enfoque na procura de novos modelos de planeamento e ordenamento do território, introduzindo para além do dinamismo do mercado, mecanismos políticos do governo de cidades, na construção de novos fatores de competitividades e atratividade, associados a uma base espacial com suficiente capacidade e qualidade para funcionar como elemento catalisador da identidade urbana dinâmica e de motivações, iniciativas e relações económicas geradoras de riqueza e emprego (Mateus, 2010).

Nas últimas décadas, o referencial das cidades criativas emergiu, e com isso a necessidade e consistência das instituições de gestão municipal ou local assumirem um novo e preponderante papel na promoção do desenvolvimento económico e social, sendo capazes de atrair fluxos de capital, emprego e comércio, bem como residentes e visitantes, para os quais as atividades portadoras de maior capacidade diferenciadora e criativa se vieram a revelar decisivas, dando uma resposta positiva e construtiva, seja ao definhamento das atividades âncoras numa produção industrial de massa, seja à degradação e/ou abandono dos locais urbanos de produção e consumo que as tinham acolhido (Mateus, 2010).

As cidades criativas são caracterizadas por serem cidades que se procuram repensar e regenerar, nos pontos de vista urbano, económico e social, para que possa dar resposta ao contexto à qual está exposta, articulando as diferentes necessidades e “tempos ocupados” e de “tempos livres”, potenciada por uma mobilidade fortemente acrescida e embaratecida, pela preponderância das dinâmicas de consumo, nas atividades económicas, e por uma quase dominante terciarização, na configuração de empregos (Mateus, 2010).

O movimento de regeneração urbana associado ao referencial das cidades criativas generalizou-se, a uma escala global, mundial, o que é bem evidenciado pelo contributo dado na sua difusão pela iniciativa da UNESCO da “Rede de Cidades Criativas”, comportando, também um potencial de reequilíbrio da própria globalização (Mateus, 2010).

Carta (2007) procura definir ainda o conceito o conceito de “cidade Criativa” em torno de três C's – Cultura, Comunicação e Cooperação – para evidenciar a relevância da articulação entre os agentes e os espaços onde se desenvolvem as atividades criativas através de “comunidades” que valorizam e utilizam “recursos” singulares com base em ferramentas avançadas. A convergência desenhada entre a classe e a cidade criativa fundamenta-se, aqui, em três grandes proposições:

- Em primeiro lugar, na prioridade da identidade cultural como alavanca cumulativa da competitividade das cidades (enquadrando o talento individual e possibilitando o surgimento de “círculos virtuosos” na economia da cultura).
- Em segundo lugar, no papel central da utilização e difusão da informação em tempo real, através de redes de comunicação tecnologicamente avançadas, para favorecer a inovação (permitindo uma profunda reorganização dos locais e formas de trabalho e deslocalizando

serviços e redefinindo as centralidades para reduzir seriamente a poluição e o congestionamento.

- Em terceiro lugar, na importância da construção de verdadeiras comunidades urbanas diversificadas mas capazes de partilhar objectivos e responsabilidades (a mera tolerância e a multiculturalidade não geram por si só, um processo alargado de inclusão urbana, económica e social, que obriga ao envolvimento cooperativo dos diferentes componentes da “cidade” – centros, periferias, bairros, atividades, grupos sociais.

A afirmação do referencial das “indústrias criativas” correspondeu, assim, no campo da pressão pragmática dos projetos territoriais, a um surto mais polarizado pelas “cidades” do que pelas “regiões”.

2.3. LÓGICAS DE LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NOS CENTROS DAS CIDADES

As lógicas de localização são alvo de um debate alargado na comunidade científica, no qual se podem destacar dois autores, Richard Florida e Sako Musterd. A visão de Richard Florida é assente nos Criativos e nas características que as cidades possam ter para os conseguir atrair. Musterd defende a criação de condições para instalar atividades e dinâmicas, e com isso criar as condições ideais para a atração da Classe Criativa.

A definição de localização pode também ser diversa, isto é, os alvos de intervenção local podem ter várias escalas, como centro das cidades, as áreas metropolitanas, as grandes cidades e os pequenos centros.

É conveniente evidenciar duas lógicas de localização distintas, uma assente numa perspetiva mais residencial, que visa os sítios que os criativos preferem para residir e por outro lado uma lógica de localização mais orientada para as atividades criativas.

O sucesso de uma economia criativa numa cidade depende de vários fatores como a sua localização geográfica, contexto histórico e político, entre outros. A melhor relação entre estes fatores vai condicionar e decidir o sucesso da implementação das atividades criativas num determinado contexto.

Vários estudos mostram que a Europa apresenta boas características para a implementação da cidade criativa pelo contexto histórico e político que evidencia. Há uma relação entre economia criativa e contexto histórico.

O aumento da riqueza, a desindustrialização e a expansão da União Europeia são aspetos que contribuem para o desenvolvimento urbano e para o potencial sucesso na implementação do modelo das atividades criativas. Para além disso, as suas características de população como a compacidade, densidade populacional, diversidade populacional funcional e a sua herança histórica e cultural, são características ótimas para a implementação de uma economia criativa. E por todo este conjunto de razões diferenciadoras, vão surgir cidades com maior taxa de sucesso na adoção deste modelo (Bontje e Musterd, 2008).

Ao contrário do que muitas vezes é esperado, a globalização não tem produzido uma convergência das oportunidades de desenvolvimento das cidades. Cidades e regiões de todo o mundo mostram uma grande variedade de ativos e identidades. Esses ativos têm moldado o novo espaço de oportunidades para as cidades de todo o mundo. As cidades capitalistas mais avançadas são caracterizadas por novas flexibilidades, diversidade e dinâmicas de produção pós-fordista, em substituição dos antigos meios de produção. As atividades de conhecimento intensivo controlam a economia global, com a contribuição das atividades e indústrias culturais e criativas. As cidades Globais enfrentam desafios muito

diferentes em comparação com os centros regionais e os efeitos da globalização e da reestruturação económica na Europa são muito diferentes dos outros continentes (Bontje e Musterd, 2008).

Dentro da Europa é importante distinguir diferentes experiências, nomeadamente no que diz respeito a cidades da Europa Ocidental e da Europa Central e Oriental. O estudo de caso desenvolvido por Musterd (2006), que compara Amesterdão e Leipzig, mede a importância da componente histórica, política e social no desenvolvimento de potenciais regiões e cidades de conhecimento e criatividade.

Sobre a emergência da “indústria criativa” e da “classe criativa”, o debate sobre a competitividade das regiões está há muito focada em fatores clássicos de localização. Estes fatores de localização incluem os níveis de renda, a disponibilidade de espaço de escritório, acessibilidade, regimes fiscais, e outros regulamentos. A proximidade de centros financeiros globais, prestadores de serviços e clientes, bem como a elaboração de uma organização internacional de talentos, são fatores de localização clássicos com importância relevante. Contudo, para além dos fatores de localização clássicos, há outros fatores a ter em conta, nomeadamente aqueles que o debate académico aponta como fatores de localizações suaves ou “soft”, nos quais se evidenciam um bom ambiente residencial, tolerância para estilos de vida alternativos e diversidade, dinâmicas culturais animadas, disponibilidade de espaços de preferência públicos para fins comerciais e de lazer. Esta mudança de atenção no que tem a ver com fatores de localização de “clássicos” para “suaves” está relacionada com a “economia do conhecimento criativo” (Bontje e Musterd, 2008).

Allen J. Scott e outros investigadores do tema “indústrias criativas” estão focados nos mecanismos de localização das empresas criativas. Já Richard Florida tenta compreender a lógica e critérios das pessoas criativas e talentosas para se estabelecerem numa determinada cidade ou região. Este autor afirma que as pessoas criativas preferem viver em cidades com população diversificada e uma atmosfera tolerante. Contudo, as ideias de Florida encontram críticas principalmente fundamentadas na falta de dados na pesquisa, críticas essas suportadas por Hall, Peck, Scott, Storper e Manville.

Um fator importante na atração das classes criativas e de atividades criativas é o legado histórico e a tradição que a região tem como centro de criatividade inovação (Bontje e Musterd, 2008).

Atualmente, muitas grandes cidades ocidentais pretendem ser atraentes para o novo sucesso da economia de alta tecnologia, de negócios e serviços financeiros, indústria cultural e criativa.

Para isso e para que se possa atrair este tipo de trabalhadores e a classe criativa, é necessário que as cidades possuam determinadas características que sejam compatíveis com a população alvo, isto é, que tenham impulso urbano rico e um ambiente atraente, capaz de se diferenciar (Bontje e Musterd, 2008).

A ideia de cidades segregadas social e culturalmente não representa um perfil de cidade compatível com a cidade ideal para atrair as cidades criativas. Para isso, as cidades devem ser socialmente coesas, contrariantes políticas potencialmente segregadoras e favorecendo a mistura de comunidade, contribuindo assim para um maior equilíbrio. Este tipo de política impulsiona a ideia de bairros habitacionais mistos, aumentando assim as oportunidades individuais, para que em conjunto possa favorecer a economia urbana (Bontje e Musterd, 2008).

Muitas cidades importantes do mundo ocidental estão a fazer um esforço para criar condições de atratividade para atividades económicas que são consideradas importantes e vitais para o sucesso económico das cidades. É contudo necessário repensar quais as condições necessárias para ter uma boa estrutura económica na cidade, tendo consciência de que as condições económicas mundiais mudaram significativamente. Hoje em dia, a prosperidade económica vem principalmente de empresas de sucesso do ramo das tecnologias, finanças, serviços empresariais, indústrias criativas e culturais e

em serviços para os consumidores que vivem nas cidades e visitantes ou viajantes. A grande questão é: como atrair essas empresas e pessoas e como mantê-las. (Musterd, 2006).

Em debates recentes e bem conhecidos sobre as condições das indústrias intensivas em conhecimento e criativas afirmam que hoje em dia é vital criar condições para atrair o talento criativo e habilidoso que é necessário para as atividades (Florida, 2002;Musterd, 2006).

Historicamente, as cidades tinham que pelo menos oferecer um bom parque habitacional para acomodar os trabalhadores das áreas rurais, criando condições para que estes trabalhadores estivessem aptos para a trabalharem nas indústrias. Da mesma forma as cidades atuais devem criar as condições certas para que possam acomodar os trabalhadores das novas indústrias de alta tecnologia, cultural de negócios e serviços ao consumidor. Estas condições incluem novamente habitação, mas também outros ativos urbanos. Esta teoria é fortemente baseada na ideia de que os empregados ou trabalhadores são a chave para o sucesso da economia e os funcionários têm pelo menos algum poder de fazer escolhas entre diferentes regiões urbanas. (Musterd, 2006)

Isso pode realmente ser cada vez mais uma forma legítima de pensar, especialmente se for levado em consideração o facto de os atuais funcionários em novas atividades económicas terem claramente mais oportunidades de escolha em comparação com os trabalhadores do passado que trabalhavam na indústria. E isto é especialmente verdadeiro para os trabalhadores com ensino superior e que possuam algum poder económico. O aumento das escolhas está relacionado com o aumento da mobilidade individual, que refletem níveis mais elevados de migrações nacionais e transnacionais. Esta evolução pode provocar maior concorrência interurbana e inter-regional atraindo pessoas mais qualificadas. Consequentemente, neste momento, a criação de condições para aqueles que estão a trabalhar em atividades económicas urbanas vitais torna-se num aspeto importante de estímulo para a economia urbana.

Então surge a questão fundamental: "quais são as condições que são cruciais para atrair os trabalhadores necessários para as atividades criativas?"

Contudo também podemos adotar a perspetiva das indústrias, isto é, das "atividades criativas", na medida em quem são estas que criam as condições para atividade económicas. A disponibilidade de talento, é claramente um aspeto a ser levado em consideração por cada empresa que está à procura do local certo para se localizar, mas as empresas fortes são atraentes por si só. Além disso, muitos fatores "clássicos" e "suaves" de localização ainda vão desempenhar um papel muito importante, como encontrar as economias de aglomerações ideais, onde encontrar boas acessibilidades, ligações ideais para outros lugares, espaços de escritórios de alta qualidade e outras condições locais. Muitas empresas estão agora a operar internacionalmente, ou mesmo a nível mundial, mas ainda em posições localizadas estrategicamente. Alguns dizem que as empresas que se conseguem conectar de forma mais inteligente com os ativos locais podem ser as empresas mais inovadoras e bem-sucedidas a longo prazo (Musterd, 2006).

Dentro dos tecidos urbanos, é importante ter a perceção dos critérios de localização de atividade e dos criativos, para que toda a cidade seja mais funcional. O trabalho desenvolvido por Hansen e Winther focaliza a dinâmica de localização e a distribuição espacial de talento por local de trabalho para fornecer provas de multiplicidade de geografias económicas das regiões da cidade. As regiões metropolitanas não são máquinas de crescimento homogéneo, mas sim paisagem urbanas complexas. O crescimento económico e a revitalização da região da cidade e da ascensão económica do conhecimento, incluindo o crescimento de serviços avançados de negócios, produziram novas dinâmicas de localização, incluindo o recente foco no capital humano e atividades criativas. Com base em análise de Copenhaga, é examinada a divisão espacial de talento de indústrias criativas para fornecer evidências de novas geografias económicas desiguais de regiões da cidade que estão

atualmente a ser produzidas como resultado das novas dinâmicas de localização e da economia de localização (Hansen e Winther, 2010).

Novos clusters industriais nos centros das cidades constituem aspetos importantes da nova economia, que incluem computação gráfica e de imagem, design de software, e as indústrias de software e de multimédia, assim como arquitetura e design gráfico. O trabalho de investigação de Hutton (2004) aborda fatores fundamentais de desenvolvimento com enfoque na importância do “espaço e lugar” que moldam a localização e morfologia desses aglomerados, fundamentadas pelo trabalho de campo em Londres, São Francisco, Vancouver, e Singapura, assim como recentes contribuições de Allen Scott, Richard Florida e Andy Pratt, entre outros. A análise demonstra que estes novos grupos de indústria atuam como agentes de mudança urbana no século XXI, com implicações para a reafirmação da produção no interior das cidades, para a reconfiguração da economia no espaço urbano e para a regeneração de locais e comunidades.

Novas indústrias económicas são portanto fundamentais para a reformulação do núcleo urbano, bem como os processos mais amplos de mudança socioeconómico dentro da cidade como um todo. Mas a expansão destes novos agrupamentos industriais também está associada com uma gama de problemáticas e também impactos sociais e ambientais amplamente favoráveis, e apresenta desafios distintos para planeamento local e para a teoria urbana (Hutton, 2004).

2.4. REGENERAÇÃO URBANA E ATIVIDADES CRIATIVAS

Há uma ligação entre as estratégias de regeneração urbana e o desenvolvimento de atividades criativas. As estratégias de regeneração urbana, quando devidamente pensadas e articuladas, tendo bem claro os objetivos, podem ter grande alcance na revitalização e geração de novas atividades, com as atividades criativas a desenvolver um efeito multiplicador relevante.

Com o enfoque que se tem dado às atividades criativas, e até aos seus residentes, é premente o reconhecimento da importância que assume a “cidade criativa” como objetivo de desenvolvimento, e é acompanhado pelo interesse na definição de novas estratégias ou agentes urbanas que têm nos centros das cidades – e nos seus processos de declínio – um alvo preferencial. Pelo que a criatividade está presente, também na conceção e desenho das políticas urbanas, a construção da “cidade criativa” envolve estratégias para a resolução dos principais problemas de transformação urbana e para a construção de novo futuro para a cidade (Vázquez et al., 2010).

Analisando em específico o contexto Europeu, e no âmbito particular das políticas de regeneração urbana, vários autores têm referido o crescente recurso a estratégias e práticas apoiados na exploração das “qualidades urbanas” específicas, representado o seu valor histórico e simbólico, e a sua diversidade cultural e social (Vázquez et al., 2010).

A literatura distingue dois tipos fundamentais de objetivos de estratégias: primeiro as estratégias com o objetivo de alcançar o city-marketing e de city-branding, que se apoiam inicialmente em projetos urbanos emblemáticos, e em mais operações diversificadas, de transformação e de gestão de identidade e da imagem urbana, através de processo de associação de atributos funcionais com valores simbólicos. Esses mesmos processos estão muitas vezes ligados a estratégias de diferenciação, apoiadas em novos espaços de produção e criação cultural. Segundo, as estratégias com objetivo de reforçar a “atmosfera” urbana distinta e vibrante, a partir da valorização de novos espaços de consumo, e/ou a valorização de lugares de vivência social (residência), marcados pela diversidade (Vázquez et al., 2010).

É no âmbito deste conjunto de objetivos que se inserem, de uma certa forma, as novas estratégias de atividade e “espaços” culturais nas zonas centrais e históricas das cidades (Vázquez et al., 2010).

Por outro lado, é visível também, que estudos em sociologia urbana têm apontado cada vez mais para a dependência que governos municipais têm dos mecanismos de mercado e organização de política social e económica. Esta forma de organização envolve priorizar bens culturais e sociais das cidades para pôr o seu valor em competição global através de “marcas” urbanas, para competir por novas infusões de capital humano e investimento. Ao mesmo tempo, as cidades têm estado no centro dos esforços políticos progressistas, para aparentemente promover a inovação, sustentabilidade e criatividade. Estes temas fazem parte do discurso atual de planeamento em diversas cidades de todo o mundo. Investigadores têm procurado examinar também como as “classes criativas” e as “cidades criativas” podem excluir a classe trabalhadora ou classes mais desfavorecidas, acentuando a estratificação, procurando mitigar os resultados menos positivos que uma eventual intervenção possa ter (Lederman, 2015).

Através da análise de uma intervenção de regeneração urbana do centro histórico de Buenos Aires, procurou-se mostrar os projetos urbanos criativos e sustentáveis, inseridos numa agenda política e no planeamento relacionando também com os mecanismos de mercados. É sugerido também que cada vez mais as políticas globais, no seu projeto e objetivo, cada vez mais contradigam as lógicas de mercado (Lederman, 2015).

A intervenção de regeneração urbana do centro histórico de Buenos Aires foi uma operação direcionada para o peão, através da criação de percursos pedonais, priorizando as pessoas em detrimento dos automóveis, e foi denominado pelo presidente da câmara local como “primeiro centro verde” da América Latina. O projeto refletiu a atividade promocional do governo com o slogan “Buenos Aires: Uma cidade Verde”. Em paralelo, na zona Sul de Sul de Buenos Aires numa zona mais artística designada por “distritos criativos”, foi alvo de subsídios para atividades criativas como artes, design e tecnologia, para combater as desigualdades no desenvolvimento urbano. Com estas medidas, e com a implementação da ideia de cidade criativa, o executivo tinha como intenção promover a coesão social, através da inclusão das classes mais desfavorecidas (Lederman, 2015).

O debate atual de planeamento no que tem a ver com esta matéria defende que as cidades devem abrigar criatividade e inovação, sugerindo-se que a cidade deva ser participativa, sustentável e diversificada. Refere ainda que as cidades devem ser dotadas de espaço e encontro coletivo. Assim sendo, este conjunto de características dá expressão à meta de políticas urbanas competitivas, sendo tema de debate contínuo entre gestores municipais e objeto de intervenção para os consultores políticos transnacionais (Lederman, 2015).

As entidades públicas foram responsáveis por estas duas intervenções, que conciliavam a criatividade e a sustentabilidade. Como já foi referido, o primeiro foi regeneração do centro histórico, um projeto tido como um projeto de regeneração sustentável, tendo incidido o segundo projeto na criação de clusters criativos, ou seja, o distrito das artes. Ao analisar os projetos, constata-se que seguiram caminhos diferentes, nomeadamente nas políticas públicas e planeamento, mas chegaram a resultados semelhantes. O estudo reflete também que um conjunto de questões que foram tratadas separadamente, como uso do espaço público na política de cidade criativa e o papel do urbanismo verde. Ao fazê-lo, a criatividade e a sustentabilidade são analisados como expressões idiomáticas de planeamento internacional, servindo cada um dos projetos de intervenção para abrir áreas descapitalizadas de Buenos Aires para o investimento, criando assim um efeito multiplicador. Estas políticas procuram impor uma imagem de Buenos Aires como uma cidade limpa, aberta, e

culturalmente emocionante, tornando assim a cidade mais atraente para os moradores, investidores e visitantes (Lederman, 2015).

O objetivo do estudo não foi identificar as desigualdades bem documentadas embebidas em políticas criativas da cidade, mas sim procurar desvendar os objetivos e resultados das novas narrativas de planeamento urbano que compartilham uma visão “win-win” de desenvolvimento urbano no qual interesses e prioridades correntes estão ausentes (Lederman, 2015).

Enquanto que hoje em dia as cidades competem cada vez mais para os investimentos móveis, as áreas de intervenção representam oportunidades para a reconstrução e crescimento. Embora exista um amplo consenso entre investigadores urbanos de que as cidades aproveitam cada vez mais as receitas públicas para fins empresariais, especialmente aqueles mergulhados em visões de cidade criativa, novos discursos de sustentabilidade sugerem que as preocupações ambientais, sociais e ecológicas progressistas podem estar a ganhar prioridade sobre os objetivos de mercado (Lederman, 2015).

Pesquisas na área da sociologia urbana sugerem que a exclusão urbana é o resultado, em parte, da privatização do espaço público e amenidades, uma lógica estendida aos bens públicos, tais como habitação e educação. No caso de Buenos Aires, no entanto, a retórica do acesso e da inclusão dos serviços urbanos é realmente ouvido em muito do debate do planeamento contemporâneo. Sublinhando a centralidade da inclusão e do papel do espaço público na produção de convivência social, esta tornou-se uma característica definidora de projetos urbanos patrocinados pelo governo em Buenos Aires, especialmente aqueles enquadrados como intervenções criativas e sustentáveis (Lederman, 2015).

Políticas de cidade competitiva são resposta a novas pressões económicas, tanto externas como locais. As suas manifestações locais são complexas, amarradas a determinados regimes regulatórios e pressões públicas. No entanto, o aumento da sustentabilidade como um discurso legitimador em cidades em todo o mundo sugere que as políticas competitivas estão na base de esforços dos governos locais para atrair novos investimentos e crescimentos, ao vender estas políticas aos públicos locais (Lederman, 2015).

2.5. SÍNTESE

O capítulo começou por mostrar a relação entre cidade e a economia criativa. Neste âmbito foram feitas as definições de “classe criativa” e “atividade criativa”. Depois de estes dois conceitos definidos, tornou-se mais claro o papel de uma economia criativa no emergente conceito de “cidade Criativa”. No seguimento do capítulo, surgiu a necessidade de se perceber e discussão sobre as lógicas de localização nos centros urbanos, destacando quais os fatores de atratividade de “classes” e “atividades” “criativas”. O capítulo acaba com a relação entre regeneração urbana e atividades criativas, tentando perceber os objetivos e alcances dos programas de reabilitação e revitalização urbana e a sua relação com atividades criativas.

3

O ESTUDO DE CASO: O PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO DO EIXO MOUZINHO/FLORES

O presente capítulo tem como objetivo relacionar as estratégias de regeneração urbana conduzidos por instituições públicas específicas (como sociedades de reabilitação urbana), no centro das cidades e as novas dinâmicas geradas com a localização das atividades criativas.

A metodologia utilizada no desenvolvimento do presente trabalho, foi em primeiro lugar uma análise documental, com enfoque inicial no estudo do Programa de Ação para a Reabilitação do Eixo Mouzinho/Flores e as Parcerias para a Regeneração Urbana.

Para complementar o estudo documental e aumentar o conhecimento sobre o Programa de Ação para a Reabilitação do Eixo Mouzinho/Flores foram realizadas três entrevistas técnicas a parceiros (Porto Vivo, SRU e TRENMO, SA).

Após o estudo do Programa de Ação, e para dar seguimento ao estudo pretendido, foram realizado inquéritos operacionais às atividades instaladas na Ruas das Flores, por forma a obter uma base de dados com informação útil para o estudos das dinâmicas instaladas após a operação e a localização de atividades criativas, que visam o estudo pretendido.

Por fim, após a recolha e tratamento dos dados, é feita a discussão de resultados por forma a perceber a relação entre as estratégias de regeneração urbana e as dinâmicas geradas e as atividades criativas

3.1. ENQUADRAMENTO

A reabilitação e a regeneração urbana são fatores determinantes para a revitalização funcional das cidades, nomeadamente do seu centro. Para que o esforço seja maximizado é necessário ter uma estratégia sólida, fundamentada por um conjunto de princípios e objetivos e uma visão estratégica para o futuro capaz de fundamentar intervenções e investimentos.

O programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores é uma das 10 operações que constituem a estratégia territorial do Plano de gestão do Centro Histórico do Porto Património da Humanidade. Esta unidade territorial foi alvo de uma intervenção contínua no tempo, intervenções estas de cariz público com participação de fundos comunitários, conciliadas e complementadas com investimento privado, nomeadamente na reabilitação do edificado habitacional e atividades e comércio e turismo.

O Eixo Mouzinho/Flores está localizado no centro da cidade do Porto, e estende-se entre a praça Almeida Garrett/Largo de Lóios e a Praça do Infante integrando as ruas que lhes dão a denominação.

O eixo é constituído por um território de 11ha, no qual existem 15 quarteirões com mais de 200.000 m² de área construída; do edificado em causa, 45% está em mau estado, 20% está devoluto e 40% está apenas parcialmente ocupado. A desocupação e o mau estado de conservação do edificado são os problemas previamente diagnosticados e constituem o motor de intervenção e desenvolvimento deste programa.

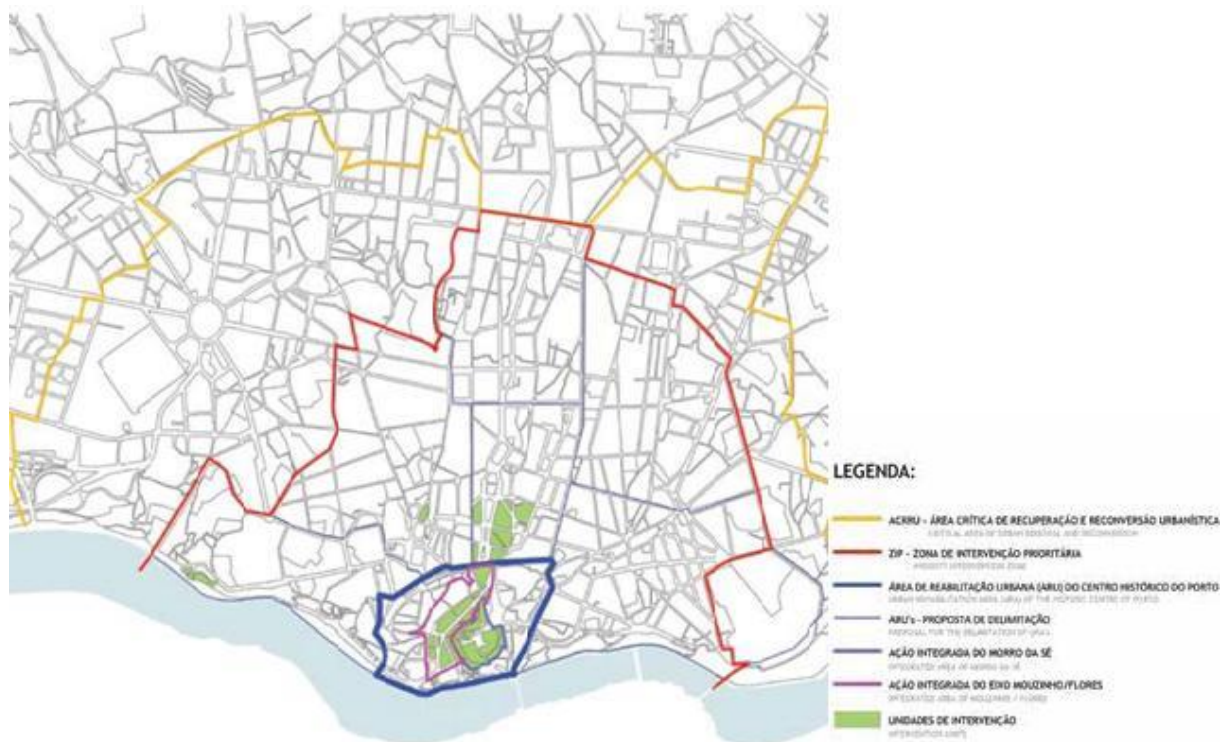


Figura 1. Eixo Mouzinho/Flores inserida no mapa da cidade do Porto (Vide www.portovivosru.pt)

3.2. PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA

3.2.1 ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO NO REGULAMENTO ESPECÍFICO “POLÍTICA DE CIDADE – PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA”

O programa de Ação para a Reabilitação do Eixo Mouzinho/Flores, foi desenhado, desenvolvido e sustentado de acordo com o Regulamento Específico – Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) do Programa Operacional ON.2.

O Programa de Ação, seguiu as linhas normativas, para reunir condições de candidatura ao concurso.

Para perceber a formulação do programa de Ação é importante conhecer o Regulamento Específico – Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana para que se possam perceber claramente as definições, conceitos e os objetivos do mesmo.

Este Regulamento específico – Políticas de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana, previsto no Quadro de Referência Estratégica Nacional, estabelece as condições de acesso ao Instrumento de Política “Parcerias para a regeneração Urbana” inscrito no eixo 4 – Qualificação do Sistema Urbano, do Programa Operacional Regional do Norte.

Para ajudar a compreender melhor o regulamento, de seguida vão ser descritos alguns dos seus principais conteúdos:

O regulamento começa por definir três conceitos importantes, Cidade ou centro urbano, Parceria Local e Operação. Cidade ou centro urbano é no presente documento definido como um aglomerado urbano, que independentemente da respetiva categoria, reúna as condições previstas no artigo 13º da Lei 11/82, de 2 de Julho. Parceria local é definido como um conjunto de entidades públicas e privadas que se comprometem com um Programa de Ação integrado de desenvolvimento urbano e celebram um protocolo de parceria para a sua implementação. Operação é definida como um projeto ou grupo de projetos coerentes selecionados pela autoridade de gestão do Programa Operacional, ou sob a sua responsabilidade, e executada por um ou mais beneficiários

O presente regulamento entende que uma “Parceria para a regeneração Urbana” é um processo estruturado e formal de cooperação entre entidades que se propõem a elaborar e implementar um programa de Ação comum de regeneração de uma área específica de uma dada cidade.

Para além disso, o regulamento estabelece que uma “Parceria para a regeneração Urbana” envolve o município, cuja responsabilidade é a de ter a iniciativa de estruturar a parceria e liderar a preparação do Programa de Ação, e outros atores urbanos, nomeadamente: empresas, intervindo através de investimentos diretos e da participação em parcerias público-privado (PPP); associações empresariais, prestando apoio ou serviço a empresas ou outros atores envolvidos na Parceria local; serviços da administração central e outras entidades do sector público, atuando, no domínio das suas competências, no planeamento e execução, financiamento e gestão de infraestruturas, equipamentos e serviços; concessionários do serviços públicos, em particular na área dos transportes e ambiente; Instituições de ensino, formação profissional e de investigação, atuando no quadro do apoio técnico, da qualificação de competências e da difusão do conhecimento; Fundações, organizações não governamentais (ONG) e outras associações cujo objeto social seja relevante para os objetivos do programa de ação; Moradores e suas associações, participando na proposta de soluções e na implementação de ações concretas previstas no programa de ação; Proprietários, intervindo em ações de reabilitação e valorização do respetivo património ou cedendo espaços necessário ao desenvolvimento das operações previstas.

O regulamento descreve que os objetivos das intervenções, dividido em duas partes.

Primeiro o instrumento “Parcerias para a Regeneração Urbana” integra-se na Política de Cidades Polis XXI, cujos objetivos são: Qualificar e integrar os distintos espaços de cada cidade; Fortalecer e diferenciar o capital humano, institucional, cultural e económico de cada cidade; Qualificar e intensificar a integração da cidade na região envolvente; e Inovar nas soluções para a qualificação urbana.

A segunda parte estabelece os objetivos específicos do instrumento de política “Parcerias para a regeneração urbana” que são: Promover a coesão e a inclusão sociais, a integração e a igualdade de oportunidades das diferentes comunidades que constituem a cidade; Promover os fatores de igualdade entre homens e mulheres; Estimular a revitalização socioeconómica de espaços urbanos degradados; Qualificar o ambiente urbano e os fatores determinantes da qualidade de vida da população; Reforçar a atratividade das cidades através da preservação e valorização de espaços de excelência urbana; e Reforçar a participação dos cidadãos e inovar nas formas de governação urbana através da cooperação dos diversos atores urbanos.

Estão previstos neste regulamento que os espaço elegíveis para este instrumento de política, espaços urbanos coerentes para o desenvolvimento de programas integrados, localizados em municípios das

áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, em centros urbanos dos níveis superiores do modelo territorial definido nos Planos regionais do ordenamento do território (PROT) ou, na falta deste, nos centros urbanos estruturantes do modelo territorial definido no Programa Nacional de Política de ordenamento do território (PNPOT) e em outros centros urbanos e aglomerados urbanos que não satisfaçam as condições previstas no artigo 13º da Lei 11/82, de 2 de Julho, desde que integrados numa estratégia, a propor pela CCDR, de qualificação dos pequenos centros com potencial estruturante do território regional.

Nos espaços elegíveis anteriormente descritos apenas podem ser apoiadas operações inseridas em Programas de Ação correspondentes a: Programas integrados de valorização de áreas de excelência urbana, nomeadamente centros históricos, frentes ribeirinhas e marítimas; Programas integrados de qualificação das periferias urbanas e de outros espaços relevantes para a estruturação urbana; Programas integrados de renovação das funções e dos usos de áreas abandonadas ou com usos desqualificados, e Programas integrados de requalificação de reintegração urbana de bairros críticos, onde a situação social e económica ou a degradação urbana justifiquem uma intervenção especial.

Um Programa de Ação diz respeito a uma área específica (bairro crítico, urbanização degrada periférica, centro histórico, frente ribeirinha, etc.) que justifique uma intervenção integrada de regeneração urbana e de qualificação da sua inserção no conjunto da cidade.

Um Programa de Ação deve ser plurianual e integrado – articulando de forma equilibrada as dimensões físicas, ambiental, económica, social e cultural – devendo a sua elaboração ser dinamizada pelo Município através do envolvimento e participação de parceiros locais, originando uma Parceria Local. O Programa de Ação envolve operações de diversos parceiros, devendo o montante total do investimento elegível para o financiamento de Programa Operacional situar-se entre os limites mínimo e máximo a serem fixados nos Avisos de Abertura de Concurso.

O Horizonte temporal de execução do programa de Ação é de 3 anos.

Um Programa de Ação deve conter: A delimitação da área de intervenção; Um diagnóstico prospetivo da área de intervenção e a sua contextualização na visão estratégica de desenvolvimento da cidade; A análise dos resultados de anteriores intervenções na mesma área; Uma avaliação dos instrumentos de política com incidência na área de intervenção e da sua articulação com a intervenção proposta; Uma estratégia, integrada de desenvolvimento, com definição de objetivos e prioridades de intervenção; A descrição dos projetos – incluindo um ficha por projeto identificando a entidade responsável pelo seu arranque e execução, o custo, as fontes de financiamento e o prazo de execução – que integram o programa de ação a financiar pelo Programa Operacional Regional, justificando a sua pertinência e coerência face à estratégia integrada de desenvolvimento; A indicação de outras intervenções públicas em curso ou projetadas para a área de intervenção, em particular os projetos complementares que são ou possam ser financiados por outros programas; A explicação do efeito multiplicador dos projetos financiados, nomeadamente identificando os projetos de iniciativa privada alavancados pelo investimento público; A fixação de metas de realização e de resultados, tendo por referência indicadores a estabelecer em lista anexa ao formulário de candidatura, bem como a indicação dos projetos específicos que concorrem para cada uma delas; Um plano de monitorização do Programa de Ação e do funcionamento da parceria local que considere, em particular, o desempenho e o relacionamento dos atores e as dificuldades de execução física dos projetos e identifique complementaridades que importe valorizar para o sucesso da operação; A descrição de procedimentos de preparação do programa de ação, em particular, a composição da Parceria Local e as condições e formas de participação; O modo de organização da Parceria Local e a estrutura de implementação do

Programa de Ação; A explicitação de como o Programa de Ação concorre para a igualdade entre homens e mulheres; e um plano de divulgação e comunicação.

A preparação do programa de Ação deve culminar com a formalização de um protocolo de parceria local estabelecido entre os parceiros que identifique as respetivas responsabilidades e o compromisso de cada parceiro com os objetivos a atingir.

Relativamente à tipologia das operações, as operações elegíveis no âmbito de um programa de ação devem corresponder a uma intervenção que inclua, de forma integrada e coerente, operações relativas a: Qualificação do espaço público e do ambiente urbano, nomeadamente: Modernização das infraestruturas urbanas, incluindo a instalação de infraestruturas para as tecnologias de informação; Melhoria do ambiente urbano, em especial criação e qualificação de espaços verdes urbanos, e valorização de frentes ribeirinhas e marítimas; Melhoria da acessibilidade e mobilidade, promovendo os modos de transportes favoráveis ao ambiente, a circulação ciclável e pedonal, a reestruturação da rede viária e a criação de estacionamento e a supressão de barreiras arquitetónicas; equipamentos coletivos de identidade e referência urbana; Recuperação e qualificação do espaço público, incluindo mobiliário urbano e equipamento estruturante; Melhoria da qualidade visual da paisagem urbana; Promoção da multifuncionalidade dos espaços urbanos; Criação de estruturas de gestão e manutenção do espaço público; Apoio técnico aos moradores para auto reabilitação dos edifícios e habitações; Desenvolvimento de tecnologias e processo de planeamento urbano participado.

Desenvolvimento económico, nomeadamente: Recuperação de edifícios e espaços para a instalação de novas atividades económicas; Apoio a iniciativas económicas das populações locais nomeadamente através de formas adequadas de apoio técnico e organizativo, bem como apoio financeiro no respeito das regras dos auxílios do estado; Desenvolvimento de novas oportunidades de qualificação, de autoemprego e de empreendedorismo, em que se privilegia a exploração a exploração dos potencial dos TIC;

Desenvolvimento social, nomeadamente: Qualificação e modernização dos serviços de interesse coletivo para a população ou as empresas; Criação/ remodelação de equipamentos e de serviços de proximidade; Dinamização de atividades recreativas e desportivas; Melhoria de competências e de inserção no mercado de trabalho, em particular de pessoas em risco de exclusão social; ações de conciliação da vida familiar e profissional; Prevenção da toxicodependência, da delinquência e de comportamentos antissociais.

Desenvolvimento cultural, nomeadamente: recuperação e valorização do património cultural, incluindo, desde que possível a refuncionalização do património edificados em desuso; Criação e dinamização de equipamentos culturais; Qualificação e modernização de serviços culturais vocacionados para a educação artística e fruição cultural; Dinamização das atividades culturais.

Ações associadas à animação da Parceria local e à dinamização do Programa de Ação e a sua divulgação, com um limite de 10% do montante global de investimento.

Sem prejuízo de opção por uma abordagem integrada envolvendo as diversas dimensões referidas, as operações elegíveis no âmbito da estratégia de qualificação dos pequenos centros com potencial estruturante do território regional, podem respeitar apenas a requalificação do espaço público e do ambiente urbano.

Este documento prevê nos seus demais artigos, estabelecer as regras do instrumento. São ainda descritas nos artigos seguintes as condições de admissão e de aceitação das operações, os Beneficiários, as condições de admissão e de aceitação dos beneficiários, a modalidade de seleção das operações, candidatura e seleção de programas de Ação, critérios de seleção dos programas de ação,

efeito da seleção de um programa de ação, a aprovação e financiamento das operações, despesas elegíveis, tipo e montante máximo de apoio, fundos de desenvolvimento urbano, contrato de financiamento, estruturas de implementação do programa de ação, acompanhamento e controlo de execução das operações, pagamentos, obrigações dos beneficiários das operações, e Aprovação, entrada em vigor e forma de revisão.

3.2.2 A PARCERIA PARA A REGENERAÇÃO URBANA DO EIXO MOUZINHO/FLORES

O programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores, coordenado pela Porto Vivo, SRU, é apoiado no quadro das Parcerias para regeneração Urbana (PRU) do Programa Operacional ON.2, com Protocolo de Financiamento celebrado a 30 de Junho de 2009.

Este programa de intervenção inserido no âmbito do projeto já em curso de reabilitação da baixa e do centro histórico do Porto, e também no quadro do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial, toda esta área de ação foi considerada como uma unidade, que posteriormente se subdivide em partes a serem tratadas de forma idêntica em diferentes momentos do tempo e que se direcionem no mesmo objetivo. No seguimento desta estratégia, foi estipulado que o Centro Histórico do Porto seria alvo de intervenções faseadas. A primeira fase desta intervenção global corresponde à criação do Programa de Reabilitação Urbana do Morro da Sé, que integrou a candidatura às Parcerias para a Regeneração Urbanas, em 2008. O Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores surge como segunda fase da intervenção planeada, fundamental para conferir consistência, coerência e homogeneidade à reabilitação e revitalização económica e social de todo este local.

O Programa de Ação é caracterizado pela constituição de uma parceria público-privada constituída pela Câmara Municipal do Porto, Porto Vivo, SRU, Fundação da Juventude, Associação Porto Digital e a empresa TRENMO Engenharia, SA., Santa Casa da Misericórdia do Porto, Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., e a SPOT – Sociedade Portuense de Outras Tendências, Lda.. A Tabela seguinte ilustra as operações materiais e imateriais executadas por esta parceria no âmbito do programa de ação, assim como os valores de investimento e participações de fundos para a sua execução.

Tabela 1. Parcerias para a regeneração urbana, Quadro de Investimento

Operação	Candidatura				
	Investimento esperado	Investimento Elegível		Comparticipação prevista	
		Valor	Percentagem do Investimento	Valor	Percentagem do Investimento elegível
1. Estudo para a melhoria da Mobilidade na zona Histórica do Porto	54.000€	27.000€	50%	21.600 €	80%
2. Requalificação do espaço público	7.796.835 €	7.712.838 €	99%	6.170.270 €	80 %
3. Instalação e Arquivo do Museu da Santa casa da Misericórdia (Obra)	480.000 €				
4. Instalação e operacionalização da Gestão de Área Urbana	154.794 €	59.429 €	38 %	47.544 €	80 %
5. Gau – Modernização dos ninhos de empresas	36.050 €	34.333 €	95 %	27.466 €	80%
6. Gau – Apoio ao empreendedorismo	100.255 €	66.750 €	67 %	53.400 €	80%
7. Gau – Feiras francas	58.200 €	58.200 €	100 %	46.550 €	80%
8. Circuito do Vinho do Porto	70.970 €	70.756 €	100%	56.605 €	80%
9. Gau – Valorização do espaço e do comércio Tradicional através da memória	97.609 €				80%
10. Gau – estrutura de apoio técnico	169.615 €	60.607 €	36%	48.486€	80%
11. Gau – Plano de comunicação	229.817 €	103.367 €	45%	82.694 €	80%
Total	9.248.146 €	8.193.280 €	89%	6.554.624 €	80%

3.3. O PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO MOUZINHO/FLORES

O programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores assenta numa estratégia direcionada para a regeneração das componentes urbanas nomeadamente aquelas que evidenciam maiores fragilidades na fase de diagnóstico e análise. É então perceptível uma aposta na reabilitação da área, aposta esta intencionada para todo o centro da cidade, e também é dado enfoque na revitalização, em busca de novas dinâmicas que devolvam a forte expressão comercial que este eixo já teve no passado.

Devido à sua localização geográfica, e à forte procura de turistas, por ser um eixo de passagem obrigatória a quem visita o centro histórico classificado como património da humanidade, é justificado e conveniente que se criem boas condições de utilização do espaço público, se aumente a qualidade do ambiente urbano local e se potenciem outros pólos de animação centrados em atividades lúdicas e culturais. Para isso, existem já âncoras fortes e outras que estão em desenvolvimento. Algumas destas âncoras são por exemplo, o Palácio da Bolsa e a Igreja de S. Francisco, o Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia, o Hard Club, o Palácio das Artes e o circuito do Vinho do Porto na Casa da Companhia.

O objetivo fundamental deste programa, materializado pela mudança do Eixo Mouzinho/Flores é a melhoria do ambiente turístico, cultural e de lazer, com uma relação estreita com a re-habitação e a melhoria das condições sociais, promoção do negócio, revitalização do comércio e a qualificação do domínio público, objetivo este coerentes com o previsto pelo Masterplan, programa desenvolvido para o processo de reabilitação e revitalização urbana do Centro Histórico e da Baixa do Porto. Foram ainda previstos objetivos específicos para permitir implementar a mudança que são essencialmente:

- “Qualificação das condições de vivência Urbana, procurando aumentar o conforto no edificado, promovendo as condições de estacionamento para contribuir favoravelmente para as condições dos residentes e atrair mais e novos residentes, melhorando as redes de infraestruturas, a pavimentação de arruamentos e o ambiente urbano, e apostando num sistema de transportes adequado ao meio e capaz de promover as ligações com os serviços já existentes;”
- “Consolidação de uma centralidade ligada com a inovação e a criatividade, aproveitando as dinâmicas instaladas, conjugada com a existência de procura, as condições apropriadas do local e a articulação possível entre atividade empresarial, meio académico, meios artísticos e culturais e a existência de clientes;”
- “Aumento da oferta de serviços de apoio ao turismo, de modo a consolidar o eixo de ligação entre a cota alta e a Ribeira e melhorar as condições de utilização e fruição ao grande número de turistas que utiliza do eixo.”
- “Implementação de uma política de Gestão de Área Urbana, gerando e gerindo projetos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população residente e das condições sociais, uma melhor operacionalidade do sector económico local, segurança urbana e a manutenção do espaço público.”

O programa de Ação da PRU do Eixo Mouzinho/Flores, foi constituído por um vasto conjunto de operações desenvolvidas por diversas entidades que subscreveram um caminho concertado e comum. É contudo importante referir que houve operações que não tiveram condições financeiras, técnicas e regulamentares para se concretizarem que acabaram por não serem concretizadas, prejudicando de uma forma objetiva o alcance global da meta dos objetivos gerais estabelecido no início do projeto. Das operações não concretizadas destacam-se um parque de estacionamento em túnel entre o Largo de S. Domingos e o Largo das Taipas, que seria destinado essencialmente a moradores e pessoas que trabalhassem na zona, contudo a dimensão do investimento refutou a possibilidade da sua execução; a

Instalação da Linha do Elétrico entre S. Francisco e S. Bento, perfazendo o anel da baixa à linha da marginal; a Valorização da Imagem Urbana e da Valorização Energética, sendo que esta operação não avançou devido ao facto de não ter havido a decisão política do Estado Português de alargar um apoio político de alargar um apoio existente para a habitação social ao investimento a realizar por privados no seu parque edificado habitacional; e o projeto de animação urbana Interferências Porto destinado a criar eventos sistemáticos ao longo do tempo do programa de ação, com o objetivo de mitigar os efeitos das obras em curso e que fosse de uma forma progressiva e consistente regenerar a imagem de dinamismo económico, cultural e social do território.

O programa de Ação para a reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores foi então constituído por operações distintas e que se realizaram em diferentes momentos da intervenção, e que se desenvolveram ao longo de aproximadamente 5 anos e que têm muita importância para a revitalização do espaço e das dinâmicas. São 11 as operações que se realizaram:

- Estudo para a Organização da Mobilidade para a Regeneração Urbana do Eixo Mouzinho/Flores
- Requalificação do Espaço Público
- Instalação do Museu e Arquivo da Santa Casa da Misericórdia
- Instalação e Operacionalização da Gestão de Área Urbana
- GAU – Modernização dos Ninhos de Empresas
- GAU – Apoio ao Empreendedorismo
- GAU – Feiras Francas
- GAU – Circuito do Vinho do Porto
- GAU – Valorização do Espaço e do Comércio Tradicional através da memória
- GAU – Estrutura de Apoio Técnico
- GAU – Plano de Comunicação

A oportunidade de se executar este Programa de Ação, pondo em curso a execução de um importante programa estratégico de valorização, reabilitação e revitalização de uma parte central do Centro Histórico do Porto, resultou da possibilidade do acesso a fundos públicos e origem comunitária decorrentes da ON.2. O Programa de Ação teve um custo total M€ 9,3, dos quais M€6,5 foram financiados pelos fundos comunitários. Contudo é muito importante referir que o investimento público catalisou o investimento privado e fez com que o investimento privado atingisse aproximadamente os M€106 o que faz com que por cada 1€ de investimento público resultou em 10€ de investimento privado, o que representa um ótimo resultado para o programa.

Tabela 2. Relação entre investimento público e investimento privado (Fonte: Porto Vivo,SRU)

Componente	Investimento Global no Eixo Mouzinho / Flores		Total
	01-01-2005 a 31-12-2014		
Investimento Privado	Estimativa do Investimento Privado Total nas Parcelas Licenciadas pela Porto Vivo, € SRU (2005-2014)	63.556.026	
	Valor de Transações dos Processos relativos ao Exercício dos Direitos de Preferência (2007-2014)	42.658.554	106.464.022
	Estimativa do Investimento no âmbito do RECRIA,RECRIPH e SOLARH (2008-2012)	249.443	
Investimento Público	Comparticipação IHRU/CMP no âmbito do RECRIA,RECRIPH e SOLARH (2008-2012)	403.210	
	Investimento Total Porto Vivo, SRU (2005-2014)	3.205.459	10.831.730
	Investimento Câmara Municipal do Porto e Empresas Municipais (2011-2014)	7.223.061	
Total	117.295.752 €	1€ Público - 10€ privados	

Notas:

Unidade: Euros

(a) O investimento no âmbito dos Programas do IHRU é referente ao período 2005 - 2012. O Gabinete da CMP foi dissolvido no 1º semestre de 2013.

(b) Nota para o investimento da responsabilidade das empresas Águas do Porto, EM e Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EEM, enquanto empresas municipais.

(c) Em termos de monitorização do investimento privado na área de intervenção, é difícil obter um valor real uma vez que este investimento é exclusivamente da responsabilidade de entidades privadas e

não existe um mecanismo que permita obter o valor do investimento final. Assim, apresenta-se uma estimativa que tem por base o somatório dos seguintes valores:

- 1) Custo direto em obra apresentado na altura de instrução dos processos de licenciamento de parcelas referentes a quarteirões com Documento Estratégico aprovado e sob gestão da Porto Vivo, SRU, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, ou no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, também sob gestão da Porto Vivo, SRU, nos termos da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto;
- 2) O investimento privado das obras apoiadas pelos Programas de Apoio do IHRU (RECRIA, RECRIPH e SOLARH);
- 3) O valor das transações nos processos relativos ao exercício dos direitos de preferência;

Sendo assim possível apurar o volume de investimento privado em reabilitação, ainda que este subestime o investimento global no território, dado que, nos restantes quarteirões, a gestão dos processos de licenciamento esteve cometida à Câmara Municipal do Porto até à aprovação da ARU do CHP, em 2012.

3.3.1. OPERAÇÕES DO PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO MOUZINHO/FLORES

Estudo para a Organização da Mobilidade para a regeneração Urbana do Eixo Mouzinho/Flores

O estudo da Mobilidade no centro histórico do porto foi efetuado pela consultora de transportes e território TRENMO (transportes, Engenharia e Modelação), e foi concluído em Setembro de 2009.

A tipologia da operação caracteriza-se pela qualificação do espaço público e do ambiente urbano e manifesta-se materialmente com os objetivos de melhorar a acessibilidade e mobilidade, através da promoção de modos de transporte favoráveis ao ambiente, a circulação pedonal e o uso de bicicleta, a reestruturação da rede viária, a criação de estacionamento e a supressão de barreiras arquitetónicas.

O estudo que fundamenta esta operação foi pensado e desenvolvido com o objetivo de apoiar a intervenção global desenhada em matéria de mobilidade para o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores. O estudo propõe diferentes soluções de mobilidade para o território alvo de intervenção ao nível da dotação de infraestruturas de transporte, estacionamento e requalificação do espaço público, e tendo conta e tratando a área de influencia de toda a zona.

A primeira fase deste estudo foi caracterizada pelo levantamento de toda a informação da área de estudo, ao nível da rede viária, número de vias, sentidos de tráfego, oferta de transportes públicos, contagens de tráfego, dados de modelos existentes, etc.

A segunda fase, com o conhecimento adquirido da análise, foi feito o diagnóstico dos principais problemas por observação direta e com recurso ao conhecimento previamente adquirido e derivado também de estudos anteriores e reuniões com entidades envolvidas. Foram estudadas soluções de reorganização da circulação, dos fluxos pedonais, do estacionamento e do território.

Por fim, após a análise e discussão entre as diversas entidades intervenientes, foi definida uma estratégia de intervenção para a área em estudo, materializada com uma proposta constituída por medidas reais, designadas por Operações, no âmbito da candidatura do programa de ação.

Requalificação do Espaço Público

A requalificação do espaço público foi uma operação gerida pela gestão de obras públicas da Câmara Municipal do Porto, EEM e desenvolveu-se num período aproximado de dois anos, tendo início em Maio de 2012, o investimento nesta intervenção atinge os M€7, ao longo de 11 fases.

A tipologia da operação caracteriza-se pela qualificação do espaço público e do ambiente urbano, e manifesta-se materialmente com os objetivos de melhorar e modernizar as infraestruturas urbanas, incluindo as infraestruturas para a tecnologia de informação, a melhoria da acessibilidade e mobilidade, através da promoção da circulação ciclável e pedonal, a reestruturação da rede viária; supressão de barreiras arquitetónicas; recuperação e qualificação do espaço público, incluindo mobiliário urbano e equipamento estruturante; e a promoção da multiplicidade dos espaços urbanos.

A operação de requalificação do espaço público, vai transformar e tornar o espaço mais confortável à utilização pedonal uma área aproximada de 4.000 m², localizada no centro histórico classificado como património da humanidade e eixo de ligação da baixa da cidade à Ribeira. Com isto, o espaço vai ser redesenhado, acrescentando algumas mudanças funcionais. Os passeios aumentam a sua superfície e expressão no espaço público, aumentando a ergonomia à utilização pedonal, acompanhados com a instalação de explanadas e de extravasamento da atividade comercial de dentro para fora das lojas.

A Rua das Flores e a Rua de Sousa Viterbo, passam a eixos pedonais, admitindo tráfego condicionado a horas, residentes e cargas e descargas.

O Largo dos Lóios e parte das ruas dos Caldeiros, detrás, de Martins Alho e da Ponte Nova, são submetidos a alteração e passam a ruas partilhadas onde o peão prevalece perante o automóvel.

A Rua Mouzinho de Silveira, mantendo o estacionamento nos dois sentidos, recebe arborização que lhe vai conferir melhor ambiente e melhoria da paisagem urbana.

Os largos de Lóios e de S. Domingos, contam também com espécies arbóreas, que vão conferir ao espaço melhorias na paisagem urbana. O granito, material nobre do Centro Histórico do Porto, em cubo e em lajeado, vai repavimentar toda esta área.

As redes de infraestruturas serão também modernizadas, instalando-se ainda serviços de recolha de resíduos sólidos, de gás e de fibra ótica.



Figura 2. Imagem da Rua das Flores antes e depois da intervenção no espaço público (Vide www.portovivosru.pt)

Instalação do Museu e Arquivo da Santa Casa da Misericórdia

A “Instalação do Museu e Arquivo da Santa Casa da Misericórdia” foi uma operação responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia do Porto, e foi concluída no fim de 2011.

A tipologia da operação caracteriza-se pela aposta no desenvolvimento cultural, através da recuperação e valorização do património cultural, com intenção clara de refuncionalização do património já edificado e que está em desuso, acompanhado pela criação e dinamização de equipamentos culturais e qualificação e modernização de serviços culturais direcionados para a educação artística e fruição cultural.

A operação caracteriza-se pela instalação do Museu e Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, instituição esta que já tem os seus serviços administrativos instalados na Rua das Flores. A Santa Casa da Misericórdia do Porto é uma instituição com mais de 500 anos de história, e em consequência desse facto, possui um vastíssimo e importante património cultural e artístico. Os critérios de localização fundamentam-se essencialmente em três planos, o da história e do património cultural, o da inserção urbana e sua renovação, o das possibilidades de envolvimento cultural social e comunitário, apresentando o local fatores de sucesso muito favoráveis.

A criação do Museu no edifício da Santa Casa da Misericórdia do Porto, permite tirar partido de dois fatores internos importantes, como a ligação à Igreja, cujo edifício é de interesse arquitectónico, artístico e patrimonial que testemunha a presença de Nicolau Nasoni na cidade do Porto, e a experiência já acumulada do núcleo museológico que já existe na zona ao qual se pretende da desenvolvimento e alcance.

A Rua das Flores é como já foi referido uma importante artéria de ligação entre a zona histórica da baixa da cidade e a Ribeira, que na sua proximidade possui um conjunto de importantes equipamentos culturais de distinto estatuto administrativo, onde o Museu e Arquivo se vai integrar com naturalidade, contribuindo para a dignificação da zona, e capacitando-a de atrair um maior afluxo de diferentes públicos, com destaque para turistas, estudantes e investigadores.



Figura 3. Museu Santa Casa da Misericórdia do Porto

Instalação e Operacionalização da Gestão de Área Urbana

A “GAU- Instalação e Operacionalização” é uma operação da responsabilidade a Porto Vivo, SRU e foi concluída em Junho de 2012.

A tipologia da operação caracteriza-se pelo desenvolvimento económico e social, materializando-se através de apoios a iniciativas da população nomeadamente de apoio técnico, organizativo e financeiro de acordo com as regras do auxílio do estado.

No âmbito desta operação, a Unidade de Gestão da Área Urbana iniciou a sua atividade em Julho de 2009, tendo sido instalado um gabinete em Setembro de 2009 um gabinete de atendimento ao público, que se encontra operacional no edifício-sede da Porto Vivo, SRU.

As grandes áreas de atuação, em relação às quais se desenvolvem projetos em articulação com outras entidades são: Espaço Público e Segurança; Instituições e População local; Levantamento sistemático de oportunidades e monitorização do mercado imobiliário; Apoio a empreendedores e investidores; comunicação, divulgação e colaboração com projetos em curso.

Os projetos desenvolvidos no sentido de melhorar as condições de utilização do espaço público e segurança foram:

- Requalificação de toldos e reclamos - remoção e/ou substituição de toldos em mau estado de conservação dos estabelecimentos comerciais;



Figura 4. Toldo em mau e em bom estado de conservação (Vide www.portovivosru.pt)

- Limpeza – Remoção de Grafites, adequação de horários e frequência de limpeza



Figura 5. Graffiti desenhado em portão de garagem e respetivo portão Limpo (Vide www.portovivosru.pt)

- Anomalias no Espaço Público – detecção de anomalias e mau funcionamento de infraestruturas e equipamentos do espaço público e alerta às entidades responsáveis pela sua gestão



Figura 6. PSP na Praça do Infante antes e depois da intervenção (Vide www.portovivosru.pt)

- Segurança – Contacto contínuo com a Policia de Segurança Pública e a Polícia Municipal do Porto, chamando-se a atenção a situações anómalas no espaço público.

O trabalho desenvolvido com as Instituições e população local envolve a colaboração em matéria de apoio social, desenvolvendo a comunicação e sinergias com os comerciantes e instituições da área de intervenção, por forma a melhorar o desempenho global. Para otimizar estas intenções, foi desenvolvido um Projeto de Formação Turística para Agentes Locais, dirigido a comerciantes e a funcionários de instituições locais, que inclui a organização e dinamização de visitas guiadas e de ações de formação nas áreas de património, turismo e segurança.

No que tem a ver com o Apoio a Empreendedores e Investidores, a ação efetiva-se com o objetivo de informar e incentivar as empresas, instituições e particulares a investir no Eixo Mouzinho/Flores. Esta ação foi desenvolvida em parceria com o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo, instalado na cidade das profissões. A ação consiste na prestação de informações, nomeadamente, sobre o mercado imobiliário e os seus locais, resultantes de levantamento sistemático de oportunidades e monitorização do mercado imobiliário, ou seja, de oportunidades de negócio de compra venda e arrendamento de imóveis para a reabilitação e de espaços capazes de acolher novos habitantes e atividades.



Figura 7. Imóveis para venda em 2010 e para arrendamento em 2012 na Rua Mouzinho da Silveira (Vide www.portovivosru.pt)

A Comunicação, Divulgação e Colaboração com outros Projetos em Curso, foi materializada com o objetivo de promover o projeto de reabilitação urbana, e para tal foram realizadas um conjunto de ações como: realização de visitas e desenvolvimento de trabalhos com as escolas do grande Porto; Realização de visitas de estudo por entidades de ensino superior que fizeram incluir na mesma estudantes Erasmus; Participação no Seminário Internacional “Working Group on Cultural Heritage and Property” do SIEF (Société Internationale et pour d’Ethnologie et de Folklore) no Porto com a apresentação do trabalho da Porto Vivo, SRU e a visita ao Centro Histórico do Porto; Participação no debate televisivo relativo ao tema “O nascer da crise e o Empreendedorismo” – Programa Contrastes da RTV (Regiões Televisão); Lecionação de um módulo da Universidade de Verão da Universidade do Porto que enquadrava a UGAU no Processo de Reabilitação Urbana em curso no Porto; Participação no colóquio “RePort – Reabilitação Urbana e Impacto Social”, organizado pelo GRUA – FAUP; Apresentação a candidatos a estudantes de Economia, no âmbito da Universidade Júnior 2010, com o tema “ Entra no Mundo dos Negócios; Desafia os teus sócios”; Colaboração com a cidade das profissões, Fundação da Juventude e ADDICT, foi organizado o primeiro dia do “Barco do Empreendedorismo”; Colaboração com a ADDICT e restantes parceiros envolvidos na organização do Portugal criativo, a GAU assumiu a gestão do Bairro Criativo, um laboratório de ideias e projetos a desenvolver, sendo disso exemplo um workshop de Balões Digitais organizado pela OPO LAB e pela Papelaria Araújo & Sobrinho; Em conjunto com a Porto Lazer, desenvolveu-se em 2010 o projeto

porto 2.0, através do Programa Manobras do Porto, um projeto de intervenção cultural na cidade do Porto entre Fevereiro de 2011 e Dezembro de 2012.

GAU – Modernização dos Ninhos de Empresas

A operação “GAU – Modernização dos Ninhos de Empresas” é uma operação da responsabilidade da Fundação da Juventude e foi concluída em Fevereiro de 2012, inaugurada a 28/03/2012 e teve um custo de €50.000.

A tipologia da operação caracteriza-se pela orientação do desenvolvimento económico, através da recuperação de edifícios e espaços para instalação de novas atividades económicas.

A operação “GAU – Modernização dos Ninhos de empresa” desenvolvida pela Fundação da Juventude, tem como objetivo primeiro fomentar o apoio ao empreendedorismo jovem e contribuir para o reforço do Autoemprego, nomeadamente de jovens licenciados e incentivar a criação de Micro-empresas.

A Fundação da Juventude promove, desde 1990 o Programa “Ninhos de Empresas”, que se estende a outros locais de Portugal, mais concretamente Lisboa e Vale do Tejo.

Este programa permitiu a criação e o desenvolvimento de 500 microempresas e de mais de 3.500 posto de trabalho, e muitas das empresas nos seus diversos domínios têm já créditos firmados no mercado.

A Presente sede da Fundação da Juventude está instalada na Casa da Companhia, na Rua das Flores. O tempo de utilização conduziram o edificio a um natural desgaste das infraestruturas e conseqüente necessidade de o reabilitar e requalificar, para o dotar de condições funcionais e adequadas às necessidades do “Ninho de Empresas”. Foi por isso lançado um concurso Público de ideias para este fim, cujos vencedores foram o Arquiteto Pedro Resende e a Arquitecta Maria Barreiros, que com este prémio, executaram o seu primeiro projeto de arquitetura no terreno, acrescentado assim simbolismo coerente com o projeto.

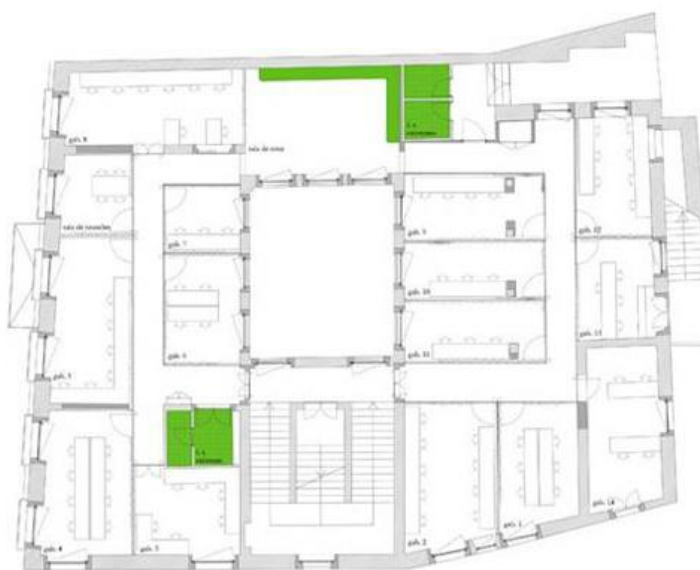


Figura 8. Planta resultante do concurso (Vide www.portovivosru.pt)

O projeto consiste na criação de espaço fluido e minimalista ao nível da sua organização, constituído por divisórias de vidro em separação dos 15 novos gabinetes, promovendo assim a ligação entre empresas, para além proporcionar um vasto campo visual que confere ao espaço um espírito de co-work. Foi criado também uma área comum, multifuncional. O espaço está já em pleno funcionamento e conta já com a presença de diversas empresas.



Figura 9. Gabinete Individual (Vide www.portovivosru.pt)



Figura 10. Espaço comum (Vide www.portovivosru.pt)



Figura 11. Espaço comum (Vide www.portovivosru.pt)

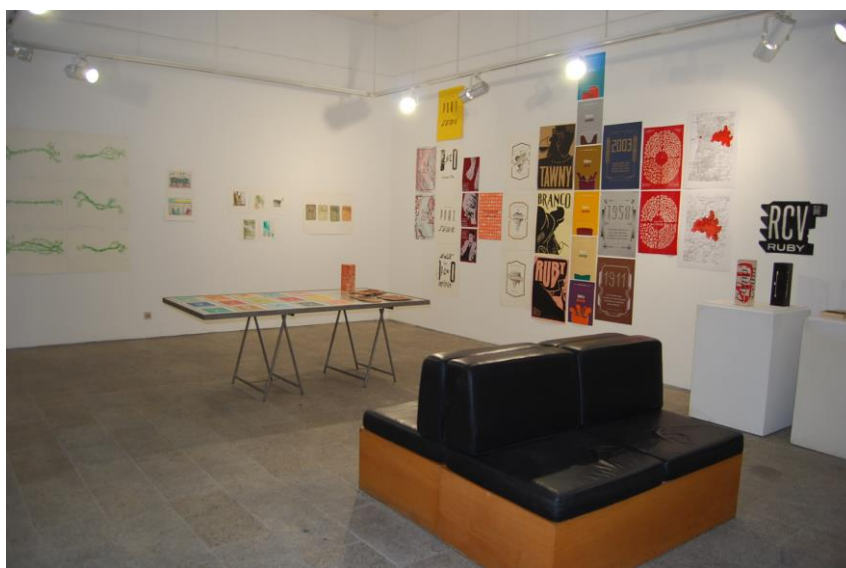


Figura 12. Sala de exposições (Vide www.portovivosru.pt)

GAU – Apoio ao Empreendedorismo

A operação “GAU – Apoio ao Empreendedorismo” é uma operação da responsabilidade Porto Digital e Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo e foi concluída no fim de Julho de 2012.

A tipologia da operação caracteriza-se pela orientação da Dinamização Económica e Social, através do apoio a iniciativas económicas das populações locais, apoio este materializado em apoio técnico e organizativo, assim como financeiro, naturalmente no respeito das regras dos auxílios importados pelo Estado. A operação pretende também alcançar o desenvolvimento de novas oportunidades de qualificação, de autoemprego e de empreendedorismo, em que se privilegia a exploração do potencial

das Tecnologias de Informação e comunicação. É dado também enfoque na melhoria das competências e da inserção no mercado de trabalho, particularmente para pessoas e grupos em risco de exclusão social.

A operação “GAU – Apoio ao Empreendedorismo” foi desenvolvida pela parceria entre a Porto Digital e o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo. O Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo (GAE), encontra-se instalado na cidade das profissões, Rua das Flores.

A instalação deste serviço neste preciso local encerra em si indicadores de sucesso, pois apresenta resultados positivos, nomeadamente ao número de atendimentos, projetos apoiados e postos de trabalho criados. O investimento total da ação entre Setembro de 2009 e Dezembro de 2011 foi de 719 mil Euros.

A operação insere-se no âmbito da Gestão de Área Urbana, e tem como objetivo formar, informar, qualificar e requalificar as pequenas e médias empresas de comércio de cariz tradicional, localizadas na Baixa do Porto, especialmente na Rua das Mouzinho de Silveira e Rua das Flores.

“É inegável a atratividade que o Centro Histórico do Porto confere ao investimento e ao comércio, contudo o comércio de rua no porto tem evidenciado dificuldades de afirmação, por questões conjunturais desde os anos 90. Grande parte dos pequenos e médios empresários, vivem e pensam dentro do ciclo operacional do seu negócio, acabando inevitavelmente por se desviarem da trajetória inicial, a de conquistar o mercado, levando a que se acabe por conformar com a situação de manutenção e sobrevivência da sua atividade. Envolvidos pela conjuntura e problemas do dia-a-dia, ignoram a necessidade de auto avaliação e aprendizagem continua, com a finalidade de se atualizar e delinear um plano estratégico adequado ao mercado e satisfação das necessidades dos consumidores. Não se adaptando às conjeturas de necessidade de mercado e consumo, deparam-se com dificuldades na manutenção do seu negócio, que pode de certa forma acaba por afetar negativamente o seu local.

A sobrevivência e o sucesso das pequenas e médias empresas nacionais esta ligado á capacitação do empresário na gestão do seu negócio. A formação profissional e permanente atualização de todos os envolvidos nas empresas de comércio, nomeadamente empresário e ativos é considerada hoje a chave do sucesso empresarial.

Neste contexto, o projeto-piloto integrado nesta operação, destina-se a todos os profissionais do comércio de cariz tradicional, organizados em três subgrupos: Empresários/Proprietários; Gerentes Comerciais; Recursos Humanos, num processo de aprendizagem e adaptação às transformações do sector, através do desenvolvimento e reforço de competências tanto técnicas como comportamentais.”

“O plano de ação do projeto é constituído por um conjunto de ações, incluindo ações de carácter formativo, informativo, de divulgação e sensibilização do público-alvo. O projeto-piloto tem como objetivo:

- Concretizar ações de formação de curta duração (de 30 a 50 horas), com uma estrutura curricular flexível e diferenciada em função dos interesses e das necessidades do público-alvo, promovendo assim o aperfeiçoamento, especialização, qualificação e requalificação dos comerciais ativos, através do desenvolvimento aprofundado das suas competências técnicas, sociais e relacionais, numa lógica de atualização e adaptação às exigências atuais e futuras do comércio de rua, num quadro figurativo que acentua a competitividade intrasectorial e intersectorial. A temática dos cursos de formação profissional incidem em três grandes áreas temáticas: Línguas, técnicas comerciais e de vendas e técnicas comportamentais.

- Prestar um serviço inovador e de qualidade, disponibilizando informações aos empresários e empreendedores que atuam neste sector, no que diz respeito aos novos processos de reestruturação e reorganização empresarial, aos processos de investimento e incentivo, à promoção de atividades empreendedoras com impacto inovador, aos processos de internacionalização, cumprindo assim o principal objetivo de disponibilizar as ferramentas para revitalizar o comércio tradicional, estimular o turismo, e a integração dos jovens no mercado de trabalho.

Atualmente, esta já instalado no terreno um conjunto de entidades com competências para a gestão e promoção dos programas de apoio à empregabilidade e ao empreendedorismo. Estas entidades são também responsáveis pela articulação e focalização no objetivo de criar um modelo de gestão e de comunicação único, mais ágil, mais compatibilizado e facilmente utilizável. Esta operação conta com a instalação de um técnico.”

GAU – Feiras Francas

A operação “GAU – Feiras Francas” é uma operação da responsabilidade da Fundação de Juventude e que foi desenvolvida no último sábado de cada mês entre Julho de 2009 e Junho de 2012 nas instalações do “Palácio das Artes – Fábrica de Talentos”.

A tipologia da operação caracteriza-se pela orientação do Desenvolvimento económico e Social, materializando-se através do apoio a iniciativas económicas das populações locais, através de formas adequadas e adaptadas de apoio técnico, organizativo e financeiro, obedecendo naturalmente às regras e auxílios do Estado. O apoio também é efectuado através da dinamização de atividades recreativas, qualificação e modernização de serviços culturais vocacionados para a educação artística e fruição cultural e dinamização de atividades culturais.

A operação “GAU – Feiras Francas” desenvolvida pela Fundação da Juventude, é uma operação inspirada numa tradição numa tradição antiga da cidade do Porto, que tiveram início em 1451, todos os dias 1 de cada mês, nas arcadas do “Edifício Douro”, que hoje é propriedade da Fundação da Juventude, conservando-se e mantendo a atividade durante 111 anos.

O projeto “Palácio das Artes – Fábrica de Talentos”, instalado neste imóvel, recupera a tradição das Feiras Francas, realizando-a também mensalmente, de acordo com a história e tradição, criando uma envolvente comercial e económica, acrescentado dinâmica entre o centro histórico, a comunidade, os turistas e os agentes culturais, potenciando assim a associação patrimonial, tradicional, económica e cultural, abrindo novos circuitos comerciais.

No dia do evento, é aberta a porta principal do edifício, permitindo assim que o público possa usufruir do espaço, no qual os jovens criadores e residentes abrem os seus ateliers para que o público conheça o seu processo criativo, expondo-o aos olhares dos visitantes, conferindo assim ao espaço local e à zona uma regeneração urbana, através da vitalidade e viabilidade que cria na zona histórica.



Figura 13. Palácio das Artes - Fabrica de Talentos"

As feiras francas desenvolvem-se em torno de um tema. Este tema serve critério para a seleção de projetos e também de fio condutor de toda a Feira Franca. Serve também de tema como referencia e estímulo para que os artistas possam desenvolver o processo criativo e criar especificamente para o tema da Feira Franca.

O piso nobre, é o local escolhido para a apresentação de trabalhos e projetos, desenvolvidos por criadores juniores, representantes de várias áreas artísticas e criativas, como joalheria, ilustração, design de produto, design de equipamento, design de moda, literatura, fotografia, vídeo, arquitetura, food design, mobiliário entre outras. Serve este local como plataforma de venda de produtos e de oportunidade de mostra e apresentação de artes performativas nas áreas da dança, teatro e música, colaborando de uma forma direta na produção e divulgação do evento “Feiras Francas” numa vertente pedagógica de formação.

A operação “GAU – Feiras Francas”, esta associada a um período de tempo específico, no entanto a intenção de manter este evento é real devido aos excelentes resultados obtidos, que permitiram que mais de 780 criadores de todas as áreas do cluster das indústrias culturais e criativas fossem apoiados.



Figura 13. Mostra de trabalhos de jovens criadores (Vide www.portovivosru.pt)



Figura 14. Entrada do palácio das artes

GAU – Circuito do Vinho do Porto

A operação “GAU – Circuito de Vinho do Porto” é uma operação da responsabilidade da Fundação da Juventude, e que ficou concluída no início do ano de 2012, representando um investimento de aproximadamente €40.000.

A tipologia de operação caracteriza-se pela orientação do desenvolvimento económico, social e cultural, através da recuperação de edifícios e espaços para a instalação de novas atividades económicas, dinamização de atividades recreativas, qualificação e modernização de serviços culturais vocacionados para a educação artística e fruição cultural e a dinamização de atividades culturais.

A operação “GAU – Circuito do Vinho do Porto”, foi como anteriormente referido, desenvolvido pela fundação da Juventude. A Fundação da Juventude está como também já foi referido instalada na Casa da Companhia. A origem do nome desta casa tem origem na herança histórica que remonta ao tempo do Marquês de Pombal. O edifício em questão foi arrendado em 1761 e posteriormente adquirido em 1805 pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (Real Companhia Velha), que na altura detinha o monopólio da comercialização do vinho do Porto.

Tendo em conta o legado histórico da casa, o simbolismo que carrega e a sua localização, numa perspetiva de servir o Centro Histórico do Porto através de um edifício de índole turística, a Fundação da Juventude, teve como estratégia promover, em parte do seu espaço um “percurso” em torno da

atividade do Vinho do Porto, que é um ex-libris da cidade e região do Douro. Foi então proposta o desenvolvimento da operação, capaz de explorar as envolvências históricas e turísticas no âmbito da criação de núcleos museológicos temáticos, desenvolvidos em parceria com o Museu do Douro, a Associação dos Produtores/ Engarrafadores e Exportadores/ Marcas, integrando-as na rota do Vinho do Porto que se estende ao longo do Rio Douro.

Este projeto tenta conjugar e maximizar os seus objetivos e potencialidades, como a promoção do Vinho do Porto e conciliação com os objetivos primeiros da fundação da juventude, que são integrar o jovens no mundo laboral, mobilizar os jovens para o consumo moderado e responsável, sendo assim as atividades maioritariamente direcionadas para um público alvo jovem, abordando a importância que o vinho do Porto tem para a cidade e as potenciais saídas profissionais do ramo vitivinícola.



Figura 15. Circuito do Vinho do Porto (Vide www.portovivosru.pt)

O Plano de Atividades do projeto é composto por:

- “Celebração de protocolos e Parcerias com diversas entidades relacionadas com a produção, comercialização, distribuição e promoção do vinho do Porto para a realização de atividades variadas como exposições guiadas, workshops, filmes didáticos, entre outros, com o objetivo claro de promover a descoberta, redescoberta e divulgação do vinho do Porto e da região do Alto Douro, junto de um público alvo diversificado na idade, nacionalidade, idade e escolaridade.
- Realização de obras na zona de exposição, com o objetivo de beneficiar o espaço da galeria e do auditório da Fundação da Juventude, com as condições técnicas e de conforto melhoradas para a realização de exposições, mostras e workshops, entre outras atividades.
- Realização de um filme didático sobre a história do vinho do Porto.”

GAU – Valorização do espaço e do comércio tradicional através da memória

A operação “GAU – Valorização do espaço e do comércio tradicional através da memória” foi uma operação da responsabilidade da consultora de transportes e território TRENMO (transportes, Engenharia e Modelação), e foi concluída em Julho de 2011.

A tipologia da operação caracteriza-se pela orientação do desenvolvimento cultural através da qualificação e modernização de serviços culturais vocacionados para a educação artística e fruição cultural, e a dinamização das atividades culturais.

A operação enquadra-se num conjunto de operações de regeneração urbana de estratégia mais global, com o enfoque para o eixo urbano que compreende as ruas Mouzinho Silveira e Rua das Flores, no centro histórico da cidade do Porto. O comércio tradicional faz parte da génese destas duas ruas, e tem um papel fundamental na sua dinâmica, da viabilidade da sua existência, explica uma parte da sua organização interna e justifica parte da mobilidade que se realiza no seu interior, movimento efetuado por moradores assim como utilizadores que acedem periodicamente a estas ruas.

Há uma ligação estreita entre o comércio e o espaço urbano, ligação esta com um longo histórico. Apesar de os diferentes pesos que o comércio pode ter em cada cidade, nenhuma civilização e conseqüente vida urbana se desenvolveu sem a sua presença sendo a sua presença mais ou menos direta. A importância que o comércio transcende o abastecimento de famílias, e tem muita importância em diferentes dinâmicas das cidades.

A rua Mouzinho de Silveira e a rua das Flores, para além de possuírem no seu conjunto um legado histórico, pela diversidade de pessoas e por elas passarem e que passaram, e por isso esta operação pretende não só valorizar os espaços comerciais mas também identificar, compreender e preservar as suas memórias, as histórias e a vida.

Este projeto, procura valorizar e promover o comércio tradicional através de um sistema de informação (site). Na sua constituição este produto integrará uma base de dados com informação histórica, geográfica, visitas virtuais, campanhas de marketing e recolhas de memórias (histórias de vida) associadas aos espaços de comércio tradicional. Desta forma, através destas e de outras medidas esta operação nomeadamente este projeto, procura valorizar social e economicamente estes dois eixos urbanos, para que em consequência melhore as condições das atividades existentes e conseqüente qualidade de vida dos moradores.

Este projeto pretende envolver empresas, lojas, instituições e população, articulando motivações e visões em torno de um objetivo comum. É necessário portanto envolver os diversos agentes locais, articulando parcerias e encontrando caminhos convergentes para o desenvolvimento local e sucesso do projeto. O início dos trabalhos caracterizou-se pela pesquisa e trabalho direto com a população e comerciantes locais com o objetivo de identificar um conjunto de memórias e histórias relacionadas com o espaço de comércio tradicional local, para se utilizar no sistema de informação a criar. Após a recolha de toda a informação, esta é posteriormente tratada com o objetivo de criar produtos e ações de valorização do local e animação dos espaços de maior interesse histórico. Em lugar prioritário para as ações estão os locais que possuem um património cultural valioso, porque pelas suas características são capazes de potenciar e atrair fluxos turísticos e de procura, e que contribuam para o conhecimento e da fruição pública dos mesmos.

Este projeto tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho que tem especial enfoque na estreita ligação entre as pessoas, a sua valorização, as suas histórias e a importância para o desenvolvimento local. É portanto uma estratégia fundamental para a reabilitação e valorização dos elementos de memória e formação de identidade portuense. Para além disso, este projeto pretende auxiliar as comunidades locais a desenvolverem uma estratégia de revitalização comercial que estimule o desenvolvimento económico num contexto de preservação histórica do centro da cidade.

Foram realizadas entrevistas a 40 pessoas, entre comerciantes e funcionários de estabelecimentos comerciais, onde foram exploradas questões relacionadas com o estabelecimento, estacionamento e rua, clientes e produtos, alterações sofridas ao longo do tempo, sempre com estreita relação com as vivências dos comerciantes. A partir desta metodologia foram recolhidas informações em suporte áudio, vídeo e fotografia, e os conteúdos recolhidos foram editados, dando origem a conjunto de informações. Após este processo de recolha, a informação foi agregada e deu origem ao site

(www.comerciovivomouzinhoflores.com), este possui uma base de dados com informação histórica e geográfica das ruas, “visitas virtuais” aos estabelecimentos comerciais, campanhas de marketing, textos, áudios, vídeos e fotografias resultantes da recolha de memórias (Histórias de vida) associados aos espaços de comércio tradicional.

Os conteúdos com base imaterial foram interpretados e deram origem à criação e apresentação de ações de valorização local e de animação de espaços que foram definidas com base em conversas, opiniões e experiências dos comerciantes.

A primeira atividade realizada foi uma exposição fotográfica denominada “Ruas De Pé”, inaugurada em Dezembro de 2009. As fotografias tinham como tema a Rua das Flores e a Rua Mouzinho de Silveira, e às obras que decorreram no edifício de TRENMO.

Para maximizar a visualização desta exposição e conhecimento do local, por parte do público, as entidades responsáveis passaram a exposição do edifício TRENMO, para a distribuição pelos estabelecimentos comerciais envolvidos no projeto.



Figura 16. Fotografia da Exposição Ruas de Pé (Vide www.portovivosru.pt)



Figura 17. Flyer da Exposição Ruas de Pé (Vide www.portovivosru.pt)

A segunda exposição teve como nome “Comercio Vivo” e pode ser visitada nas estações de Metro dos Aliados e S. Bento, nas quais foram distribuídos 28 cartazes com o mote “Aqui tem / You can find it here” convidando assim a visita aos espaços comerciais inseridos no projeto, os produtos e pessoas que fazem parte dessas duas ruas. Esta exposição associou-se às comemorações do Dia nacional dos centros históricos materializada por um convite da Porto Lazer e de uma parceria entre a TRENMO, a Sítios e Memórias, a Porto lazer e a Metro do Porto.



Figura 18. cartazes da Exposição Comércio Vivo (Vide www.portovivosru.pt)

Para a identificação dos estabelecimentos comerciais foram criados Flyers promocionais dos estabelecimentos comerciais.

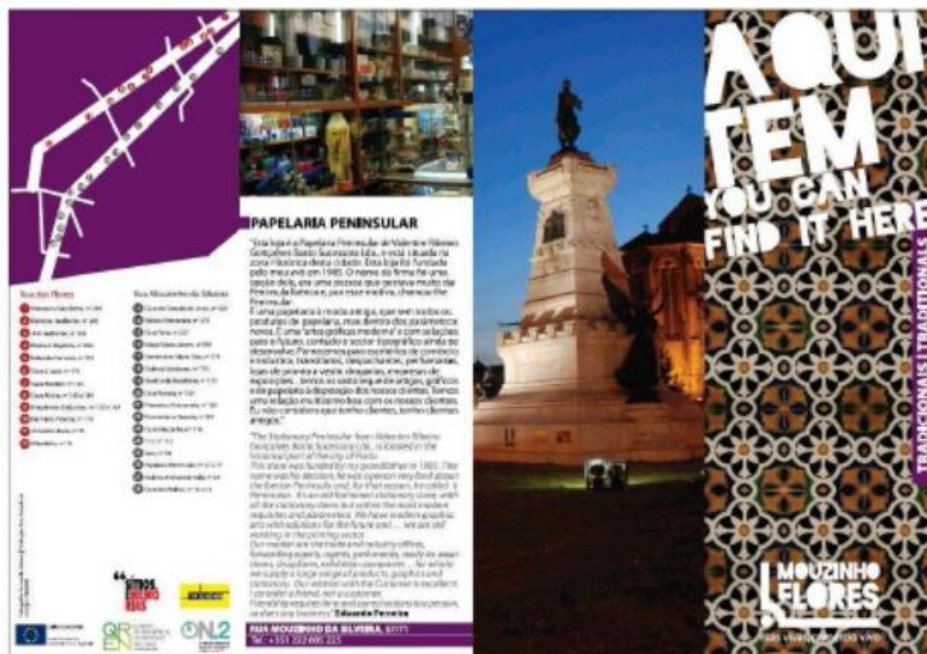


Figura 19. Flyer promocional da Categoria Tradicionais (Vide www.portovivosru.pt)



Figura 20. Flyer Promocional da Categoria Tradicionais (Vide www.portovivo.pt)

A apresentação pública para oficializar o lançamento do site Comércio Vivo Mouzinho Flores (www.comerciovivomouzinhoflores.com) foi realizada no final do mês de Julho de 2010.

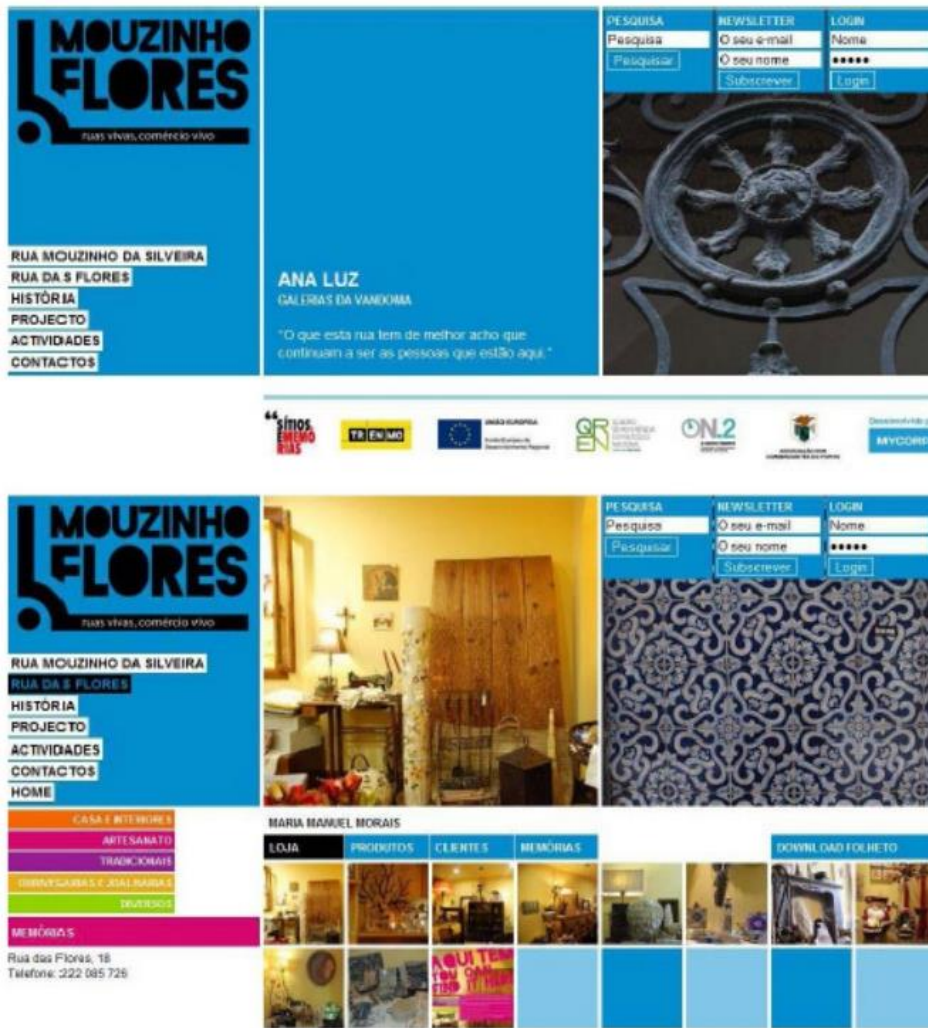


Figura 21. Comércio Vivo Mouzinho Flores (Vide www.portovivosru.pt)

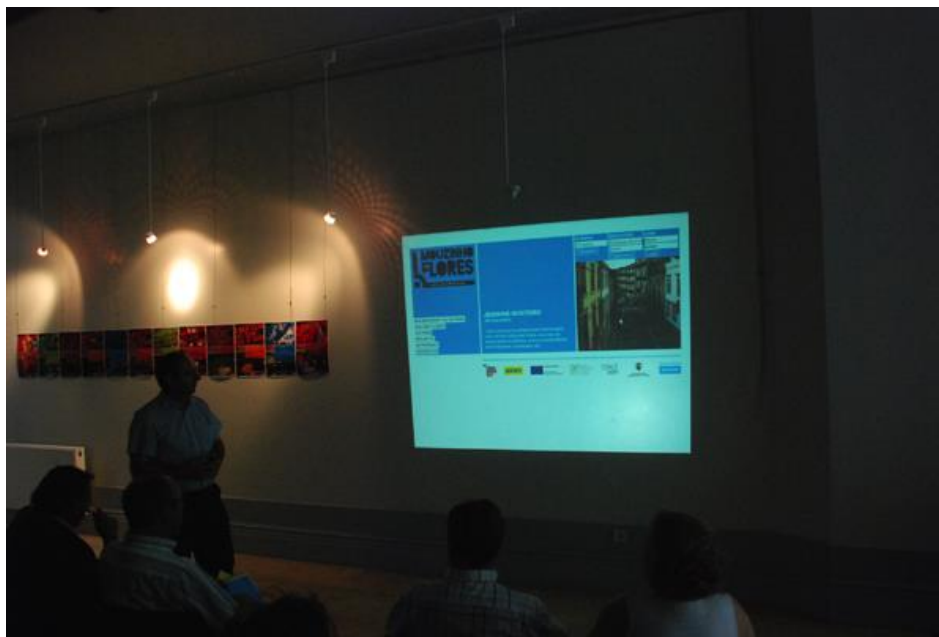


Figura 22. Imagens da Apresentação do site Comércio Vivo (Vide www.portovivosru.pt)

Este projeto foi desenvolvido à luz de uma relação estreita com as pessoas, primando a importância da preservação da memória e da história e identidade cultural portuense no desenvolvimento e reabilitação dos elementos.

GAU – Estrutura de Apoio Técnico

A operação “GAU – Estrutura de Apoio Técnico” é uma operação da responsabilidade da Porto Vivo, SRU, e consiste essencialmente na estrutura de apoio técnico ao Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores e faz o acompanhamento da execução do programa, assim como assegura a articulação dos trabalhos entre os diversos parceiros com a autoridade gestora do programa operacional ON.2.

A tipologia da operação caracteriza-se através da orientação de ações associadas à animação da parceria local e à dinamização do programa de ação.

A operação tem como objetivo a gestão do programa de ação, e para isso foi criada uma Unidade de Coordenação do Programa de Ação composta pelos parceiros, apoiada por uma estrutura, conforme previsto no Regulamento Específico - Política de Cidades. Assim, a estrutura de apoio técnico desempenha funções de apoio à Unidade de Coordenação do Programa de Ação, com a responsabilidade de: apoiar os beneficiários de projetos na preparação dos dossiers de candidatura e nos pedidos de pagamento; manter atualizado o quadro de execução física e financeira do programa de ação; elaborar relatórios de execução periódicos e executar o programa de execução.

GAU – Plano de Comunicação

A “operação GAU – Plano de Comunicação” é uma operação da responsabilidade da Porto Vivo, SRU, e que se encontra em desenvolvimento durante o tempo de execução do programa.

A tipologia da operação caracteriza-se pela orientação de ações associadas à animação da parceria local e à dinamização do programa de ação.

A operação tem como objetivo a criação da imagem “Mouzinho/Flores” e respetiva comunicação, que foi desenvolvida desde o início das operações, para que se possa disponibilizar conteúdos web, e desenvolvidos diversos artigos próprios para a Newsletter Mensal. Foi adicionalmente criado um novo site dedicado ao programa de ação, com a realização da declinação conceito criativo e sistema de identidade visual web.

Em 2010, o Plano de comunicação do Programa de Ação para a reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/ Flores deu especial enfoque ao bairro criativo, no âmbito do qual apresentou um conjunto de intervenções artísticas em cinco pontos da Baixa do Porto: Largo de Loios, Praça Almeida Garrett, Largo Duque da Ribeira, Praça do Infante e Largo de São Domingos.

Parte da comunicação e divulgação da iniciativa do bairro, foi feita através da exposição de telas/faixas e bandeiras nas fachadas dos edifícios, e distribuição de brochuras informativas e cartazes de promoção do evento.



Figura 23. Faixas e cartaz do evento Bairro Criativo, 2010 (Vide www.portovivosru.pt)

Na imprensa, foram publicados artigos na revista Viva.



Figura 24. Conteúdos da Revista "VIVA!" alusivos à Porto Vivo, SRU (Outubro 2011) (Vide www.portovivosru.pt)



Figura 25. Conteúdos da Revista "VIVA!" alusivos à Porto Vivo, SRU (Março 2012) (Vide www.portovivosru.pt)



Figura 26. Conteúdos da revista "VIVA!" alusivos à Porto Vivo, SRU (Outubro 2012) (Vide www.portovivosru.pt)

Foram efetuadas visitas guiadas através de percursos dinamizados de ações de desenvolvimento no Eixo Mouzinho/Silveira destinados a públicos diversos.

Foram igualmente previstas diversas ações, nomeadamente o seminário “Boas Práticas de Reabilitação Urbana em Centros Históricos”, e publicação de um Livro que retrata a área de intervenção do programa de ação.

É importante constatar alguns eventos, seminários e conferências, em que foi oportuna a divulgação do Programa de ação como:

- “Dezembro de 2009, apresentação do Programa de Ação no seminário “Gestão Urbana de uma Cidade Património Mundial”;
- 2010, no âmbito das exposições sobre a operação “Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial”, organizado pela Porto Vivo, SRU em parceria com a Câmara Municipal do Porto, e levada às cidades de Vila Nova de Foz Côa, Guimarães, Lisboa, Vila Real e Porto, entre os vários painéis apresentados um deles era o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores e outro dedicado à Unidade de Gestão da Área urbana;
- 2010, apresentação do Programa de ação ao grupo de trabalho de regeneração urbana criado pelo fórum de desenvolvimento urbano da rede EUROCITIES, a representantes das cidades de Haia, Oslo, Berlim, Dresden e Preston;
- 2010, Abordagem do programa de ação numa apresentação por ocasião do 80^o Feiro do Livro que decorreu nos Aliados.
- 2010, apresentação durante a visita de estudo, organizada pela Adl – Agência de Inovação, no âmbito do projeto europeu designado por Enterprise Europe Network;
- 2011, apresentação levada ao encontro sobre política de coesão 2014-2020 em Arezzo (Itália), intitulado “Lecittà e lastrategia Europa 2020”

- Em uma sessão pública sobre reabilitação urbana que decorreu no Hotel Intercontinental – Palácio das Cardosas, com a visita oficial do Presidente da República ao Porto, a Porto Vivo, SRU teve oportunidade de expor as suas principais linhas de trabalho desenvolvido nomeadamente no que diz respeito ao Programa de Ação para a Reabilitação do Eixo Mouzinho/Flores;
- Apresentação do trabalho desenvolvido no Eixo Mouzinho/Flores a um grupo de alunos da Universidade de Dundee, Escócia;
- 5 de Dezembro de 2012, na câmara municipal do Porto apresentação de “O Guia Eixo Mouzinho/Flores – Território do Recolhimento e do Mercadejar”;
- 3 de Abril de 2013, no Teatro Rivoli, Conferência: “Reabilitação Urbana e Espaço Público”, que decorreu no âmbito da semana da Reabilitação urbana que decorreu na cidade do Porto.”

3.3.2. SISTEMATIZAÇÃO E SÍNTESE, CRONOLOGIA, OS AGENTES E INSTITUIÇÕES E ESTRATÉGIAS

A execução das operações que constituem este Programa de Ação, aconteceram de forma faseada e para se perceber claramente a sequência das operações é de seguida demonstrada uma sequência temporal das ações através de uma cronologia.

- 30 de Julho de 2009, celebração do contrato de financiamento entre o ON.2 e a parcerias de entidades públicas e privadas;
- GAU – Estrutura de apoio técnico;
- GAU – Plano de Comunicação;
- Setembro de 2009, conclusão do estudo para a organização da mobilidade para a regeneração urbana do Eixo Mouzinho/Flores;
- Setembro de 2009 – Instalação e operacionalização da gestão de área urbana;
- 2009, GAU – Feiras Francas;
- 2011, GAU – Valorização do espaço e do comércio através da memória;
- 2012, GAU – Circuito do Vinho do Porto;
- Fevereiro de 2012, GAU – Modernização dos ninhos de empresas;
- Maio de 2012, Início da Requalificação do espaço público
- Julho de 2012, GAU – Apoio ao Empreendedorismo
- 2014, Conclusão da Requalificação do espaço público;

3.4 A RUA DAS FLORES

A Rua das Flores era anteriormente denominada como Rua Nova de Santa Catarina das Flores, e foi aberta no ano de 1521 por ordem de D. Manuel I, e localiza-se na margem direita do Rio Vila, nos terrenos das Hortas do Bispo, do Cabido e da Misericórdia, estabelecendo assim ligação entre o Largo de S. Domingos e o Mosteiro de S. Bento de Avé-Maria. A Abertura desta Rua cumpre também o desígnio de integrar o Mosteiro na cidade.

A importância desta Rua foi acentuada durante toda a sua existência, e mais uma vez a sua importância reflete-se no facto de ter sido a primeira rua calçetada da Cidade do Porto. A rua foi calçetada com o financiamento dos Moradores, que em conformidade das diferentes épocas e contextos históricos se foram instalando na Rua.

A Rua Nova de Santa Catarina das Flores, foi ao longo dos diferentes anos afirmando-se como um dos mais importantes eixos de ligação, retirando importância ao eixo viário pré-existente e que passava

pela Rua do Souto e Rua dos Mercadores, unindo a zona ribeirinha à Porta dos Carros e à zona urbana do Olival. É importante referir que esta nova ligação refletia extrema importância pois relacionava três zonas de maior atividade económica: junto à porta dos carros, no largo de S. Bento de Avé Maria, (local onde se realizava uma importante feira onde se comercializava leite, hortaliças e fruta), a zona ribeirinha, (local onde se realizava a feira do peixe) e por fim a zona do Olival, onde se tinha fixado a comunidade Judaica. Em meados do século XVIII instalaram-se na Rua Santa Catarina das Flores ourives de Ouro e de Prata, que anteriormente estavam instalados desde o século XV na Rua da Ourivesaria na Zona Ribeirinha.

Dada à excelente localização geográfica e estratégica a Rua de Santa Catarina das Flores atraiu população nobre. Muitas Famílias nobres foram ao longo dos tempos instalando-se neste rua e deixaram o seu testemunho histórico que ainda hoje é visível através de vestígios de algumas famílias importantes. Para reforçar a importância da Rua a Santa Casa da Misericórdia do Porto, em 1555, transfere do Claustro Velho do Sé do Porto para esta Rua, para substituir a Capela de Santiago, onde se reunia desde 1499.

A Rua de Santa Catarina das Flores é um exemplo de decisão, de planeamento e de desenvolvimento urbano, quando foi necessário proceder a sua execução por forma a satisfazer necessidades funcionais, como a criação de eixos de crescimento/Saída da cidade Ribeirinha e ligação da cota alta e cota baixa da cidade. Três séculos depois da construção da Rua das Flores, cidade do Porto viu ser construída um novo eixo de ligação entre a cota alta e a cota baixa, através de construção da Rua de Mouzinho da Silveira, que também constituiu um ato de planeamento e gestão da cidade, resolvendo um problema um problema de salubridade e saúde pública através do encanamento do Rio Vila que até então funcionava como esgoto a céu aberto.

Muito para além das questões de território, a Rua das Flores representa um peso importante nas dinâmicas económicas da cidade, sendo no início de do século XX um dos pontos mais importantes da cidade. A esta data a Rua era caracterizada pela presença do melhor que o sector do comércio tinha na altura, agências bancárias, os locais de venda de produtos e alfaías agrícolas, aproveitando o facto da proximidade com a estação de Caminho de Ferro, instalada na Estação de S. Bento, para abastecer as zonas envolventes à cidade do Porto, e por fim um sector de negócio muito relevante, as Ourivesarias que associaram a sua imagem à imagem da Rua das Flores.

Nos diferentes contexto Históricas e desde a sua criação, a Rua das Flores, foi sempre uma Rua Importante para o funcionamento da cidade, assumindo sempre um função de Rua de Comércio. À medida que os anos foram passando, ela foi-se adaptando aos diferentes contexto históricos e às diferentes necessidade comerciais e funcionais das populações, respondendo com as atividades de comércio adequadas. Contudo, a Rua tinha vindo a evidenciar um declínio funcional e comercial e foi perdendo força marcadamente no final do século XX.

Todas estas razões fundamentaram a necessidade de estabelecer mais uma decisão de planeamento urbana por forma a reabilitar e revitalizar a Rua das Flores, a sua envolvente e por conjunto a cidade do Porto.



Figura 27. Rua das Flores vista da Estação Ferroviária de S. Bento



Figura 28. Rua das Flores com Circulação Pedonal



Figura 29. Artes Performativas na Rua das Flores



Figura 30. Intervenções artísticas na Rua das Flores

3.5 RELAÇÃO ENTRE O PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO URBANA NA RUA DAS FLORES E A GERAÇÃO DE NOVAS DINÂMICAS QUE PODEM ORIGINAR ATIVIDADES CRIATIVAS

De acordo com o objetivo do trabalho, que consiste na análise e discussão das novas dinâmicas de localização das atividades criativas nas áreas centrais das cidades, e do papel de estratégias de regeneração urbana conduzidas por instituições públicas específicas (como sociedade de Reabilitação Urbana), com atenção às tendências recentes da localização destas atividades e a sua diferenciação especial, analisando, em particular o caso da cidade do Porto, foi escolhido para o caso de estudo a Rua das Flores.

Como foi descrito anteriormente o Eixo Mouzinho/Flores foi alvo de Programa de Regeneração Urbana, e em consequência disso a Rua das Flores foi alvo de uma Requalificação do Espaço Público. Esta foi responsável pela alteração de um conjunto de dinâmicas que por sua vez estão a produzir alterações graduais nas atividades existentes na Rua.

Cumprindo os objetivos que este programa de Ação inicialmente se propôs, e que foram já mencionados anteriormente, a Rua das Flores ganhou uma nova imagem e um novo fluxo pedonal, e por sua vez novas funções no que diz respeito às atividades.

Para perceber a relação que o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores tem com as atividades e atividades criativas foram realizados inquéritos, por forma a obter dados que permitissem perceber a ligação entre a operação e as atividades instaladas na Rua das Flores. O Inquérito foi construído e dividido em seis partes, atividade, localização, criatividade da atividade, formação profissional, intervenção no espaço público e dados pessoais (ver anexo). Foram inquiridas 20 Atividades, contudo apenas foram obtidos 15 inquéritos completos, pelo que apenas foram analisados 15 inquéritos, o que constitui a amostra para posterior estudo.

Para a atribuição do questionário às atividades, foram tido em conta a diversidade das atividades, a sua apresentação, o nível de diferenciação para as demais atividades, a comunicação e o Design das mesmas.

As atividades inquiridas e que servem como base para o estudo realizado são:

- Chocolataria Equador
- Livraria Chaminé da Mota
- Ourivesaria Carneiro
- Joia da Coroa
- Tradições Porto
- Chocolataria das Flores
- Retrosaria das Flores
- Porto de Baião
- Alfarrabista João Soares
- Memórias Porto
- Restaurante Brazuca
- Casa de sementes
- Nata Lisboa
- Mendes Cardoso e Santos
- Hotel Vitória e Flores Village Hotel e Spa

Foram ainda inquiridos a mercearia das Flores, Cantina 32, Vidraria Fonseca, Mota e Faria, e Dietética das Flores, contudo por vários motivos não foi possível recolher o inquérito.

Das quinze atividades às quais foram aplicados os inquéritos, observou-se que os responsáveis das mesmas/inquiridos se encontram sobretudo na faixa etária 40-50 anos (33%) e 50-60 anos (20%) (Fig. 31), com ligeira predominância do sexo masculino (63%) (Fig. 32).

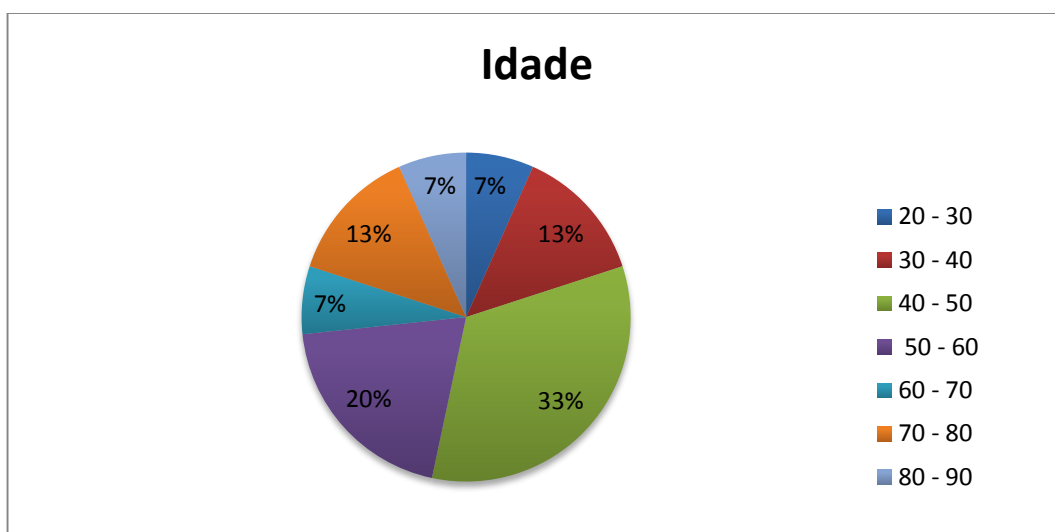


Figura 31. Descrição das faixas etárias dos inquiridos.

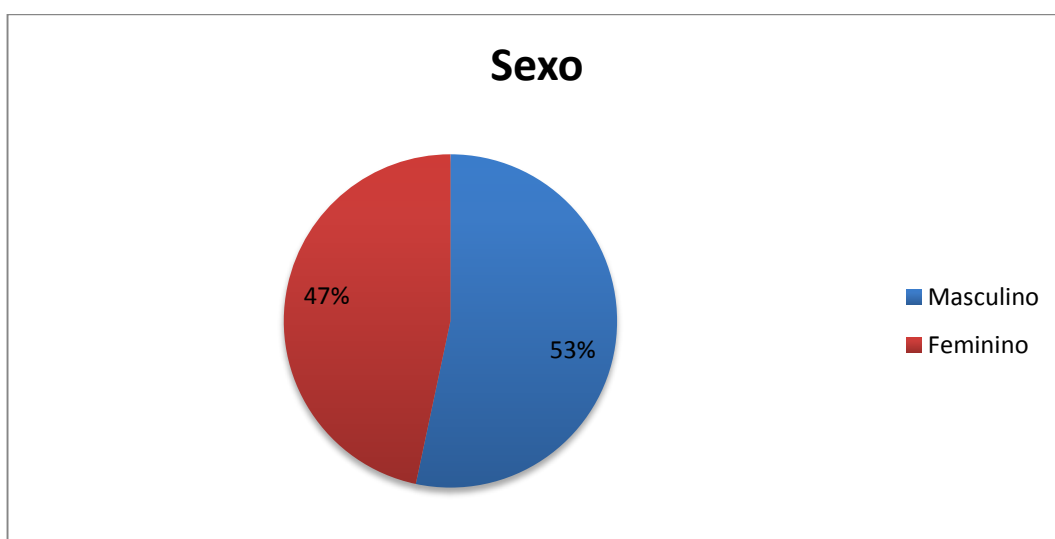


Figura 32. Descrição do género dos inquiridos.

As habilitações literárias dos inquiridos são em metade dos casos ao nível da licenciatura ou inferior na outra parte dos casos (Fig. 33). Ao se tentar compreender a relação entre a formação dos responsáveis pelas atividades com a própria atividade, constatou-se que em 17% dos casos se deve à gestão da atividade em si, 12% à criação do produto e 12% à experiência acumulada (Fig. A.3.1, Anexo 3). Quanto à formação dos colaboradores a maior parte possui o 12º ano de escolaridade (37%), 19% são licenciados em Design e 13% são estudantes universitários (Fig.A.3.2 Anexo 3).

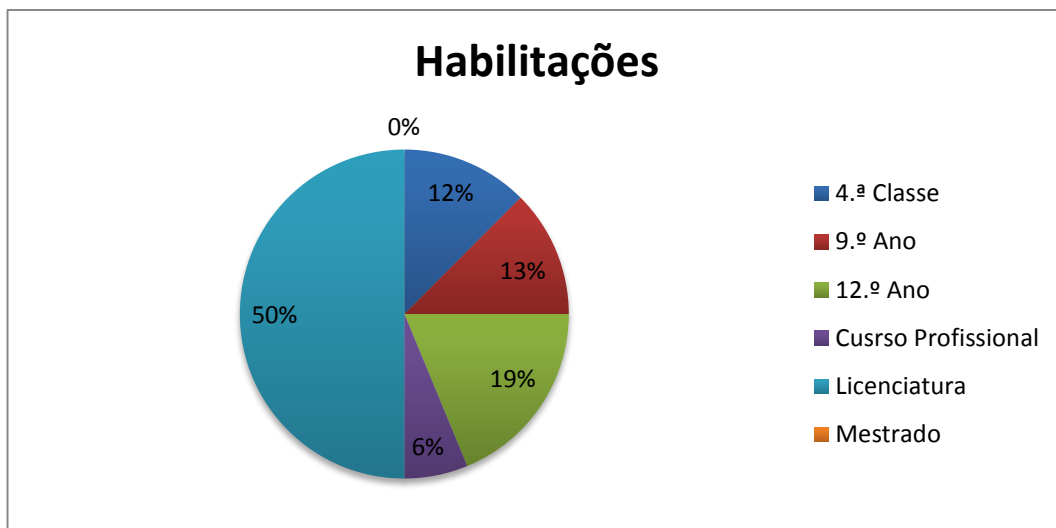


Figura 33. Descrição das habilitações literárias dos inquiridos

Relativamente às atividades desenvolvidas pelos inquiridos grande parte está relacionada com o comércio a retalho (67%), sendo a cafetaria, restauração e bar a segunda grande parcela (27%) (Fig.34).

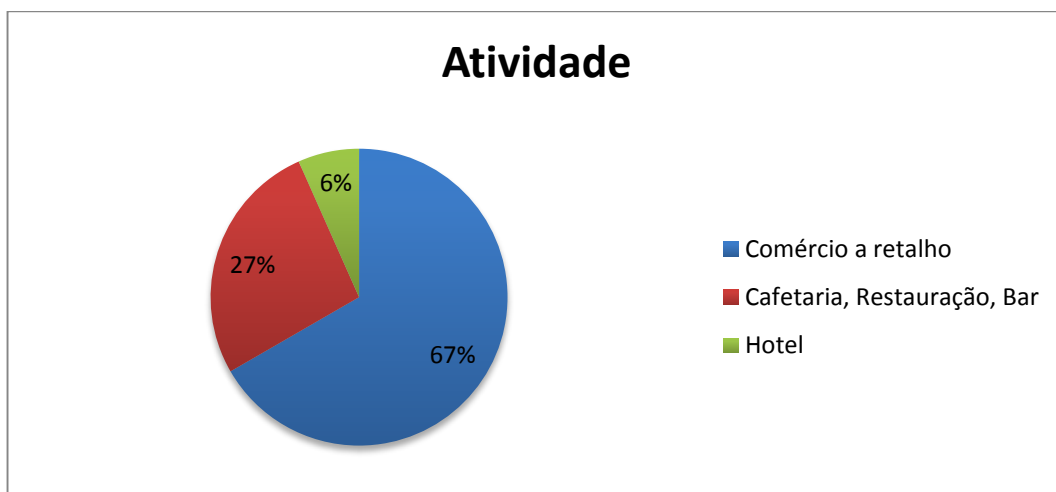


Figura 34. Descrição da área de atividade.

Descriminando o tipo de atividade sobre as quais se obtiveram os dados, 33% são venda de produtos, 13% alfarrabista entre outras como se pode verificar na figura seguinte (Fig. 35) 67% dos inquiridos considera a atividade que gere ou colabora como diferenciadora e criativa (Fig. 36 e 37).

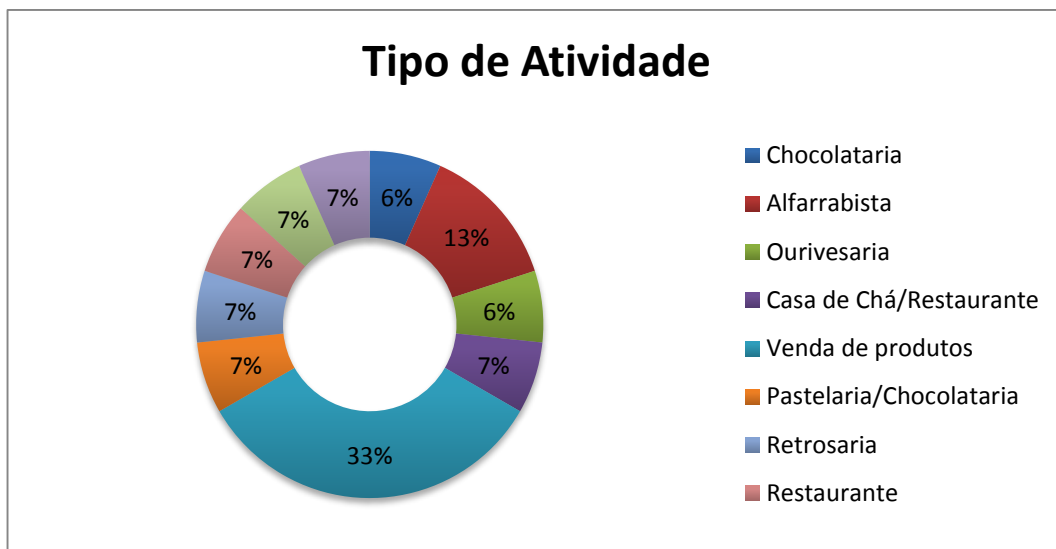


Figura 35. Descrição do tipo de atividade desenvolvida pelos inquiridos.

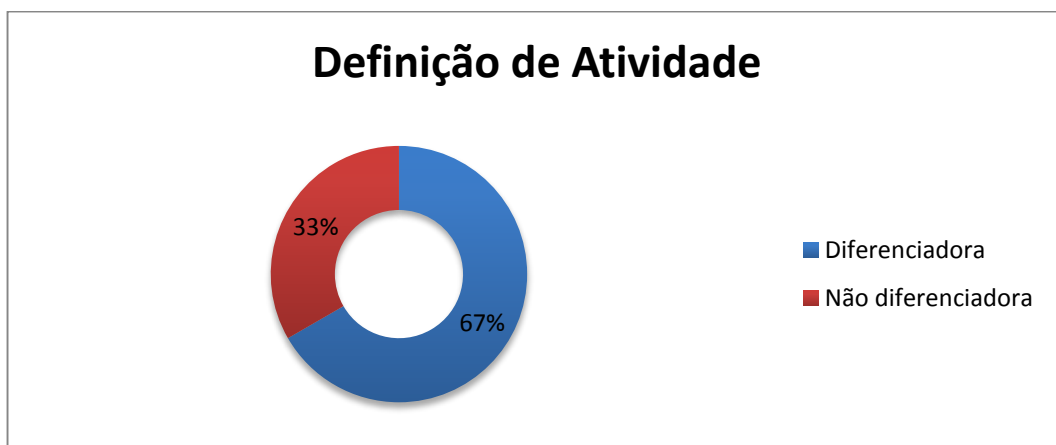


Figura 36. Avaliação da atividade relativamente à diferenciação



Figura 37. Avaliação da atividade relativamente à criatividade da mesma

Grande parte das atividades avaliadas tiveram início há mais de 3 anos (54%) e apenas 13% há menos de um ano (Fig. A.3.3, Anexo 3), assim sendo, 39% das atividades inquiridas têm data de instalação

anterior à candidatura para a intervenção de espaço público, e 38% instalaram-se entre 2012 e 2014 altura em que aconteceu a intervenção (Fig. 38)

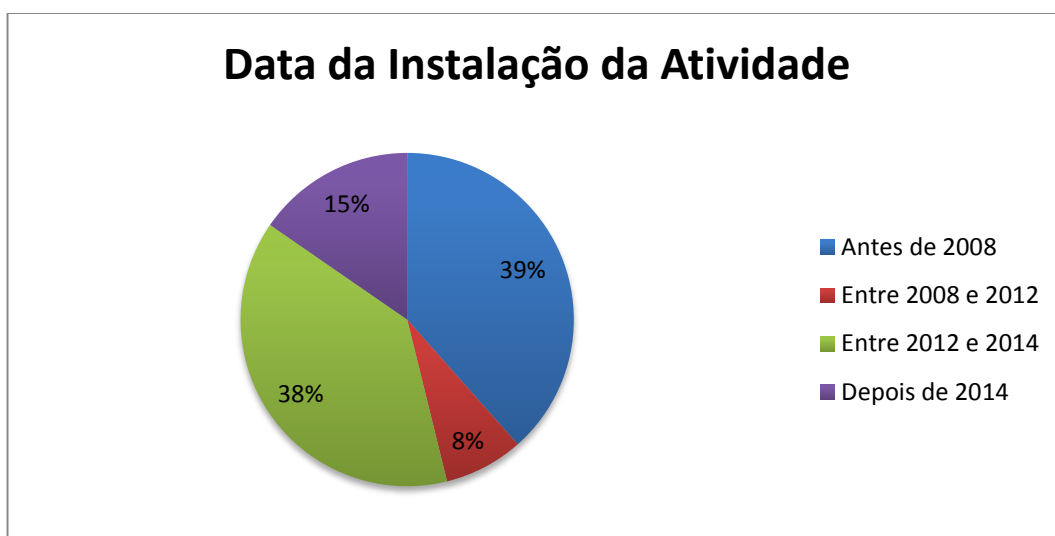


Figura 38. Início da atividade e Intervenção no Espaço Público

A maioria dos responsáveis de cada atividade estão a desenvolvê-la pela primeira vez (67%) (Fig.A.3.4 Anexo 3) sendo que anteriormente grande parte exercia atividade como funcionário de empresa (46%), gestor (13%) ou professor (13%) (Fig. A.3.5, anexo 3). Algumas das atividades inquiridas surgiram orientadas para o turismo (27%), como continuação de um negócio de família (20%) ou em alguns casos em articulação com outras atividades pré-existentes (13%) (Fig.39).



Figura 39. Ideias para a Atividade

A confirmar a orientação das atividades constatou-se que os turistas são apontados como a grande percentagem dos frequentadores das atividades (46%) entre outros clientes de perfil diversificado (42%) (Fig. 40).

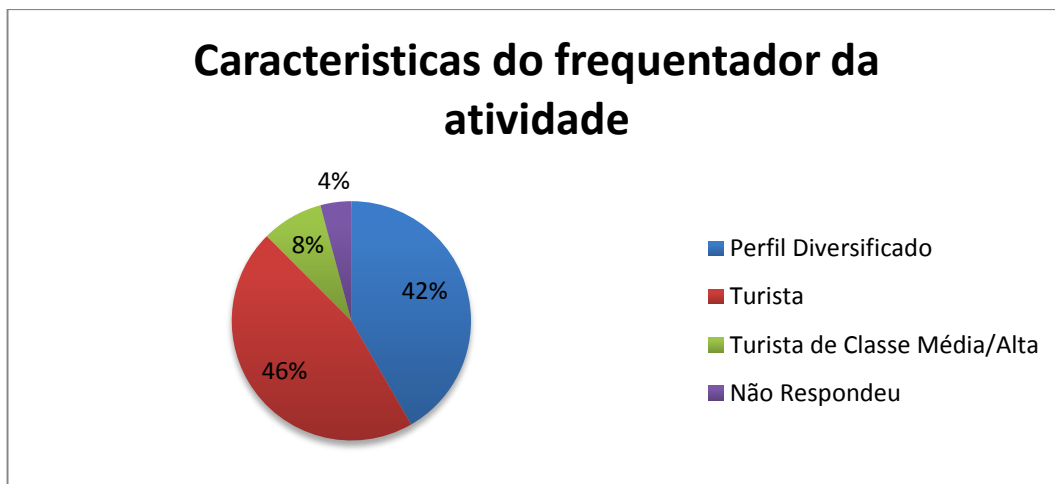


Figura 40. Características do frequentador da Atividade

A adesão do público ao projeto foi classificada como “boa”, e muito boa em 50% e 37% respetivamente. Relativamente à aceitação do projeto pela comunidade residente foi classificada como “boa” (53%) (Fig. A.3.6 Anexo 3).

Grande parte das atividades escolheram a sua localização a perspetivar um grande fluxo turístico (42%) e a intervenção no espaço público com as mais-valias associadas (32%) (figura 41). A grande maioria instalou-se através do arrendamento da superfície (87%) (Fig. A.3.8 anexo 3). No que tem a ver com o valor do arrendamento por mês, 29% dos inquiridos paga entre 500 e 1000€, 28% paga entre 0 e 500€ e 7% entre 1000 e 1500€ (Fig. A.3.11 anexo 3)

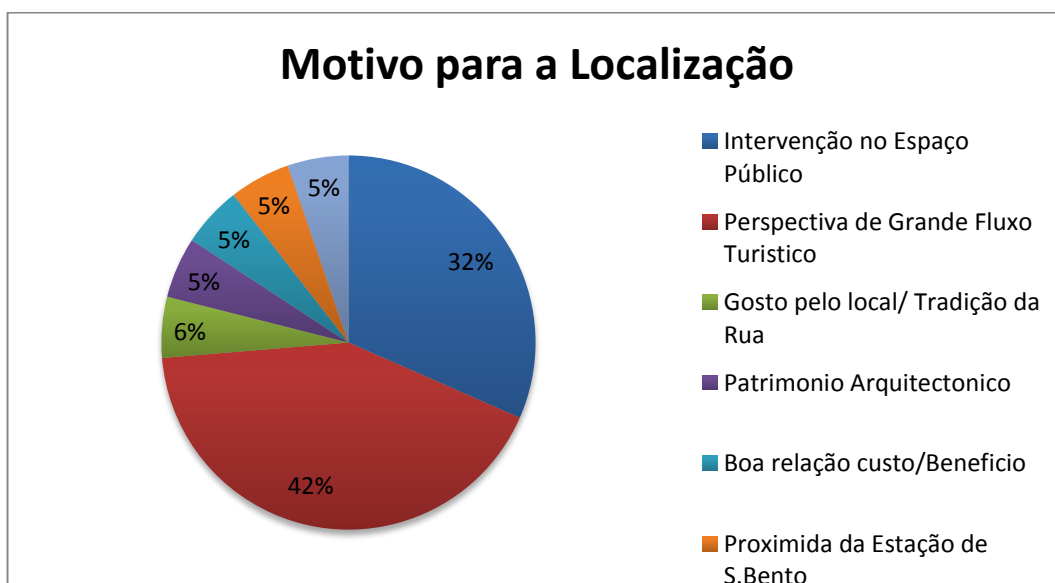


Figura 41. Motivo para a Localização

A avaliação feita ao impacto que a intervenção no espaço público teve na atividade foi bastante positiva sendo que 65% afirmam que a atividade ganhou com a intervenção (Fig. 42) com um aumento do número de clientes referido por 80% dos inquiridos e 69% afirmou também ter sentido um aumento no volume de negócios (Fig. A.3.9 e A.3.10, anexo 3).

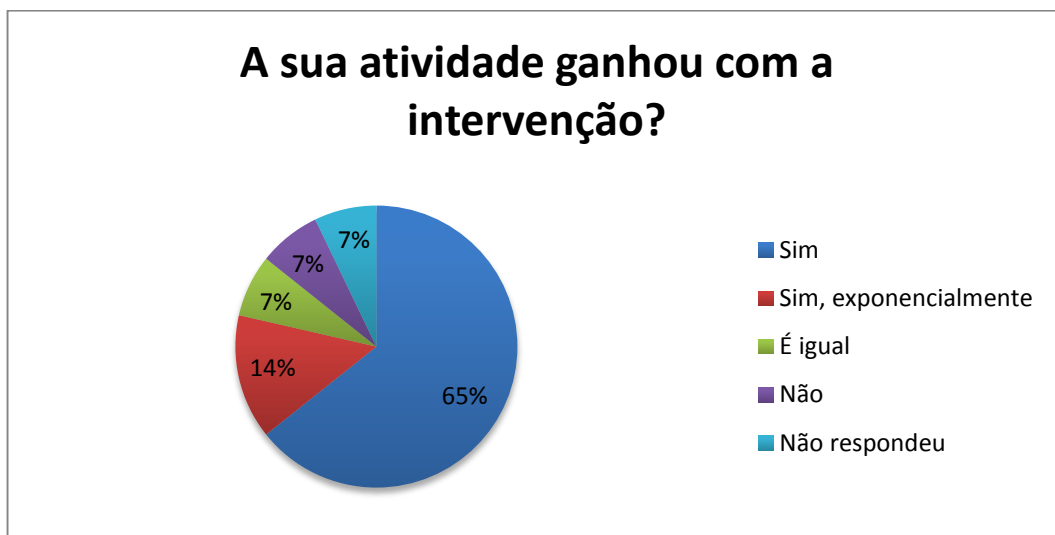


Figura 42. Avaliação do impacto da intervenção no espaço público na atividade

Quando inquiridos sobre a sustentabilidade da atividade, 80% dos inquiridos afirma que Sim, sendo que 13% afirma que atividade não é sustentável (Fig.A.3.12 anexo3). Relativamente à localização da atividade 80% dos inquiridos estão muito satisfeitos com o local.

Relativamente às perspetivas futuras para a atividade e a sua localização, 57% afirma ter Boas perspetivas, 20% têm perspetivas de crescimento, 13% têm perspetiva de Fechar e 7% tem algumas reservas quanto ao Futuro (Fig. A.3.13. Anexo3).

No geral, a avaliação da intervenção no espaço público foi bastante positiva por parte dos inquiridos e 40% a considerou boa, 13% muito boa e 13% excelente. 20% dos inquiridos consideraram a intervenção boa, mas com reparos arquitetónicos (Fig. 43).

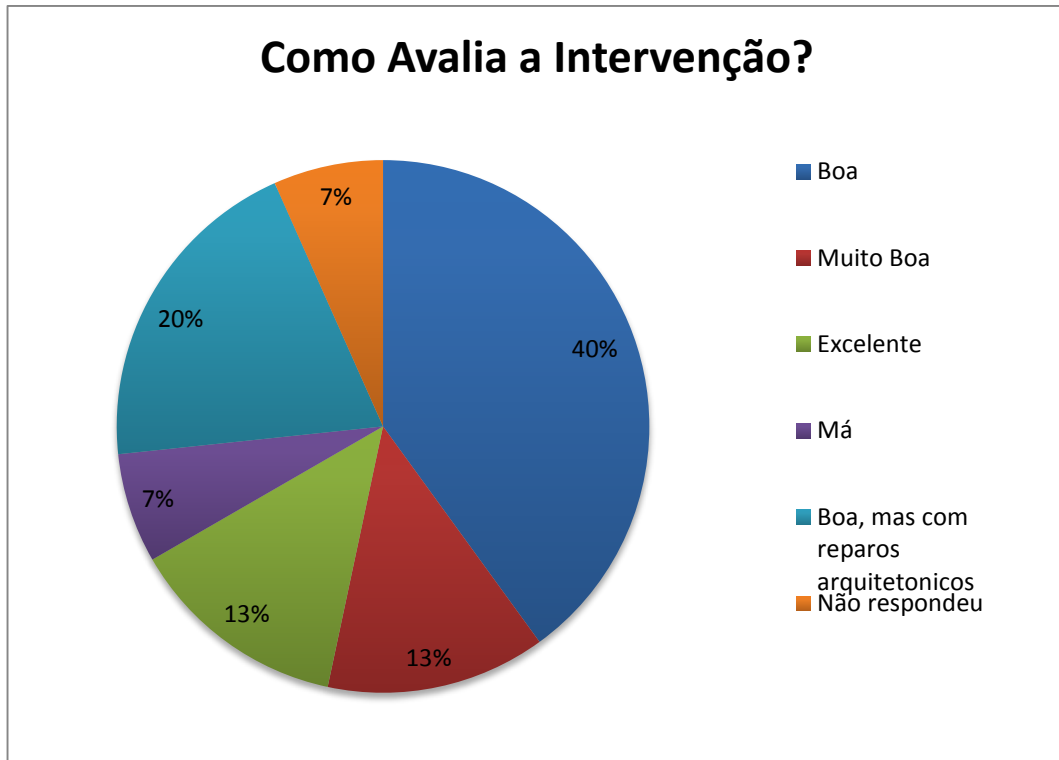


Figura 43. Avaliação geral da intervenção no espaço público

3.6 ANÁLISE CRÍTICA AO CASO DE ESTUDO

A intenção deste capítulo começou por explicar claramente o Programa de Ação para a Reabilitação do Eixo Mouzinho/Flores, e a sua inserção no instrumento político Parcerias para a Regeneração Urbana. De seguida são detalhadas as operações inseridas no programa, para ficar claro quais as intervenções. Seguindo aquilo que é o principal objetivo deste trabalho que é discutir o papel das estratégias de Regeneração Urbana e a geração de novas dinâmicas de localização das atividades criativas, foram efetuados entrevistas técnicas aos parceiros da Operação e inquéritos operacionais às atividades localizadas na Rua das Flores, que é o caso de estudo.

O caso de estudo começou pela análise documental para tentar recolher o máximo de informação sobre o programa e as operações no Eixo Mouzinho/Flores. Para complementar a informação recolhida e estudada, foram realizadas três entrevistas técnicas a parceiros da operação para aumentar o conhecimento e tirar dúvidas. Estas entrevistas foram muito importantes para melhor compreensão do programa de ação e acrescentar conhecimento de detalhes que não estavam na recolha bibliográfica e análise documental. A entrevista ao Arquiteto Patrício Martins da Porto Vivo, SRU constituiu uma parte importante na abordagem ao programa e para ficar a conhecer a perspetiva de uma entidade parceira sobre o programa. O guião de entrevista ao Arquiteto Patrício Martins segue no anexo 1.

Após a entrevista com o Arquiteto Patrício Martins, surgiu a necessidade de tirar algumas dúvidas sobre o financiamento da operação, e a relação entre o investimento público e privado, para isso, foi feita uma entrevista ao Dr. José Sequeira que segue no Anexo 1.

Para complementar o estudo e perceber a perspetiva de outro parceiro envolvido no Programa, foi efetuada a entrevista ao Eng.º Álvaro Costa fundador da TRENMO,SA. Esta entrevista foi muito importante para perceber a perspetiva de um parceiro e aumentar o conhecimento sobre o Programa, percebendo quais as intenções do programa, seu alcance, e fazer a ligação daquilo que era pretendido na fase inicial, e aquilo que efetivamente foi executado, a entrevista segue no Anexo 1.

Para recolher elementos que permitissem efetuar uma discussão foram efetuados inquéritos operacionais cujos resultados foram apresentados no ponto anterior deste mesmo capítulo. Para além dos resultados dos inquéritos foram mantidas conversas informais com os responsáveis das atividades que foram muito úteis para obter diversos pontos de vista importantes para o debate.

É consensual que o Eixo Mouzinho/Flores mudou, nomeadamente a Rua das Flores, a Rua de Mouzinho da Silveira, o Largo de Loios, o Largo de S. Domingos e a Praça do Infante. Esta mudança traduz-se não só do ponto de vista da imagem e morfologia da cidade mas também como a sua função, recuperando a sua preponderância na Cidade do Porto. Com isso passou a ser mais utilizada, mais cosmopolita e melhor utilizado.

A Rua das Flores passou a ser uma rua pedonal, e o seu espaço mais atrativo para as pessoas, mais confortável, ganhando privilégios sobre o sistema de tráfego automóvel. Com esta transformação a Rua das Flores e os seus quarteirões adjacentes pertencentes ao Eixo de intervenção passou a ser um local com visibilidade para a instalação de novas atividades empresariais das mais diversas domínios, e que com o equilíbrio necessário se conseguiram instalar e relacionar com algumas das atividades já existentes na Rua, de cariz mais tradicional, o que de certa maneira enriquece e caracteriza o espaço. Contudo este novo perfil funcional da Rua das Flores, veio trazer para a rua novas atividades, que por sua vez têm a capacidade de gerar novas visitas quotidianas e pontuais acrescentando uma dinâmica de procura que pode ter um efeito multiplicador com a rua, isto é, a geração de novas dinâmicas e novas atividades podem fazer com que se lá instalem novas atividades que por sua vez sejam capazes de atrair mais procura, aumentando a oferta.

As entrevistas técnicas e operacionais, permitem verificar que o programa teve um claro efeito de revitalização económica provocado pela intervenção no espaço público, que assentou na operação principal do Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores, a Requalificação do espaço público. Esta intervenção no espaço público foi também responsável pela catalisação na reabilitação de edifícios, o que contribui para o desenvolvimento progressivo da imagem e utilização da área.

Foram visíveis alguns efeitos de convergência e até quem já tivesse antecipado a mudança neste eixo e se tivesse instalado antes de estar efetivamente consolidada a alavanca da mudança. São exemplos disso o Palácio das Artes/Fabrica de Talentos, sendo um polo artístico de grande dimensão situado no largo de S. Domingos, a fundação da juventude que já se encontrava situada na Rua das Flores, e o Museu das Marionetas que se encontrava situado na Rua de Belmonte. Estas atividades são fundamentam procura consistente à Rua das Flores. É importante ainda referir que se o Eixo for analisado como um todo, a geração de outras atividades que não estejam situadas precisamente na Rua das Flores, mas na sua proximidade, e que acrescentam também a procura e utilização da Rua, exemplo disso são os casos do Hard Club que encontra a sua localização no Mercado ferreira Borges, Hotel Intercontinental e o Palácio da Bolsa. Este conjunto de entidades e instituições que perceberam a mudança que haveria de chegar, e que beneficiaram com esse facto tiveram também que passar pelos constrangimentos associados às intervenções no espaço público.

A recolha de dados resultante dos inquéritos operacionais às atividade selecionadas permitem verificar que um boa parte das atividades a atuar na Rua das Flores estavam instaladas antes da intervenção, contudo esta a amostra permite verificar uma boa parte das atividades inquiridas começaram a sua atividade imediatamente antes ou durante a intervenção no espaço público. Este facto permite concluir que a intervenção no espaço público foi responsável pela instalação de novas atividades e dinâmicas na Rua das Flores.

Dados recolhidos no Livro Mouzinho/Flores – Um eixo para a Mudança para o Centro Histórico, Relativos à área de intervenção permitem verificar que antes de 2009 comércio existente totalizava 116 atividades, sendo 31 atividades de Cafeteria, restauração e Bar, 80 atividades de comércio e retalho, 3 farmácias e uma loja de serviços turísticos e depois de 2009 a 2014 no número total de atividades foi reduzido para 108 sendo que o número Cafeteria, restauração, bar desceu para 28, comércio e retalho desceu para 65, apareceram 4 hotéis, as lojas de serviços turísticos aumentou para 7 e apareceram 5 alojamentos turísticas. Estes dados permitem fazer a leitura de que a função da rua começa a ser cada vez mais orientada para as atividades cujo público-alvo são os turistas.

A recolha de dados resultante dos inquéritos operacionais às atividade selecionadas sugerem que a Rua das Flores tem atividades muito diversas, sendo que mostra predominância no comércio a retalho, seguida de Cafeteria, restauração, bar, e por fim hotel. É visível que tanto os serviços de Hotelaria como de Restauração têm vindo a crescer na Rua, correspondendo assim às necessidades do consumidor.

A grande parte das atividades inquiridas, considera a sua atividade uma atividade criativa e que comercializa produtor inovadores e diferenciadores. O tipo de atividades inquiridos foram: chocolataria, Alfarrabista, Ourivesaria, Casa de Chá/Restaurante, Venda de Produtos, Pastelaria/Chocolataria, Retrosaria e Pastelaria/Café. O Perfil do responsável pela atividade no que tem a ver com a idade encontra a maioria entre os 40 e os 60 anos, e seu grau académico corresponde ao grau de licenciatura. Parte dos inquiridos estabelece a ligação entre a área de formação e a atividade atual através da criação do produto, é importante colocar em destaque na formação académica, a

formação em design. Esta conjuntura pode levar a concluir que atividade possa ser designada como uma atividade criativa ou diferenciadora.

De acordo com os dados recolhidos o horário de funcionamento o horário predominante de funcionamento das atividades da Rua é das 9h30 às 19h30, sugerindo assim que os maiores fluxos pedonais aconteçam durante o dia. Contudo foi perceptível nas entrevistas operacionais que há uma tendência para o alargamento deste horário para horas mais tardias estendendo assim os fluxos pedonais, esta tendência é suportada pelo crescimento da instalação restaurantes, cafeteria e bar.

Quando inquiridos sobre as características do frequentador das atividades, os dados revelam que há um predominância de Turistas, seguido e utilizador diversificado que sugere que atividades sejam capazes de atrair uma grande amplitude de pessoas, favorecendo um ambiente diverso. Explorando o perfil do Cliente, os inquiridos destacam mais uma vez um perfil diverso, contudo é de realçar que algumas atividades inquiridas destaquem a classe média alta.

Das atividades instaladas é importante referir que os motivos principais que levaram à escolha desta localização foram a Perspetiva de grande Fluxo Turístico e a Intervenção no espaço público, desta forma constata-se que a intervenção do espaço público teve um papel fundamental para atração de turistas e por sua vez instalação de novas atividades. É também evidente que locais são adquiridos para atividade através do arrendamento, e foi perceptível durante os inquéritos operacionais que o valor as rendas estão a experimentar um subida, resultantes do investimento que foi feito na reabilitação assim como o aumento da procura cada vez maior do local. Quando questionadas sobre a sustentabilidade dos seus negócios, a esmagadora maioria dos inquiridos revela que atividade é sustentável e estão muito satisfeitos com a escolha da localização para a sua atividade. Quanto a perspetivas futuras a grande parte das atividades revela confiança e tem boas perspetivas para o futuro, algumas atividades com a perspetiva de crescimento. Atividades inquiridas revelaram que iriam fechar os seus negócios, e as razões referidas foram a adequabilidade à nova função da rua, outros por questões relativas ao arrendamento. Foi revelado também num âmbito de entrevistas operacionais que a rua antes da intervenção assumia um papel de comércio mais grossista, e que agora estava direcionada para o consumidor final, essa foi uma das razões apontadas para uma eventual diminuição do volume de negócios em atividades inquiridas.

Quando questionados sobre a intervenção no espaço público, e fazendo a ligação com as suas respetivas atividades, a maior parte refere que a atividade ganhou com a intervenção, ganhou mais clientes e viu o seu volume de negócios aumentar. O nível de satisfação com a intervenção é manifestamente elevado, contudo inquiridos manifestaram alguma insatisfação com detalhes arquitetónicos e funcionais da rua.

É consensual o sucesso deste Programa de Ação, fundamentada nas entrevistas técnicas e na maior parte das entrevistas operacionais. Os dados recolhidos e discutidos permitem perceber que operação foi responsável pela criação de dinâmicas com efeitos multiplicadores nas atividades e na Reabilitação, e que tem muito potencial para gerar atividades criativas, capazes de responderem às necessidades da procura de um público cada vez mais exigente tanto do mercado do turismo como da população residente. Contudo é espero que alcance possa ser ainda mais multiplicador e abrangente.

A Rua das Flores é agora a grande centralidade do Centro Histórico do Porto, reforçando também o seu papel de percurso de ligação da Baixa à Ribeira, e os artistas de rua, as esplanadas e as animações de rua criaram um lugar neste território, oferecendo condições para que todo local e locais adjacentes se direcione para atividades criativas.

A Rua das Flores é amplamente designada como um caso de sucesso, tendo em conta os objetivos e com isso ganhou vida novamente, cumprindo o desígnio de revitalização.

4

Conclusões e Recomendações

A revisão de literatura apresentada no capítulo 2 procura definir e relacionar os conceitos de cidade e economia criativa, as lógicas de localização das atividades criativas nos centros das cidades, e a regeneração urbana e atividades criativas.

Com os conceitos e relações definidos, e dando especial enfoque para a relação entre a regeneração urbana e as atividades criativas, a revisão de literatura refere a importância das estratégias de regeneração urbana para a revitalização de centros urbanos, nomeadamente para a potencial geração de atividades criativas. O estudo de caso vem suportar essa ideia, demonstrando a importância do programa de ação para a reabilitação do eixo Mouzinho/Flores para a revitalização funcional dos centros urbanos em especial para criação de novas atividades, com potencial para a criação de atividades criativas.

Como foi referido, o programa de ação para a reabilitação do eixo Mouzinho/Flores é constituído por diversas operações. Contudo, é importante chamar a atenção para a importância da intervenção no espaço público, e consequente impacto que esta operação teve no estímulo e criação de atividades com potencial de criação de atividades criativas. O estudo de caso sustenta a ideia, sugerida, na revisão de literatura da importância das intervenções no espaço público.

A revisão de literatura sugere também a importância do papel de instituições públicas em particular o Estado, no financiamento de programas de regeneração urbana e consequente importância para a revitalização dos centros urbanos. No caso de estudo o papel das entidades públicas, materializa-se não só pelo governo central, mas sobretudo por instituições públicas constituídas parceiras na operação como a Porto Vivo, SRU.

Os parágrafos seguintes procuram-se apresentar mais desenvolvidamente estas reflexões.

O Programa de Ação para a regeneração Urbana do Eixo Mouzinho/Flores, foi financiado por fundos comunitários apoiados por um instrumento político nacional denominados como Parcerias para a Regeneração Urbana – Política de cidades. A aplicação deste programa de Ação procede-se pelo estabelecimento de parcerias público privadas, envolvendo instituições públicas e empresas privadas. A literatura sugere que a prática deste tipo de parcerias, e o envolvimento de uma gestão em rede, pode favorecer o sucesso do Programa.

O Programa de Ação seguiu uma ordem cronológica na execução das operações, na qual se destaca a intervenção no espaço público. Esta operação, financiada por investimento público, revelou um importante efeito catalisador do investimento privado e prova disso é o quadro presente no Anexo 1, mostrando que por cada 1€ de investimento público resultou 10€ de investimento privado. É destacado desta forma o importante papel do estado na reabilitação e revitalização, através do investimento

público e os impactos podem gerar. Esta ideia é também explorada e sustentada por investigadores sobre a matéria.

É constatado que o alcance desta operação vai para além do investimento privado e dinamismo de mercado resultante, e vai de encontro às intenções da política de planeamento procuradas recentemente. O impacto desta intervenção pode ser observado a partir de outras perspetivas, nomeadamente o ambiente e clima cultural que conferiu ao espaço, sendo este ponto relevante nas novas políticas de planeamento. Durante e após a execução do programa, foi notória a geração de novas dinâmicas na rua em diferentes níveis: Criação de novas atividades e serviços, geração de fluxo pedonal diversificado, instalação de artes performativas, e recuperação de museus que dinamizaram a oferta cultural da rua. Este novo ambiente criado confere ao espaço um conjunto de características que vão ao encontro com as condições de atratividade das classes criativas, que tem preferência por lugares diferenciados, tolerantes e abertos a novas ideias, e possam proporcionar condições de bem-estar.

É possível concluir que as instituições de gestão municipal assumem um papel importante na promoção e desenvolvimento económico e social, nomeadamente pela execução deste do Programa de Ação, sendo capazes de atrair fluxos de capital emprego e comércio, assim como de residentes e visitantes, para as quais as atividades com maior capacidade diferenciadora e criativa se vieram a revelar decisivas, dando resposta positiva ao declínio de outros sectores de indústria e produção.

A recolha de dados através de inquéritos apoia a hipótese da atração de criativos para a instalação das suas atividades, evidenciando que metade dos inquiridos pertence à classe criativa, e sugere que aumente.

O Programa de Ação veio tornar mais consistente a ideia de o Porto ser uma cidade criativa, pois por definição uma cidade criativa procura repensar-se e regenerar-se do ponto de vista urbano, económico e social, para poder dar a melhor resposta ao contexto a que está exposta, foram esses os resultados obtidos, pelo que se pode dizer que neste aspeto há coerência do programa com a ideia de cidade criativa.

De acordo com a literatura, e em particular seguindo a ideia defendida por Musterd (2007), o caso de estudo foi alvo de um intervenção que dotou um espaço territorial com infraestrutura, que foi capaz de criar condições para a instalação de atividades criativas e conseqüentemente a atração da classe criativa.

Os dados recolhidos permitem demonstrar que os critérios tidos em conta para instalação da atividade foram a intervenção no espaço público e a perspetiva de grande fluxo turístico, que é também um resultado da intervenção. Conclui-se então que a intervenção no espaço público teve um papel fundamental na instalação das atividades criativas. Importante também referir o papel do estado nesta operação, através do financiamento monetário, para dinamizar a economia da cidade.

Conclui-se então que o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores, desencadeou uma série de dinâmicas que estão a ser responsáveis pela revitalização funcional, do centro histórico do Porto, e que desencadeou o estímulo da criação e instalação de atividades criativas, pela criação de condições de infraestrutura para atrair atividades, assim como a criação de uma atmosfera ideal para a atração da classe criativa

É consensual que o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores foi um caso de sucesso, nomeadamente na Rua das Flores. Teve a capacidade de gerar dinâmicas que permitiram o desenvolvimento de varias componentes da rua (gerando um fluxo pedonal constituído sobretudo por turistas) capaz de alimentar as diferentes atividades ali instaladas. A rua está também

caracterizada por iniciativas associadas a artes performativas e intervenções de artes plásticas, conferindo-lhe cultura e reforçando a uma imagem criativa.

Recomendações

Para o desenvolvimento do estudo de caso, foram efetuados quinze inquéritos e três entrevistas técnicas, pelo que se sugere que, para o desenvolvimento de um futuro trabalho sobre o tema a um nível mais detalhado, se aumente significativamente o número de inquéritos, por forma a aumentar a amostra e a dar mais força ao caso de estudo. As entrevistas técnicas constituíram também um ponto importante para aumentar o conhecimento e a percepção das intervenções do programa em estudo, pelo que se sugere a realização de um maior número de entrevistas técnicas a mais instituições, como exemplo a Porto Lazer e a ADDICT, entre outras. O caso de estudo teria ficado mais completo, com um eventual estudo das dinâmicas dos quarteirões adjacentes ao eixo Mouzinho/Flores, e um levantamento funcional atualizado.

Para além, do aumento de entrevistas técnicas e operacionais, do estudo de quarteirões adjacentes, sugere-se o desenvolvimento de um caso de estudo comparativo com outra Rua da cidade na qual também se desenvolvam atividades criativas. A Rua de Miguel Bombarda surge como um bom exemplo, pois nesta desenvolvem-se atividades e as dinâmicas criativas e inovadoras com menos intervenção do estado e maior intervenção privada. Este caso comparativo enriquecia o trabalho e gerava uma discussão interessante, na qual se podia constar o nível de importância do investimento público para as atividades criativas.

Importa por fim chamar a atenção para a importância do tipo de análise desenvolvida neste estudo para o planeamento e projeto urbano nos centros das cidades. Será de recomendar, por isso, a relevância de programas de ação, como o exposto neste estudo, para a revitalização inovadora dos centros urbanos.

Bibliografia

10 Anos Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense – Brochura

Asheim, B. (2009): Introduction to the creative class in European city regions. *Economic Geography. Guest Editorial* 85(4), 355-362.

Atkinson, R., & Easthope, H. (2009). The consequences of the creative class: the pursuit of creativity strategies in Australia's cities. *International Journal of Urban and Regional Research*, 33(1), 64-79.

Bontje, M., & Musterd, S. (2008). The Multi-layered city: The Value of the Old Urban Profile. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 99(2), 248-255.

Comunian, R. (2010). Rethinking the creative city: the role of complexity, networks and interactions in the urban creative economy. *Urban Studies*.

Daniel, R. (2013). Creativity and creative industries in Cairns: views from the field. *Etropic: Electronic Journal of Studies in the Tropics*, 12(2), 58-69.

Eixo Mouzinho/Flores – Território do Recolhimento e do Mercadejar (ebook) – Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A

Enquadramento de Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores (www.portovivosru.pt/). Acedido a 14 de maio de 2015

Evans, G. (2009). Creative cities, creative spaces and urban policy. *Urban Studies*, 46(5-6), 1003-1040.

Florida, R. L. (2002). The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life. *Basic books*.

Hansen, H. K., & Winther, L. (2010). The spatial division of talent in city regions: Location dynamics of business services in Copenhagen. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 101(1), 55-72.

Hutton, T. A. (2004). The new economy of the inner city. *Cities*, 21(2), 89-108.

Lederman, J. (2015). Urban Fads and Consensual Fictions: Creative, Sustainable, and Competitive City Policies in Buenos Aires. *City & Community*, 14(1), 47-67.

Mateus, A. ASSOCIADOS (2010). O Sector Cultural e Criativo em Portugal.

Mouzinho/Flores – Um Eixo de Mudança para o Centro Histórico – Porto Vivo, SRU – Sociedade para a Reabilitação da Baixa Portuense, S.A (Livro)

Musterd, S. (2006). Segregation, urban space and the resurgent city. *Urban Studies*, 43(8), 1325-1340.

Operações do Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores (www.portovivosru.pt/). Acedido a 15 de maio de 2015

Parceria para a regeneração Urbana do Eixo Mouzinho/Flores (www.portovivosru.pt/). Acedido a 14 de maio de 2015

Política de Cidades – Parcerias para a regeneração urbana – Aviso de Abertura de Concurso para a Apresentação de Candidaturas de Programa de Ação – PRU/1/2007

Ponzini, D., & Rossi, U. (2010). Becoming a creative city: The entrepreneurial mayor, network politics and the promise of an urban renaissance. *Urban Studies*, 47(5), 1037-1057.

Portugal – Política de cidades Polis XXI – 2007 - 2013 – Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Pratt, A. C. (2009). Policy Transfer and the Field of the Cultural and Creative Industries: What Can Be Learned from Europe?. In *Creative Economies, Creative Cities* (pp. 9-23). Springer Netherlands.

Pratt, A. C. (2009). Urban regeneration: From the artsfeelgood'factor to the cultural economy: A case study of Hoxton, London. *Urban studies*, 46(5-6), 1041-1061.

Pratt, A. C. (2010). Creative cities: Tensions within and between social, cultural and economic development: A critical reading of the UK experience. *City, Culture and Society*, 1(1), 13-20.

Publicações do Programa de Ação para a Reabilitação do Eixo Mouzinho/Flores (www.portovivosru.pt/). Acedido a 16 de maio de 2015

Regulamento Especifico – Politica de cidades – Parcerias para a regeneração Urbana

Rousseau, M. (2009). Re-imagining the City Centre for the Middle Classes: Regeneration, Gentrification and Symbolic Policies in ‘Loser Cities’ .*International Journal of Urban and Regional Research*, 33(3), 770-788.

Vázquez, I & Oliveira, C & Guimarães, R (2010). Políticas Urbanas, Criatividade e Coesão: O caso da região Metropolitana do Porto

ANEXO 1.

ENTREVISTAS TÉCNICAS

Entrevista com Arq. Patrício Martins
Câmara Municipal do Porto
Porto Vivo, SRU
04.06.15

O Programa de Ação para a Reabilitação do Eixo Mouzinho Flores_CH2, cabe à Porto Vivo, SRU coordenar com o protocolo financeiro celebrado a 30 de Junho de 2009, apoiado pela PRU, parcerias para a Regeneração Urbana. Reabilitação Urbana da baixa do Porto e do Centro Histórico do Porto, intervenções faseadas.

A primeira fase da intervenção global corresponde á criação do Programa para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé, que integrou a candidatura ás parcerias para a regeneração urbana em 2008.

A segunda fase, a candidatura do programa de ação para a reabilitação urbana do eixo Mouzinho/Flores.

1. A reabilitação urbana na baixa do porto e do centro histórico está dividida em quantas fases? Como correu o primeiro programa? E o segundo?
2. Em Fase de projeto, de que forma as PRU condicionam a elaboração do projeto de candidatura?
3. Qual o instrumento comunitário? Qual foi o investimento total? Qual a participação das PRU – política de cidades? Foi preciso recorrer a outros instrumentos de financiamento? (A questão do investimento na eficiência energética não entrou em vigor, ou seja não foi aprovado)
4. Quais os métodos de financiamento? Qual o investimento Publico e Privado?
5. Quais as parcerias estabelecidas na altura? Qual o seu papel? Como funcionaram?
6. Foi preciso recorrer a mais métodos de financiamento?
7. Quais os parceiros que resultaram das parcerias? Quais foram os Parceiros? Quem coordenou todo este processo?
8. Como correram as operações? Como avalia o entendimento com os parceiros? Qual o balanço?
9. Lógica de faseamento destas operações e razão de ser de cada uma destas operações?
10. Qual o papel dos donos das lojas? Qual o interveniente de ligação?
11. Relações entre PRU – Operação - Financiamento
12. Qual o resultado esperado? Até agora como esta a correr? Qual a sensação?
13. Como correu o projeto? Já está totalmente fechado?
14. Quais as dinâmicas ganhas em todo o eixo?
15. Quais os tipos de atividades
16. Quais as atividades ideais para o local?
17. Como é a habitação do eixo Mouzinho/Flores, qual o perfil do Habitante?
18. Em que estado esta o edificado atualmente? É atrativo para população jovem?
19. Foi perceptível o efeito multiplicador?

Entrevista com Dr.º José Sequeira (Economista)
Núcleo de estudos e Planeamento urbano
Economista, Porto Vivo, SRU
08.06.15

Perguntas sobre o Programa de Ação de Reabilitação do Eixo Mouzinho/Flores:

1. Inicialmente estava previsto um parque de estacionamento e apoio à reabilitação através do apoio à Térmica (Eficiência energética comparticipada), ambos estes projetos caíram, ou seja não se concretizaram, quais as razões?
2. Foi preciso recorrer a outros métodos de financiamento?
3. Qual a relação entre o investimento público e o investimento privado?

Tabela A.3. Parcerias para a regeneração urbana, Quadro de Investimento

Componente	Investimento Global no Eixo Mouzinho / Flores	Total
	01-01-2005 a 31-12-2014	
Investimento Privado	Estimativa do Investimento Privado Total nas Parcelas Licenciadas pela Porto Vivo, SRU (2005-2014)	63.556.026 €
	Valor de Transações dos Processos relativos ao Exercício dos Direitos de Preferência (2007-2014)	42.658.554 €
	Estimativa do Investimento no âmbito do RECRIA, RECRIPH e SOLARH (2008-2012)	249.443 €
Investimento Público	Comparticipação IHRU/CMP no âmbito do RECRIA, RECRIPH e SOLARH (2008-2012)	403.210 €
	Investimento Total Porto Vivo, SRU (2005-2014)	3.205.459 €
	Investimento Câmara Municipal do Porto e Empresas Municipais (2011-2014)	7.223.061 €
Total	117.295.752 €	1€ Público - 10€ privados

Notas:

Unidade: Euros

(a) O investimento no âmbito dos Programas do IHRU é referente ao período 2005 - 2012. O Gabinete da CMP foi dissolvido no 1º semestre de 2013.

(b) Nota para o investimento da responsabilidade das empresas Águas do Porto, EM e Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EEM, enquanto empresas municipais.

(c) Em termos de monitorização do investimento privado na área de intervenção, é difícil obter um valor real uma vez que este investimento é exclusivamente da responsabilidade de entidades privadas e não existe um mecanismo que permita obter o valor do investimento final. Assim, apresenta-se uma estimativa que tem por base o somatório dos seguintes valores:

1) Custo direto em obra apresentado na altura de instrução dos processos de licenciamento de parcelas referentes a quarteirões com Documento Estratégico aprovado e sob gestão da Porto Vivo, SRU, nos termos do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, ou no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, também sob gestão da Porto Vivo, SRU, nos termos da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto;

2) O investimento privado das obras apoiadas pelos Programas de Apoio do IHRU (RECRIA, RECRIPH e SOLARH);

3) O valor das transações nos processos relativos ao exercício dos direitos de preferência;

Sendo assim possível apurar o volume de investimento privado em reabilitação, ainda que este subestime o investimento global no território, dado que, nos restantes quarteirões, a gestão dos processos de licenciamento esteve cometida à Câmara Municipal do Porto até à aprovação da ARU do CHP, em 2012.

Entrevista com Dr.º Álvaro Costa
TRENMO
02.06.15

Perguntas, Sobre o Programa de Ação de Reabilitação do Eixo Mouzinho/Flores:

Guião de entrevista:

1. De que forma se iniciaram os contactos para a TRENMO como parceira nesta operação?
2. Qual o Resultado do desempenho da TRENMO nesta Operação, as expectativas foram alcançadas?
3. Qual o balanço que faz desta operação?
4. O que acha que correu pior?
5. Qual o papel da TRENMO na parceria para a regeneração urbana?
6. Relativamente às dinâmicas de atividades que se instalaram na rua, qual a sua visão para a Rua das Flores?
7. Relativamente ao Projeto de Arquitetura, nomeadamente o piso da Rua e as distâncias das esplanadas, qual a sua opinião relativamente a estas questões?
8. Qual foi e qual é a sua visão para a Rua das Flores? Em fase de projeto, qual a visão que tinham relativamente às atividades que se iam instalar na Rua? Para que mercado se ia orientar as atividades?
9. Qual a sua opinião sobre o programa?
10. O que é esperada para a Rua das Flores a curto médio prazo tendo em conta a natureza sazonal que o turismo possa ter, e a relação com o tipo de atividades que se instalam na Rua das Flores?
11. Do ponto de vista funcional as Flores foi um caso de sucesso?

ANEXO 2.

MODELO DE ENTREVISTAS OPERACIONAIS

Guião de Entrevista para estudo de Caso

- 1.^a Parte – Atividade
- 2.^a Parte – localização
- 3.^a Parte – Criatividade da atividade
- 4.^a Parte – Formação profissional
- 5.^a Parte – Intervenção no espaço público
- 6.^a Parte – Dados Pessoais

1.ª Parte – Atividade

- 1.1. Qual a atividade?
- 1.2. Qual o tipo de atividade?
- 1.3. Como define esta atividade?
- 1.4. Considera a atividade uma atividade criativa? Se sim, de que forma?
- 1.5. Quem gere a atividade?
- 1.6. Natureza jurídica do projeto? (Sociedade anónima, unipessoal, associação cultural, social, empresarial, cooperativa, particular, outros, etc)
- 1.7. Que tipo de função tem nesta atividade?
- 1.8. Qual a ocupação profissional anterior?
- 1.9. Há quanto tempo trabalha nesta atividade?
- 1.10. Há quanto tempo existe esta atividade?
- 1.11. A atividade é anterior ou posterior à intervenção no espaço público?
- 1.12. Qual o horário de funcionamento desta atividade?
- 1.13. É a primeira vez que está envolvido em atividades idênticas? Se não, quais as atividades, há quanto tempo e onde?
- 1.14. Incluindo o entrevistado, quantas pessoas trabalham nesta atividade?

2.^a Parte – Localização

2.1. Localização da atividade (Freguesia/ Código Postal)?

2.2. Qual a razão desta localização?

2.3. De que forma se procedeu à instalação desta atividade (aquisição, arrendamento, ocupação, outros)?

2.4. Qual o valor do arrendamento?

- 0 – 500€
- 500€ - 1000€
- 1000€ - 1500€
- 1500€ - 2000€
- Superior a 2000€

2.5 – De que forma se desenvolveu a requalificação deste espaço?

2.6 – De que forma se procedeu à instalação desta atividade em termos de financiamento inicial?

2.7. Houve ou há incentivos, como apoios financeiros, para a abertura e desenvolvimento de atividades (apoios institucionais, outros)? Se sim, há quanto tempo existem esses apoios? De que forma surgiram esses apoios?

2.8. Quais os principais obstáculos para a obtenção ou não dos apoios?

2.9. Que tipo de relação existe com as organizações institucionais (Câmaras, SRU, outros organismos)?

2.10. A atividade é sustentável em termos financeiros?

2.11. Qual o nível de satisfação com a localização desta atividade? Quais as principais razões?

2.12. Quais as perspetivas de futuro relativas à localização desta atividade neste local?

3.^a Parte – Criatividade da atividade

3.1. Como surgiram as ideias para a atividade?

3.2. Considera a sua atividade uma atividade criativa? Porquê?

3.3. Considera que os produtos que comercializa são inovadores/Criativos? Porquê?

3.4. Existe um funcionamento em rede (formal ou informal) com outras atividades similares, da mesma área ou de áreas diferentes?

3.5. Existe um processo de aprendizagem de umas atividades para outras?

3.6. Como caracteriza o público ou frequentadores destas atividade? (idade, formação, gostos, etc)?

3.7. Qual o perfil do cliente da sua atividade?

3.7. Qual a adesão do público a este projeto? Porque razão?

3.8. Qual o nível de aceitação/ interação por parte da atividade residente?

4.^a Parte - Formação Profissional

4.1. Qual a sua habilitação profissional?

4.2. De que forma a sua habilitação profissional está relacionada com a sua atividade?

4.3. Qual a formação profissional dos colaboradores da sua atividade?

5.^a Parte – Intervenção no espaço público [2012-2014]

5.1. Qual a data de instalação da sua atividade?

5.2. A instalação da sua atividade é anterior ou posterior à intervenção no espaço público?

5.3. O que mudou, na sua opinião, com a intervenção do espaço público?

5.4. A sua atividade ficou a ganhar com a intervenção no espaço público? De que forma?

5.5. Qual a importância da intervenção no espaço público para a sua atividade? O número de utilizadores da Rua das Flores aumentou? O número de clientes da sua atividade aumentou?

5.6. O seu volume de negócios aumentou com a intervenção no espaço público?

5.7. Como avalia a intervenção no espaço público?

5.8. Quais os critérios que teve em conta para instalar a sua atividade na Rua das Flores?

6.^a Parte – Dados Pessoais

6.1. Sexo?

6.2. Idade?

6.3. Habilitações?

ANEXO 3. TRATAMENTOS DE DADOS RECOLHIDOS

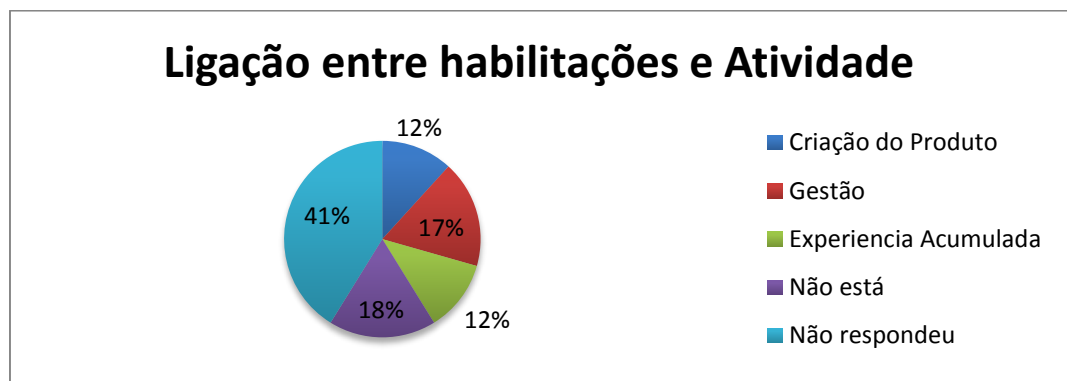


Figura A.3.1. Descrição das habilitações literárias dos responsáveis das atividades.

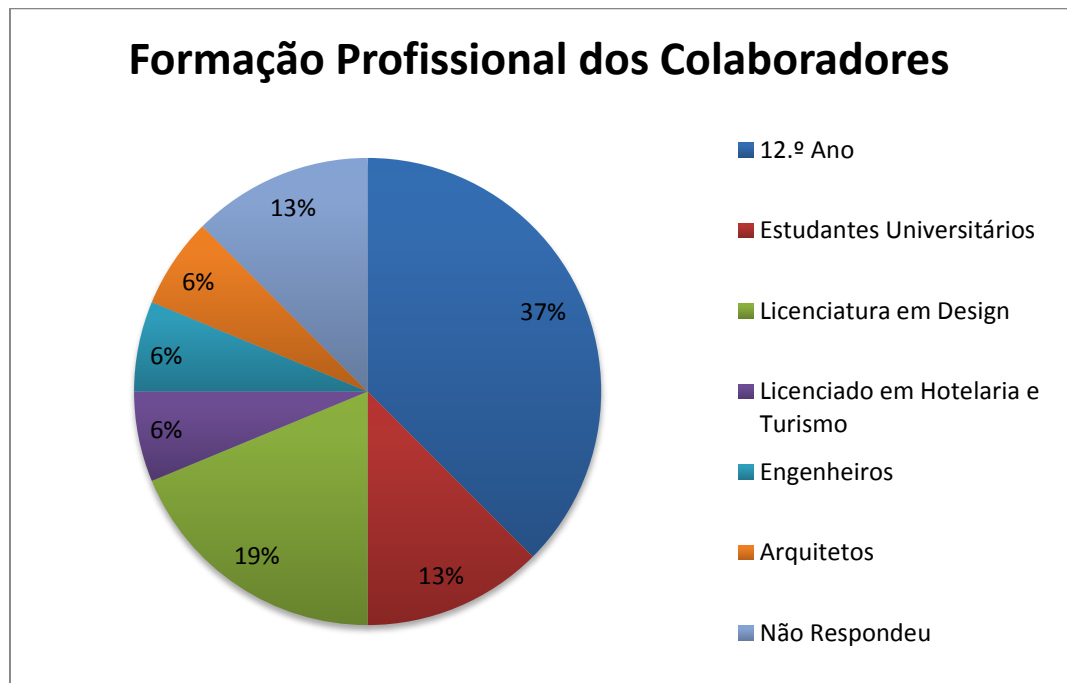


Figura A.3.2. Descrição da formação profissional dos colaboradores.



Figura A.3.3. Descrição do tempo em que a atividade teve início.

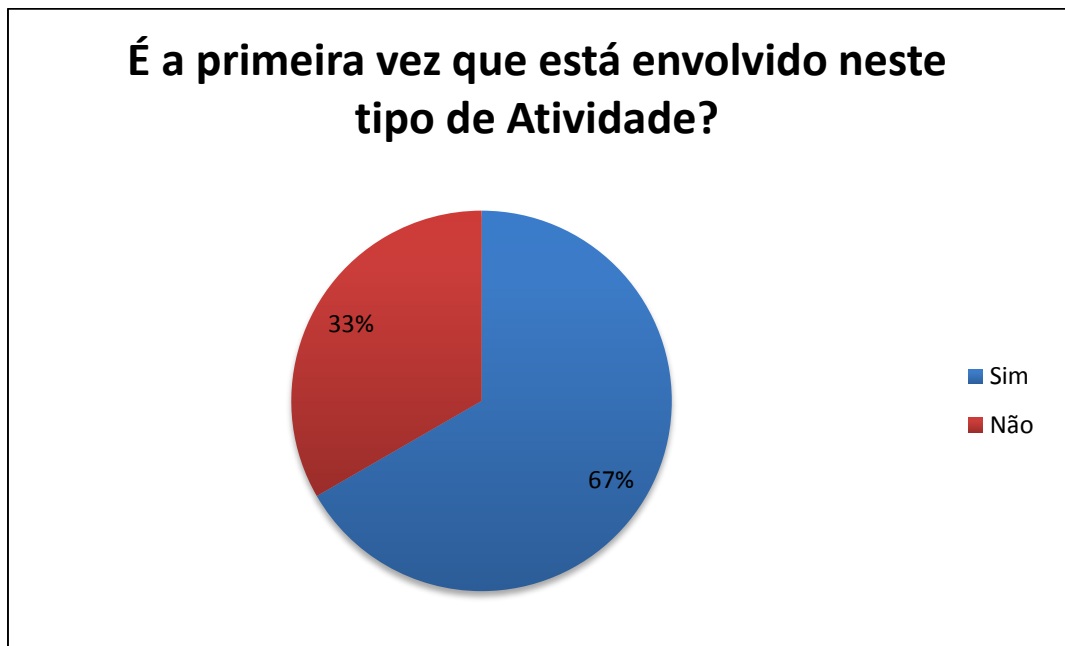


Figura A.3.4. É a primeira vez que está envolvido neste tipo de atividade?

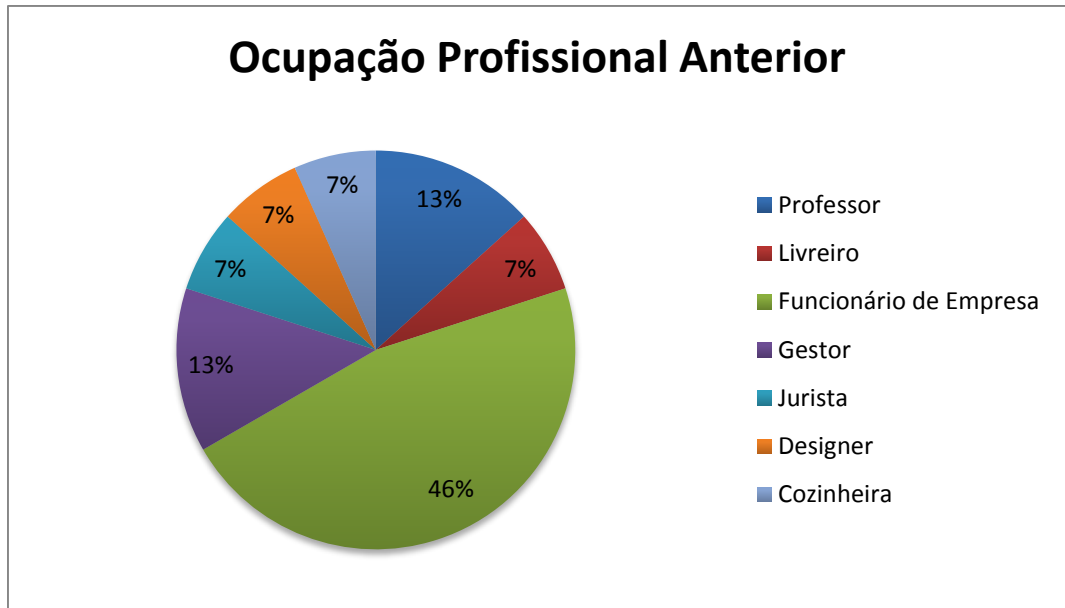


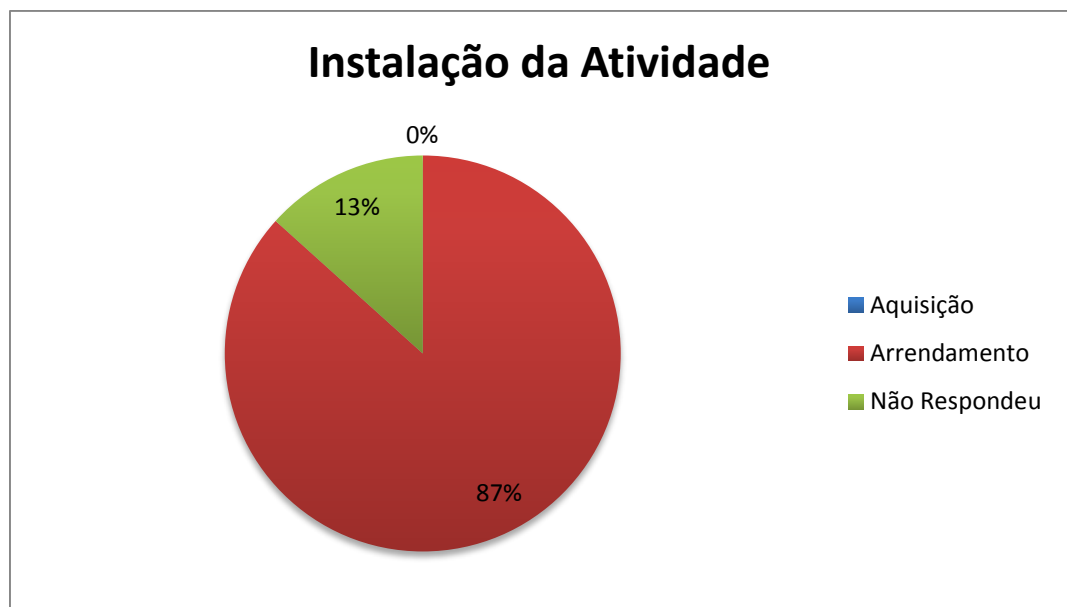
Figura A.3.5. Descrição da ocupação profissional anterior



Figura A.3.6. Descrição da adesão do público ao projeto.



FiguraA.3.7. Nível de aceitação por parte da atividade residente



FiguraA.3.8. Modalidade de instalação de atividade

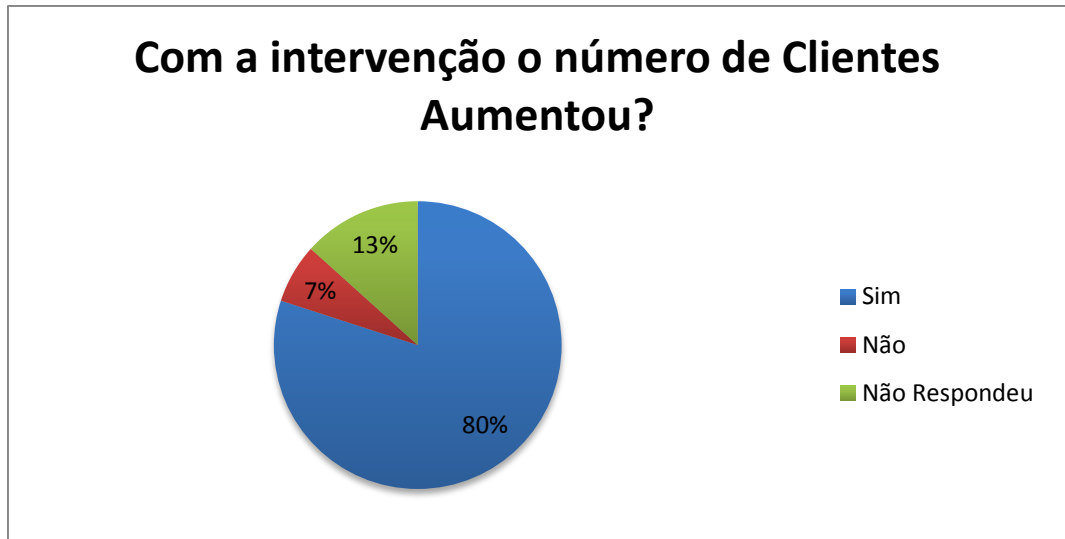


Figura A.3.9. Avaliação do número de clientes após a intervenção

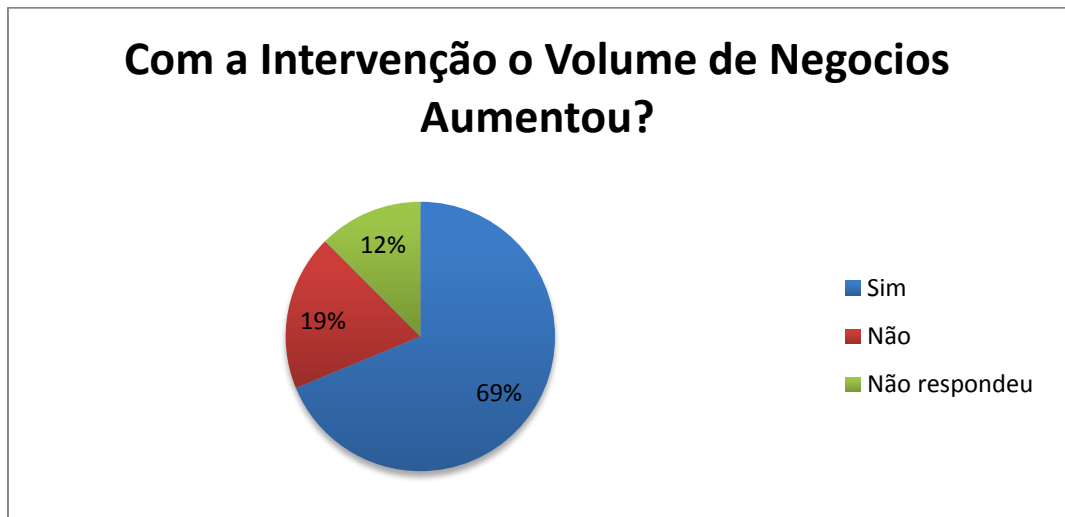


Figura A.3.10. Avaliação do volume de negócio após a intervenção

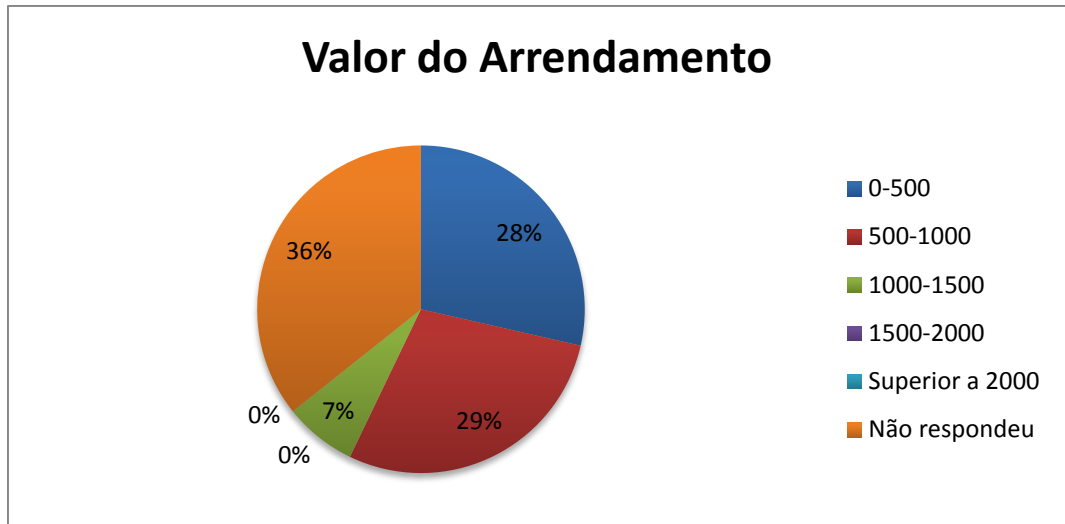


Figura A.3.11. Valor do Arrendamento

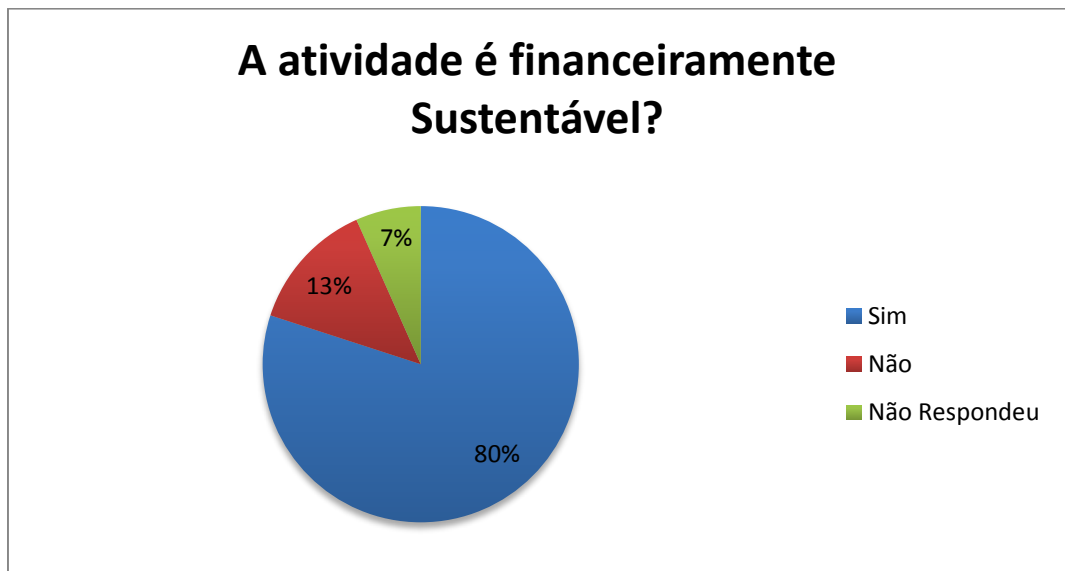


Figura A.3.12. Sustentabilidade da atividade

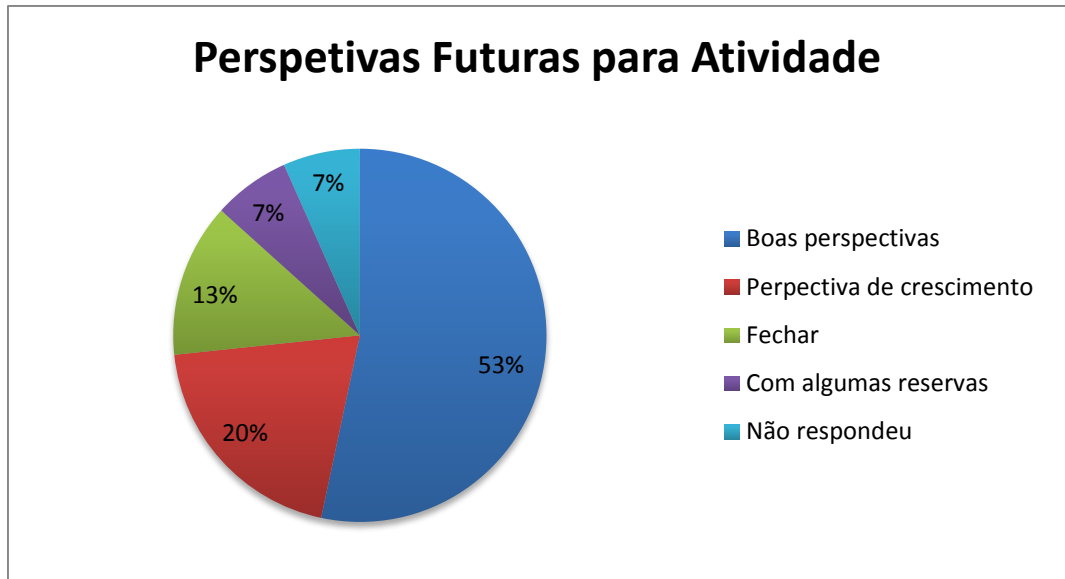


Figura A.3.13. Perspetivas Futuras para o sucesso da atividade

ANEXO 4. REPORTAGEM FOTOGRÁFICA AO EIXO MOUZINHO/FLORES



Figura A.5.1. Perspetiva do Eixo Mouzinho/Flores a partir da estação ferroviária de S. Bento



Figura A.5.2. Placa que assinala a Rua das Flores



Figura A.5.3. Chocolateria Equador



Figura A.5.4. Rua das Flores



Figura A.5.5. Joia da Coroa



Figura A.5.6. Ourivesaria Eduardo Carneiro



Figura A.5.7. Fundação da Juventude



Figura A.5.8. Museu da Santa Casa da Misericórdia do Porto



Figura A.5.9. Livraria Alfarrabista Chaminé da Mota



Figura A.5.10. Palácio das Artes – Fábrica de Talentos



Figura A.5.11. Mercado Ferreira Borges



Figura A.5.12. Loios

ANEXO 5. IMAGENS

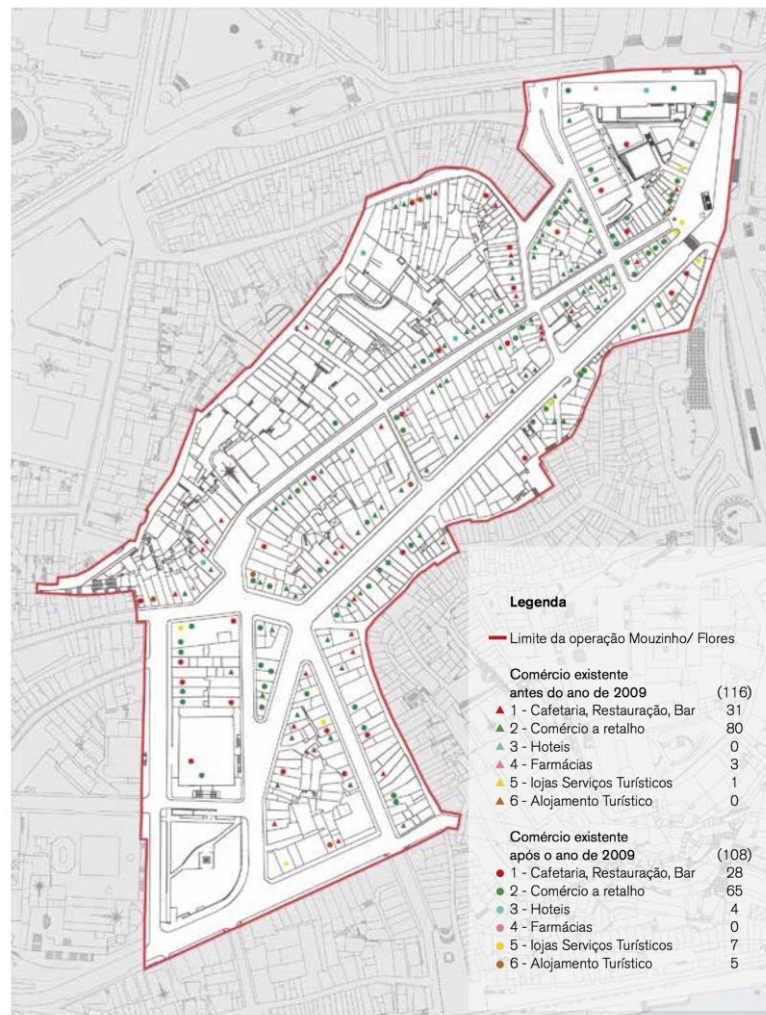


Figura A.5.1. Levantamento funcional (Vide www.portovivosru.pt)